

Relatório da Subcomissão

Subcomissão Especial para
Debater o Tema da
Violência Contra a Mulher



**COMISSÃO DE SEGURIDADE
SOCIAL E FAMÍLIA**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Agradecemos a Força Aérea Brasileira e a Polícia Federal, instituições que foram imprescindíveis aos trabalhos da Subcomissão Especial.



SUMÁRIO

MEMBROS	7
INTRODUÇÃO	8
CASOS EMBLEMÁTICOS DE VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE	12
Fernanda Lages - Piauí	12
Leoneide Ferreira - Piauí	12
Iara - Piauí.....	13
Patrícia e Iones - Piauí.....	14
Marcela – Distrito Federal e Goiás.....	19
MISSÃO OFICIAL A TERESINA – PIAUÍ	22
Estatísticas.....	22
Sessão Especial Na Assembleia Legislativa Do Piauí	23
Audiência Pública na Câmara Municipal de Teresina	31
Reunião com Sociedade Civil	33
Direitos Humanos	34
Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.....	35
Segurança Pública.....	36
Saúde	39
Poder Judiciário	39
Ministério Público.....	40
Outras propostas de políticas públicas	40
Visitas	41
Defensoria Pública.....	41
Casa Abrigo Mulher Viva.....	44
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Vítima de Violência do bairro Centro de Teresina	46



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Reunião com o Sr. Governador Wilson Nunes Martins	48
Notícias sobre Violência Contra a Mulher no Piauí	50
Considerações Finais	57
MISSÃO OFICIAL A PALMAS - TOCANTINS	61
Estatísticas	61
Participação no Seminário Para Elas: Por Elas, Por Eles, Por Nós – Macrorregional Norte Sobre Saúde e Violência Contra as Mulheres	61
Reunião com Sociedade Civil e Representantes de Poderes Públicos	63
Carta das Mulheres Tocantinenses pelo Fim da Violência contra a Mulher	64
Rede de Enfretamento à Violência contra a Mulher	68
Repasse de recursos federais	69
Amparo às vítimas	69
Saúde	71
Evasão escolar	71
Segurança Pública	71
Poder Judiciário	74
Ministério Público	75
Defensoria Pública	76
Transversalidade	76
Encerramento	79
Visitas	80
Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher (NEDIM)	80
Vara Especializada no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	82
Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Flor de Lis	83
Casa Abrigo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Palmas	84
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do Bairro Taquaralto	85
Reunião com a Presidente do Tribunal de Justiça Sra. Desembargadora Ângela Prudente	87
Subcomissão Especial - Violência Contra a Mulher	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Considerações Finais.....	88
MISSÃO OFICIAL AO AMAPÁ - MUNICÍPIOS DE MACAPÁ E SANTANA	92
Estatísticas.....	92
Encontro “Sete Anos da Lei Maria da Penha: debate sobre a situação da violência contra a mulher no Amapá”	92
Exposição do Ministério Público.....	95
Exposição da Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres.....	98
Debates	102
Caso Magali Bandeira.....	118
Visitas	120
Hospital da Mulher Mãe Luzia (HMML) em Macapá.....	120
Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) Bem-Me-Quer em Macapá.....	123
Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher (DECCM) de Macapá	126
Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF) de Macapá.....	128
Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF) de Santana	130
Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) de Santana.....	132
Caracterização da Delegacia de Crimes Contra a Mulher de Santana	133
Reunião com a vice-governadora do Amapá, Dora Nascimento	136
Reunião com o Prefeito de Macapá Clécio Luis	138
Considerações Finais.....	141
MISSÃO OFICIAL A SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MATO GROSSO	147
Estatísticas.....	147
Debate sobre a situação da violência contra a mulher na região de São Félix do Araguaia e entorno	147
Considerações Finais.....	167
MISSÃO OFICIAL A PORTO VELHO - RONDÔNIA	169
Estatísticas.....	169



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Visitas	169
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).....	169
Maternidade Municipal Mãe Esperança.....	172
Centro de Referência para o Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar - Sonho de Liberdade	175
Debate sobre Violência Contra a Mulher no Estado de Rondônia	178
Considerações Finais.....	189
ATENDIMENTO ESPECIAL ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	192
Histórico	193
Perfil das vítimas.....	194
Rede Iluminar	195
Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Universidade de Campinas	197
Atendimento.....	198
Aborto legal.....	202
Perícia.....	203
Considerações Finais.....	204
CONCLUSÕES	206
Projetos de Lei	209
Altera Código de Processo Penal	209
Altera Lei de Licitações.....	212
Altera Programa Minha Casa, Minha Vida	215
Recomendações	217
Ao Poder Executivo	217
Ao Poder Judiciário	221
Ao Ministério Público.....	222



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

MEMBROS

Presidente: NILDA GONDIM - PMDB/PB

Vice-Presidente: SANDRA ROSADO – PSB/RN

Relatora: ROSANE FERREIRA – PV/PR

TITULARES

NILDA GONDIM – PMDB/PB

ROSANE FERREIRA – PV/PR

DR. PAULO CÉSAR – PSD/RJ

PASTOR EURICO – PSB/PE

SANDRA ROSADO – PSB/RN

ELCIONE BARBALHO – PMDB/PA

JÔ MORAES - PCdoB / MG

SUPLENTES

ERIKA KOKAY – PT/DF

CARMEN ZANOTTO – PPS/SC

ROSINHA DA ADEFAL – PtdoB/AL

SUELI VIDIGAL – PDT/ES

DR. ROSINHA - PT/PR

LAURIETE – PSC/ES



INTRODUÇÃO

A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher foi criada mediante a aprovação, pela Comissão de Seguridade Social e Família, do Requerimento nº 314/2013, do Deputado Dr. Rosinha, considerando a atribuição do colegiado de tratar dos temas relativos à mulher (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigo 32, inciso XVII, alínea t). Foi instalada em 16 de abril de 2013, com vigência de 90 dias, e prorrogada de ofício pelo Presidente da CSSF, conforme anunciado nas Reuniões Deliberativas Ordinárias de 03 de julho e de 13 de novembro de 2013.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência Contra a Mulher no Brasil, que aprovou seu relatório em julho de 2013 e que teve como objetivos diagnosticar lacunas na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência e apresentar propostas de aperfeiçoamento das políticas de combate à violência, não pôde visitar todo o Brasil. A Subcomissão Especial focou sua atuação em alguns daqueles estados aos quais a CPMI não foi. Como não possui os poderes investigatórios de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, as impressões aqui registradas são baseadas na realidade vista presencialmente e nos depoimentos espontaneamente concedidos.

O colegiado realizou seis missões oficiais: a Teresina, no Piauí, a Palmas, no Tocantins, a Macapá e a Santana, no Amapá, a São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e a Campinas, em São Paulo. Reuniu-se com especialistas em Brasília. Dialogou com dezenas de cidadãs, de movimentos sociais e de representantes dos poderes públicos.

Violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Essa é a definição da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, ou “Convenção de Belém do Pará”, de 1994. Conforme o conceito, existem diversas formas de violência contra a mulher, que é complexa. A Subcomissão Especial focou seus trabalhos na violência doméstica e na violência sexual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

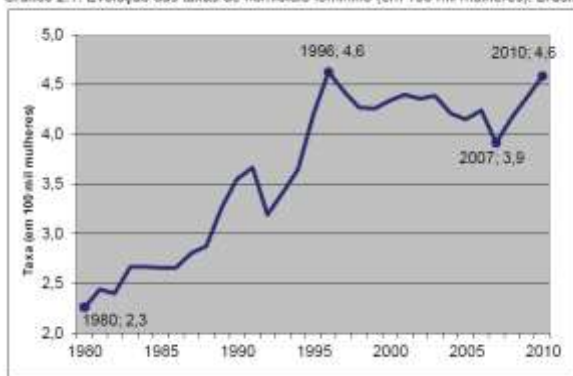
É certo que o machismo, principal causa da violência, é um problema cultural; a Subcomissão Especial ouviu inúmeros relatos de falas de agressores que expressam que as mulheres (e as crianças, muitas vezes) são “suas”, como se fossem propriedade, e que podem fazer com elas o que bem entenderem. Mas essa característica arraigada precisa ser combatida com políticas públicas. O relatório ora apresentado é mais um instrumento para auxiliar no desenvolvimento de ações governamentais e na definição de prioridades na agenda dos direitos das mulheres.

Apesar de a Lei Maria da Penha ser conhecida de 98% da população (estudo do Instituto Patrícia Galvão sobre a “Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres”), as estatísticas são desanimadoras. O Brasil tem a 7º maior taxa de assassinatos de mulheres do mundo, dentre os 84 países com dados homogêneos entre 2006 e 2010, segundo a Organização Mundial da Saúde.

Os dados sobre homicídios são os mais consistentes, ainda que reflitam apenas um aspecto do problema. De acordo com o Mapa da Violência 2012 sobre o Homicídio de

Mulheres no Brasil (Julio Jacobo Waiselfisz – FLACSO/CEBELA), entre 2000 e 2010 foram assassinadas 43.654 mulheres. Entre 1980 e 2010 a taxa de homicídios femininos, para cada 100 mil mulheres, subiu assustadores 230%. Após a promulgação da Lei Maria da Penha o número absoluto e a taxa de assassinatos caíram. Mas isso

Gráfico 2.1. Evolução das taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres). Brasil. 1980/2010

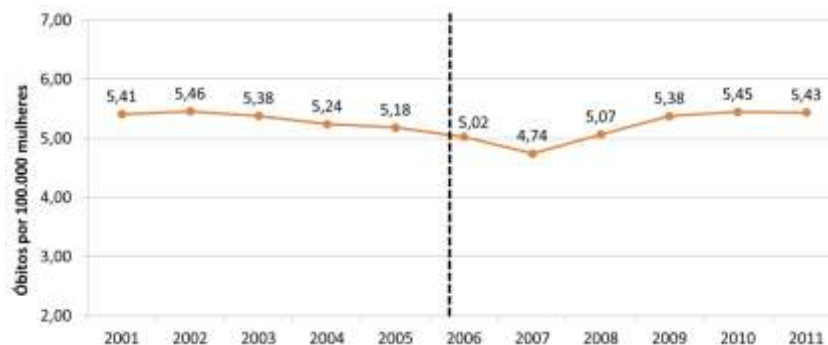


durou pouco, tendo em 2010 o índice alcançado sua maior escala novamente.

Estudo que corrige as estimativas de homicídios, “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, lançado pela Comissão de Seguridade Social e Família em 2013, revela a mesma realidade: não houve redução das taxas anuais de mortalidade após a vigência da Lei Maria da Penha.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Observou-se suave queda da taxa, imediatamente após a vigência da Lei; mas, nos últimos anos, verificou-se o retorno “desses valores aos patamares registrados no início do período”.

Isso não é “culpa” da Lei. Por melhor que seja a norma – e a Lei Maria da Penha traz um excelente arcabouço jurídico --, são necessárias ações concretas para que saia do papel. As visitas feitas pela Subcomissão Especial demonstram que existem avanços, especialmente aqueles provocados pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, lançado em 2007, a exemplo da implantação de equipamentos como Centros de Referência. Mas as conquistas ainda são insuficientes. As estratégias precisam ser robustecidas.

Mesmo com a Lei Maria da Penha, 85% dos brasileiros concordam que as mulheres que denunciam seus parceiros correm mais riscos de serem assassinadas – ainda que 86% acreditem que as mulheres passaram a denunciar mais depois da Lei. O dado é do Instituto Patrícia Galvão. Esse aparente paradoxo talvez se explique pela fragilidade das políticas de amparo às mulheres que denunciam.

Os serviços de saúde e de justiça em apoio a mulheres vítimas de violência são pouco conhecidos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

De acordo com a pesquisa do IPEA antes citada, de 2001 a 2011 aconteceram aproximadamente 5.000 homicídios de mulheres por ano; grande parte desses crimes decorreu de violência doméstica ou familiar, “uma vez que aproximadamente um terço deles teve o domicílio como local de ocorrência”. As vítimas preferenciais foram mulheres jovens, negras e de baixa escolaridade.

Isso demonstra que o problema da violência contra a mulher é transversal, assim como devem ser as respectivas estratégias de enfrentamento. A pobreza, a vulnerabilidade social, o machismo e o racismo contribuem para o aumento das agressões, e devem ser combatidos de forma articulada.

Não obstante, na perspectiva da Subcomissão Especial, a fragilidade do sistema de segurança pública e do sistema de justiça é a dificuldade mais evidente e urgente. As reclamações sobre desestímulo de denúncias, não apuração dos crimes e não finalização dos processos foram constantes. Essa percepção se confirma pela pesquisa do Instituto Patrícia Galvão mencionada, que aponta que a maioria dos brasileiros acha que os crimes contra as mulheres nunca ou quase nunca são punidos.

Como afirmou Maria José Souza Moraes em São Félix do Araguaia, “não punir é um tapa na cara de todas as mulheres que foram e que possam ser agredidas”. A impunidade dos crimes de gênero alimenta particularmente o ciclo da violência; é reflexo da falta de Estado, da fragilidade das políticas públicas para o tema. Isso precisa ser encarado de forma prioritária.

Maioria acha que os crimes contra as mulheres nunca ou quase nunca são punidos

Opinião sobre a punição dos crimes cometidos contra as mulheres (%)





CASOS EMBLEMÁTICOS DE VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE

Fernanda Lages - Piauí

(Relatado pelo movimento social.)

Nos autos concluiu-se que a estudante universitária Fernanda Lages, de 19 anos, jogou-se do quinto andar de construção inacabada do prédio do Ministério Público Federal, em uma madrugada do mês de agosto de 2011. A elucidação de crime foi objeto de manifestações no estado, reunindo quatro mil pessoas em passeata – mobilização recorde no que diz respeito à violência contra a mulher no Piauí. Isso porque os movimentos sociais denunciam que há fortes indícios de que ela foi assassinada, vítima de um crime de gênero. Haveria provas de que a vítima estivera horas antes com uma moça e com um rapaz não identificado ingressando no prédio. Militantes denunciam o envolvimento muito grande de um sobrinho de um político influente. Além disso, ela não teria perfil suicida. Questionou-se muito sobre relações políticas do presidente do inquérito, tendo um Delegado de Polícia Civil afirmado em apenas um dia que o caso estava solucionado. A investigação foi federalizada sob autorização do Ministério da Justiça. A Polícia Federal concluiu pela hipótese de suicídio. Segundo denúncias da sociedade civil, como a vítima não era de família com força política no estado, ninguém chegou aos verdadeiros culpados pelo que consideram um homicídio.

Leoneide Ferreira - Piauí

(Relatado pelo movimento social.)

Leoneide levou 18 facadas do ex-marido, com quem viveu por 15 anos e com quem ela teve dois filhos, em setembro de 2009. A delegacia da Mulher de Teresina o indiciava por ameaça, cárcere privado e violência doméstica. Após 90 dias internada na UTI, morreu. Durante o internamento as amigas chegaram a achar que ela iria literalmente explodir, tal era o estado das agressões que culminaram em seu falecimento. O agressor confessou o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

crime -- inclusive com a peculiaridade de ter desferido a primeira facada pelas costas. O irmão da vítima suicidou-se após o episódio. O ex-marido foi preso em 2012 e condenado a 19 anos de prisão por júri popular.

O caso exemplifica a necessidade da reivindicação do movimento social de que exista programa de acompanhamento da família, para evitar o processo de revitimização, de formação de novos agressores e outros efeitos colaterais como o suicídio de membros do grupo familiar.

Entre 2005 e 2006 a vítima registrara sete boletins de ocorrência. O Ministério Público oferecera denúncia contra o agressor, pedindo sua prisão, que não foi decretada pela juíza da 5ª Vara Criminal.

Iara - Piauí

(Documentos da Casa Abrigo, relatos do movimento social e depoimento espontâneo da vítima.)

A Sra. Iara (pseudônimo) conviveu por oito anos com seu companheiro e agressor, sofrendo constantes violências, que a vitimavam e também a seus filhos.

Registraram-se robustos depoimentos sobre crimes sexuais cometidos pelo ex-companheiro contra filhos e enteados, ainda que tenha sido absolvido por falta de provas. Sra. Iara também narrou à comitiva que foi abusada e usada de todas as formas na frente de seus filhos – tendo inclusive o agressor a estuprado com o braço dele, na frente das crianças. E que, enquanto casada, viveu praticamente em um cativeiro, pois muitas vezes era trancada em casa, sendo que ela e seus filhos alimentavam-se de comida que o vizinho passava escondida por debaixo do muro. Ela foi agredida ainda durante as gestações, levando até mesmo chutes na barriga – as cicatrizes são visíveis.

Narra-se que após um ano de separação o agressor a seguiu até um hospital. Depois de intensa discussão, o agressor feriu a vítima no rosto com uma peixeira (instrumento contundente) por onze vezes, tentando matá-la. Ela foi socorrida por médicos e funcionários. Tudo foi presenciado pelo seu filho com então quatro anos. Após anos de agressões que culminaram nas onze facadas, ela apresenta cicatrizes e deformações visíveis, perdeu o movimento de uma das mãos e praticamente perdeu o movimento do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

outro braço, devido a rompimento de um nervo. O agressor foi preso em flagrante e condenado a 11 anos de prisão.

Após a tentativa de homicídio com a peixeira ela foi abrigada pela primeira vez, em 2004, junto a seus três filhos. Apenas três semanas após o abrigamento a assistente social conseguiu estabelecer contato com ela e conversar. Durante o abrigamento, que durou 11 meses, a mãe do agressor buscou judicialmente o direito de visitas dos netos, o que foi atendido.

Após cinco anos preso, sempre enviando recados de ameaças de morte a lara, o agressor, solto, descobriu o endereço em que ela morava e voltou a persegui-la. Então em 2012 a vítima procurou novamente o núcleo da Defensoria Pública, o que culminou em seu retorno em dezembro de 2012 para a Casa Abrigo. Prontamente a Delegada da DEAM do Centro, Sra. Vilma, solicitou medida protetiva de urgência e prisão preventiva do agressor. A medida foi deferida no mesmo dia e a prisão preventiva decretada em 11 de março. Mas até então o agressor permanece solto – segundo a vítima, a polícia alega a falta de viaturas para localizá-lo -- e lara e seus filhos continuam abrigados há sete meses.

O agressor utilizou-se de todas as vias possíveis. Ajuizou ação de danos morais contra a vítima, representou a Defensora Pública Sra. Verônica no CNJ, tendo inclusive ameaçado funcionários, magistrada e promotor de justiça. A agredida relata que perdeu tudo que tinha, até o emprego, porque não pode pisar em Teresina sem que o agressor a encontre. Nunca conseguiu voltar para apanhar seus pertences. Demonstra muito medo de ser morta e de que o agressor mate seus filhos. Tentou-se inserir a vítima em programa de proteção de vítimas e testemunhas, mas ela não aceita sair do estado.

Patrícia e Iones - Piauí

(Documentos da Casa Abrigo, relatos do movimento social e depoimento espontâneo da vítima.)

Desde seus doze anos de idade Patrícia viveu maritalmente com M., com quem teve três filhos. A convivência, desde seu início, foi permeada pela violência de gênero. Além desta forma de agressão, havia outros problemas: o pai das crianças obrigava a filha de dez



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

anos a trabalhar na roça, o que caracteriza trabalho infantil; o agressor, por volta de 2003, abusara sexualmente de duas irmãs de Patrícia, então com nove e doze anos de idade – à época Patrícia não buscara as vias legais para o caso por considerar que ele era o pai de seus filhos e porque passara a sofrer ameaças por parte da família dele.

Os conflitos culminaram em um estupro, em 24 de agosto de 2010. Naquele dia o casal havia discutido porque o irmão de Patrícia fora expulso do assentamento em que moravam, com a concordância de M. e com a discordância de Patrícia. M., desgostoso em a companheira lhe contrariar naquele assunto, passou a ameaçá-la. Depois da briga, Patrícia foi para o quarto em que seus filhos dormiam. M. a seguiu e, após ela ter se recusado a manter relação sexual com ele, ele rasgou sua roupa e a estuprou, com a faca apontada para a vítima, fazendo-lhe, durante o ato sexual, ameaças de morte. Após o ato, as ameaças continuaram, sendo que M. avisava que usaria sua arma de fogo. M. inclusive esganou Patrícia. As ameaças severas seguiram pela madrugada do dia 25.

Então, com o apoio da mãe, Iones, e do irmão Murilo, em 25 de agosto de 2010 Patrícia procurou a polícia a fim de registrar agressões físicas e estupro causados por seu então companheiro. Relatou na oportunidade as ameaças de morte de que era vítima. Laudo de exame de corpo de delito confirmou tentativa de estrangulamento e ferimento por instrumento contundente.

Em 08.07.2011 ocorreu audiência judicial, na comarca de Francisco Santos, relativa à ação penal contra M., denunciado por crimes de gênero, e à ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável. Patrícia, na audiência, foi desacompanhada de procurador: segundo relato da assistente social da Casa Abrigo que acompanhou Patrícia, “o defensor público designado pela Defensoria compareceu à audiência, porém não permaneceu visto que tanto o juiz como a promotora relataram ser dispensável sua presença naquele momento”. Ainda segundo a assistente social, “durante a audiência a vítima foi transformada em ré tendo sido motivo do debate sua postura moral de ‘mulher’ dona de casa e mãe de família e que em nenhum momento foi dado crédito a seu relato de que fora vítima de estupro pelo próprio companheiro. Em vários momentos também foi questionado o porque da usuária estar em um abrigo, pois não se via nenhum risco” (sem grifos no original).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A sentença proferida em Processo Criminal da Comarca de Francisco Santos, em 20.10.2011, absolve o denunciado pela prática de crimes contra a mulher:

“Ademais, não se pode olvidar que a vítima mentiu quando disse que não havia traído o réu, eis que seu próprio ‘ficante’ afirmou em juízo que os relacionamentos amorosos ocorreram enquanto ainda persistia convivência marital (vide depoimento de fl.)! Aliás, parece ter mentido por duas vezes, pois quando ao suposto enforcamento, em que pese repousar nos autos prova das lesões sofridas, observo que a testemunha Iracema, vizinha o casal, confirmou versão do acusado ao expor que a própria vítima foi quem se autolesionou em franca tentativa de incriminar o réu”.

A motivação é preocupante. De um lado, não existe qualquer excludente de ilicitude ou de culpabilidade dos crimes de violência doméstica relacionada à infidelidade conjugal. De outro, em não sendo a infidelidade um ilícito, é completamente dispensável a menção a esse fato na sentença, que sugere um julgamento moral e não jurídico da mulher vítima de violência. Além disso, o magistrado dispensa uma prova pericial de lesão corporal face a uma prova testemunhal, sem maiores justificações para fazê-lo.

Patrícia foi encaminhada pelo Núcleo em Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública do Piauí à Unidade Casa Abrigo Mulher Viva, em Teresina, em 06.12.2010, acompanhada de suas três crianças. O desligamento ocorreu em 16 de julho de 2011. Depois do assassinato de sua mãe, Iones, Patrícia voltou ao abrigo, em fevereiro de 2013, onde está sem perspectiva absoluta de vida. A Casa Abrigo recebeu Patrícia devido à mobilização do movimento social, mas está lá há mais tempo do que deveria.

Segundo relatório de assistente social e psicóloga, “percebe-se que as relações entre Patrícia e seus três filhos é permeada de carinho e afeto. Patrícia é uma mãe presente, cuidadosa e atenciosa. As crianças se mostram confortáveis e seguras com a mãe. A equipe da Casa Abrigo também observou que as crianças raramente falam do pai, e quando o fazem, através de desenhos, representam o sofrimento e a angústia provocados pela violência sofrida em casa”.

Desde a separação do casal, em um primeiro momento os pais acordaram em manter guarda compartilhada dos filhos. As filhas, entretanto, não concordaram em passar férias com o genitor, e o filho mais novo não foi devolvido por ele quando o período de recreio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

acabou, sendo que somente com a intervenção da polícia o filho menor voltou à companhia da mãe. Então se iniciou um grande conflito entre os pais pela guarda, envolvendo inclusive Iones, mãe de Patrícia, que se apresentou ao juízo em defesa da permanência dos netos com a mãe. A guarda do filho menor chegou a ser concedida ao pai, decisão esta que depois foi modificada (hoje Patrícia tem a guarda provisória dos filhos).

Em 23.01.2013 ocorreria uma audiência judicial sobre a guarda das crianças, em que Iones participaria. A audiência, entretanto, foi adiada porque o novo juiz e o novo promotor solicitaram mais tempo para estudar os processos. No dia 30 de janeiro Iones foi assassinada com dois tiros na cabeça em seu local de trabalho -- na Agência de Defesa Agropecuária.

Patrícia relata que nas batalhas judiciais teve muito apoio de sua mãe. “Foi a pessoa que me apoiou mais, que me deu mais força”. Iones continuara residindo no município de Santo Antônio de Lisboa quando Patrícia foi se refugiar em Teresina, na Casa Abrigo. E Iones passara a receber ameaças de M.. Até que foi assassinada. Patrícia desabafa que hoje sente “muita tristeza em saber que nada foi feito. Essa morte quem sabe poderia ter sido evitada. A dor é para sempre. A perda é para a família e para a sociedade. Perda irreparável. Minha mãe foi presidente da associação de bairro no município de Santo Antônio de Lisboa, militante de várias entidades sociais, inclusive da UMP, do Partido dos Trabalhadores, candidata a vereadora, servidora da ADAP. Serviu com bastante dedicação às pessoas do município”.

Após mais de seis meses do assassinato o Inquérito Policial não foi concluído. Em reunião com o Governador do Piauí, Sr. Wilson Nunes Martins, os parlamentares pediram providências sobre o caso emblemático de Patrícia e pediram a conclusão do Inquérito Policial sobre o assassinato de Iones. A presidência da Comissão de Seguridade Social e Família solicitou informações ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Piauí (Ofício 573/2013 de 17 de julho de 2013) sobre, dentre outros itens, a não finalização do inquérito sobre o assassinato de Iones. Não se obteve, entretanto, nenhuma resposta. A União Piauiense de Mulheres reclama, por sua vez, do “jogo de empurra” quanto à não solução do caso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Conforme o depoimento de Patrícia na Assembleia Legislativa do Piauí, depois que saiu da violência doméstica passou a sofrer a violência institucional. De fato, Patrícia afirma que quando criou coragem para denunciar a situação que vivia, confiando na Lei Maria da Penha, não recebeu a assistência que esperava. Segundo ela, já na delegacia foi desenganada. Saiu de lá com mais medo do que antes, sem acompanhamento policial, com receio de inclusive ser assassinada no caminho até a casa de sua mãe. Ainda que, segundo ela, o agressor tenha confessado o crime no estabelecimento policial, isso sequer foi registrado. Depois procurou o Ministério Público. A Promotora de Justiça aconselhou Patrícia, no dia da audiência judicial, a desistir de denunciar a violência, porque o agressor era “um ser humano, e poderia pegar muitos anos de cadeia”. Ela questionou, então: “se a promotora vê o agressor como um ser humano, me vê como o que então? Eu não era nada então ali?”. O juiz também considerou que ela mentiu que vivia há onze anos com o agressor porque sua filha tinha apenas dez anos, ignorando simplesmente o período de gestação. Outro promotor, Sr. Adroaldo, teria pedido absolvição do agressor.

O casal possuía uma casa na cidade e um terreno no Assentamento Serra da Boa Vista, ambos no município de Francisco Santos, este em nome de Patrícia. Mas ela perdeu os direitos sobre seus bens, apesar de sempre ter trabalhado na posse, já que o agressor precisaria “se manter”. Mas ela indaga: “E eu não preciso manter a mim e a meus filhos?”

Segundo seu depoimento, “Há quase três anos fugi de casa para não ser morta. Vivo constantemente tendo que mudar de endereço, me esconder, mudar meus filhos de escola, porque o agressor me encontra, encontra meus endereços, a escola das crianças, e eu tenho que ficar fugindo”.

Patrícia é grata ao grande apoio do Deputado Federal Assis Carvalho e da UMP. Ela relata ainda que está terminando o segundo grau e que tem intenção de sair do estado, e que está apenas aguardando o resultado do inquérito policial sobre a morte de sua mãe. Ela conclui afirmando que já se libertou da violência física. “Mas me magoa a justiça, que protege o agressor e condena a vítima”.

De acordo com a percepção convergente de ativistas e profissionais, Patrícia está em situação de grave ameaça de morte. Como se nota, o sistema de justiça e o sistema de segurança pública falharam, tendendo a proteger o agressor em detrimento da vítima.



Marcela – Distrito Federal e Goiás

(Narrado pela irmã da vítima.)

“Não posso fazer mais nada por ela, mas posso fazer por outras mulheres”.

Irmã da vítima.

Marcela e O. passaram a viver juntos em 2009. Amigos e familiares frequentemente identificavam-na com machucaduras e hematomas, mas ela não admitia sofrer violência doméstica.

Marcela sempre trabalhou e foi independente. Era funcionária do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Com seus recursos, adquirira uma casa em Valparaíso e financiara carro. Mudara-se para o imóvel poucos dias antes do nascimento do filho, em outubro de 2010. Mas o período todo de resguardo foi na casa da irmã, devido aos conflitos que o casal enfrentava.

Em 2011 passou a ser ameaçada de morte, inclusive em mensagens escritas pelo companheiro enviadas ao seu e-mail de trabalho. Os conflitos eram afetivos e também acerca dos bens. Por isso ela foi, entre setembro e outubro de 2011, acompanhada de amigos, à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, na Asa Sul de Brasília. Lá o atendente a aconselhou a “pensar bem”, porque se o suposto agressor fosse procurar emprego ou fazer um concurso seria prejudicado pelo registro policial. Marcela, com medo, desestimulada, não formalizou a notícia crime. E, em seis de novembro de 2011, foi assassinada por O., na casa de Valparaíso, na frente do filho do casal. Marcela foi espancada – seu corpo estava repleto de hematomas -- e sufocada. Uma vizinha a ouviu gritando, por volta das duas horas da madrugada, *“Não faz isso comigo, pelo amor de Deus”*. Depois os gritos pararam e só ficou o choro do bebê. A vizinha não tomou nenhuma atitude porque o marido a aconselhou a não se envolver: “eles sempre brigam, é assim mesmo”.

Após o espancamento terminar, ela ficou agonizando, tentando respirar, por horas e horas, na madrugada de sábado para domingo, na frente do filho. A causa da morte foi traumatismo craniano, provocado por instrumento contundente. Segundo o próprio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

criminoso, ele cometeu o assassinato e depois foi dormir, e só acordou no dia seguinte com o filho chorando por fome e com a fralda suja. O. pediu ajuda ao vizinho para abrir a porta de sua casa (ele não se lembrava de onde havia colocado a chave). Assim, o corpo de Marcela foi encontrado, já frio, por uma vizinha, que saiu correndo e encontrou uma patrulha da polícia.

Um das irmãs de Marcela faleceu de câncer em julho de 2013, atribuído à depressão de que ela padeceu após o assassinato; o irmão encontra-se muito debilitado em decorrência de depressão. Outra irmã tem a guarda de Artur. Após o crime, a criança parou de falar. Frequenta sessões com psicólogo, o que tem feito com que aos poucos retome a fala. A tia leva a criança também para atendimento com fonoaudiólogo e para natação. “Ele é a minha razão de acordar, de trabalhar, de viver”.

O. ficou preso por três meses, até obter concessão de habeas corpus pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Em agosto de 2013 foi condenado por júri popular. Nota-se que o Promotor de Justiça, o acusador, pediu a absolvição do réu, alegando que nos autos não havia prova da intenção de matar. O advogado assistente de acusação, que atuou sem receber honorários, foi quem defendeu a condenação de O.

O irmão de O. invadiu a casa de Valparaíso e tirou quase tudo de dentro, até os móveis. A irmã de Marcela foi até a Delegacia de Valparaíso registrar ocorrência de roubo, mas o escrivão, orientado por seu superior, não registrou o BO, “porque era briga de casal e não era bom se intrometer”. Na 3ª Delegacia de Polícia do Cruzeiro, o agente concordou em registrar a ocorrência, mas explicou que se o fizesse o procedimento iria para a comarca de Goiânia, depois voltaria a Valparaíso, podendo levar até anos. “Aí eu não registrei. O agente disse que agressor até poderia usar isso contra mim”.

Na casa não houve perícia. Sequer se fotografou a cena do crime. O IML somente foi buscar o corpo, e às cinco horas da tarde (o crime fora descoberto pela manhã). No IML de Luiziana a perícia foi incompleta porque o Raio X estava quebrado.

A avó paterna conseguiu na justiça direito de visita do neto. Como O. mora com a mãe, tem contato com o filho, mesmo tendo assassinado sua mãe em sua presença! Após as visitas, a criança volta agitada, e passou a ter comportamento agressivo na escola. A família do assassino está muito interessada nos bens que Marcela deixou, os quais estão em processo de sucessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

O caso demonstra, reiteradamente, grave cumplicidade de representantes das instituições do sistema de segurança pública e de justiça para com a violência contra a mulher.



MISSÃO OFICIAL A TERESINA – PIAUÍ

13 e 14 de junho de 2013



Estatísticas

De janeiro a dezembro de 2012 a Central de Atendimento à Mulher (conhecida como “Ligue 1810”) registrou aproximadamente 13.500 denúncias do Estado do Piauí, representando o expressivo índice de 848,44 registros para cada grupo de 100 mil mulheres no estado, que ocupa a 7º posição no ranking organizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. De outro lado, o Piauí tem o menor índice de homicídios de mulheres, segundo o Mapa da Violência (FLACSO/CEBELA) e segundo o IPEA. Vale notar que, de acordo com estudo do Conselho Nacional de Justiça publicado em 2013, 59% das mulheres agredidas no Piauí tiveram como sujeito ativo da agressão o cônjuge, o ex-cônjuge ou parente. É o terceiro maior percentual desse tipo de agressão do Brasil, atrás apenas de Sergipe e Tocantins.



Sessão Especial Na Assembleia Legislativa Do Piauí



Lin Israel

Os Deputados Federais Dr. Rosinha, Nilda Gondim, Érika Kokay, Dr. Paulo César e Assis Carvalho participaram de Sessão Especial na Assembleia Legislativa do Piauí, que teve como temas a violência contra a mulher e a atenção à saúde mental. A atividade ocorreu mediante aprovação do requerimento de que o Grande Expediente se destinasse aos temas mencionados.

O **Deputado Estadual João de Deus**, autor do requerimento, destacou a importância da bancada feminina da ALEPI, composta por nove deputadas estaduais. Para o parlamentar, as 13 500 denúncias registradas sobre violência doméstica em 2012 não indicam aumento da violência, e sim que as mulheres, amigas e parentes estão encorajando-se a denunciar. Salientou a importância de se fortalecer o combate à violência contra a mulher. Felicitou a visita da comitiva de Deputados Federais, na colhida de informações para medidas que serão adotadas pelo Parlamento e que serão sugeridas ao Poder Executivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

O **Deputado Federal Dr. Rosinha**, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e membro da Subcomissão Especial, destacou que o Estado brasileiro não cumpre o papel que deveria cumprir, diante do crescente número de assassinatos de mulheres no Brasil e da impunidade, que estimula a repetição dos crimes. Afirmou que a razão principal desses delitos é o machismo, que trata as mulheres como meros objetos. Sublinhou também que os dados são falhos, uma vez que, se a mulher é internada em decorrência de violência doméstica, e morre em seguida de pneumonia, sua morte não aparecerá nas estatísticas dos homicídios de mulheres, e também porque não são todas as mulheres violentadas que se sentem encorajadas a denunciar. Convidou, por fim, todos os movimentos de defesa dos direitos da mulheres e de direitos humanos para a reunião que ocorreu naquela tarde.



Ana Luisa Ladeira Mota

A **Deputada Federal Nilda Gondim**, Presidente da Subcomissão Especial, felicitou a expressiva bancada feminina da Assembleia Legislativa. Afirmou que a comitiva estava em Teresina para ouvir informações e buscar elementos para serem aprimoradas as políticas em prol da mulher vítima de violência. Falou também do papel da Subcomissão de mobilizar as mulheres que são vítimas, de estimular sua coragem em denunciar e de buscar seus direitos. Salientou que no Piauí as mulheres denunciam mais, o que é muito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

importante. Para ela, ao mesmo tempo em que as mulheres conquistam mais espaço na sociedade, devem combater práticas machistas que as aniquilam, que as reduzem a meros objetos. Tratou da importância das políticas estatais como centros de referência e de casas abrigo.

A **Deputada Federal Rosane Ferreira**, relatora da Subcomissão Especial, destacou que a missão de deputados está no Estado mais para ouvir do que para falar, e que inclusive querem saber se existe ou não subnotificação dos homicídios, quais são as políticas implantadas no estado, e qual o diagnóstico oficial e dos movimentos sociais. Para ela, a violência contra a mulher é uma semente que se planta no ambiente, sendo que muitas vezes os filhos de agressores tornam-se agressores, de modo que o ciclo da violência precisa parar. A Deputada afirmou que “em briga de marido e mulher não se mete a colher: se mete a polícia, se metem as instituições, nos metemos todos nós”.



Capital Teresina

O **Deputado Dr. Paulo César** afirmou que a Subcomissão vem para ouvir a sociedade piauiense e para conhecer as políticas públicas desenvolvidas, fazendo um diagnóstico que contribua para a elaboração estratégias aprimoradas de prevenção, punição e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

erradicação da violência contra a mulher. Para ele, as mulheres têm medo de denunciar, muitas não tem para onde ir após denúncias e falta suporte para a mulher vítima, o que culmina em assassinatos posteriores. Destacou que a cada 15 segundos uma mulher é violentada no Brasil, que 45% das agressões são de índole física, e que a violência psicológica é uma das piores formas de aviltamento, magoando a almas dos indivíduos e da sociedade.

A **Deputada Érika Kokay**, presidente do Grupo de Trabalho sobre Saúde Mental, afirmou que o Brasil tem muita dificuldade de fazer o luto de seus traumas do colonialismo, da escravidão e da ditadura, tendo a sociedade brasileira saído desses períodos como se não tivessem existido, sem que os ciclos sejam fechados, de modo que permanecemos convivendo com pedaços dessas máculas. Discorreu que toda violência, inclusive a violência contra a mulher, é precedida de uma desumanização simbólica, de forma que os níveis de violência só serão diminuídos se a enfrentarmos. Para ela, as mulheres vão sendo invadidas pelos desejos dos homens, e vão cedendo até perceberem que dentro delas não existe mais ninguém. Ela destaca que a violência contra a mulher reproduz relações colonialistas e de escravidão, e persiste até a uma das melhores leis do mundo, a Lei Maria da Penha, que foi tecida com muita coragem e esperança. A Deputada defendeu que a sociedade e o Estado precisam se apropriar da LMP, para que de fato modifique o cotidiano. Destacou também que na cadeia de vitimização a sociedade culpa as mulheres pela violência que elas sofrem, e isso precisa ser rompido. Para a Deputada, a violência contra a mulher transborda e contamina a sociedade, tirando da coletividade a noção de igualdade e de liberdade, e a possibilidade de dialogar com infinito e com próprio sonho. Por fim, a parlamentar manifestou-se contra a “Bolsa Estupro”: “não podemos permitir que dignidade das mulheres possa ser comprada; não podemos permitir estupro sem fim”.

O **Promotor de Justiça Francisco de Jesus Lima**, Coordenador do Núcleo de Promotorias Especializadas de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, afirmou que o Ministério Público tem buscado de forma incansável lutar contra essa forma de agressão. Segundo ele, hoje a rede de enfrentamento encontra-se fortalecida, com delegacias especializadas e Câmara Técnica do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Afirmou que a Lei de Organização Judiciária não vem sendo cumprida: ainda que exista Juizado da Lei Maria da Penha, as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

causas são distribuídas em central única, o que acarreta demora da distribuição dos feitos, especialmente grave quando necessárias medidas protetivas de urgência. Destacou o trabalho do Ministério Público para a formação de multiplicadores, e também para a ressocialização dos agressores. Informou que há em tramitação cinco mil processos da LMP no Piauí, dos quais 90% foram denunciados. Destes, 3% foram julgados e 50% atingidos pela prescrição, que ainda é o maior defensor dos acusados. Afirmou que o MP gostaria que o Poder Judiciário disponibilizasse juízes, não apenas nos mutirões para soltar acusados, mas também para instruir os processos, a fim de que cheguem ao veredicto final. Destacou o trabalho da Delegada Vilma Alves, precursora do trabalho de enfrentamento à violência doméstica, que não poderia, porém, ser endeuado, já que toda a rede deve ser fortalecida.

A **Defensora Pública Verônica Acioli de Vasconcelos**, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência, afirmou não gostar de momentos como o da sessão especial, porque infrutíferos, ao não se estabelecerem metas, ainda que, por outro lado, deem visibilidade aos temas, primeiro passo para que os problemas sejam solucionados. Clamou que a comitiva de deputados deixe resultados e que não esgote seu trabalho em poucos dias. Destacou que o Núcleo da Defensoria iniciou suas atividades com 24 atendimentos em 2004, e que hoje há mais de seis mil atendimentos anuais, o que, para ela, indica que a sociedade despertou para o problema, e a Lei Maria da Penha seguiu esse anseio. A Defensora apontou problemas de articulação na rede, incluindo subnotificação dos casos, porque existem severos problemas na porta de entrada da rede: as instituições não funcionam em tempo integral; a mobilidade urbana é difícil e não existe transporte específico para a mulher vítima; a rede de segurança pública é deficitária. Afirmou por fim que, seja em que percentual for, a violência contra a mulher é inaceitável, e que deve ser erradicada.

A representante do **Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres** falou da importância de ouvir movimentos sociais, e afirmou que a audiência deve trazer resultados concretos para o Piauí. Questionou o índice de homicídios no estado, uma vez que a violência contra a mulher é muito grande. Afirmou que não basta ter casa abrigo e outros espaços se estruturas são deficientes e se recursos humanos não são qualificados. Destacou que as mulheres deixam de denunciar, com medo de serem, então, vítimas de mais violência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A **Delegada de Polícia Civil Maria Vilma Alves da Silva**, representando o Secretário de Segurança Pública, destacou o trabalho da Deputada Estadual Flora Isabel, na atenção das mulheres vítimas de violência. Afirmou que a polícia é o primeiro tribunal do povo, e que as Delegadas de Polícia fazem um trabalho de reparação, porque “aqui o homem respeita a mulher”. Relembrou que em 14 de julho de 1989, na Rua 13 de Maio, foi instalada a primeira Delegacia da Mulher do Piauí, a partir da pressão dos movimentos sociais, sendo que hoje existem oito DEAMs (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) no estado. Segundo ela, apenas a DEAM do Bairro Centro registrou 1248 boletins de ocorrência de janeiro a maio de 2013. Afirmou que realmente é difícil que a mulher denuncie, porque vai à DEAM com o marido, quando a vítima então “chora, se arrepende”. Mas considera que a mulher não tem medo mais de denunciar, porque a Lei Maria da Penha veio fortalecer e encorajar. Para a Delegada, o homem, que tem a mulher como sua propriedade, como seu “depósito de esperma”, hoje é preso. Ela afirmou que três ou quatro homens são presos semanalmente por baterem em suas parceiras. Destacou que conseguiu encontrar em Santo André o homicida foragido de Leoneide Ferreira, que foi lá capturado, e então preso e condenado. Garante que, se a mulher for à Delegacia, há resposta, porque a mulher nordestina não tem medo e enfrenta os problemas. Destacou, por fim, o papel da Sra. Marinalva, grande lutadora por cujos méritos hoje a mulher lésbica é respeitada no Piauí.

O **Deputado Assis Carvalho** registrou que o Parlamento Brasileiro, embora muito incompreendido, é o lugar da democracia: sem ele não existiria Defensoria Pública, Ministério Público ou Lei Maria da Penha – que nasceu exatamente a partir de espaços como os daquela sessão. Destacou o assassinato de Rosana Santos, de 23 anos, encontrada morta em Teresina; da menina Débora, de cinco anos, e de Iones, assassinada em seu local de trabalho em 30 de janeiro – caso pelo qual clamam a União Piauiense de Mulheres e o Movimento de Pequenos Agricultores de Picos, e que permanece sem punição do responsável.

Deputada Estadual Margarete Coelho, presidente da Procuradoria Especial da Mulher Parlamentar e membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Piauí, afirmou que, apesar da conquista de direitos das mulheres, a violência doméstica temida pelas mulheres e o machismo são obstáculos à cidadania plena. Para ela, é preciso buscar-se a emancipação financeira e sobretudo moral, porque



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

a estrutura machista ainda faz com que a mulher que não seja casada não seja considerada bem sucedida, preferindo um companheiro agressor a estar só. Destacou também os problemas na aplicação da Lei Maria da Penha, como no caso Patrícia/Iones, que confiaram na LMP mas tiveram seus bens perdidos, a guarda de um filho perdida, e uma vida que se acabou. Apontou o problema da falta de organização da rede de aplicação da Lei Maria da Penha, da ausência de plantão das delegacias, de peritas para atenderem as mulheres e de recursos humanos, bem como de lentidão na distribuição de processos, etc. Para ela, as políticas públicas precisam ser pensadas por mulheres, o que não ocorre no Piauí, que não tem órgão de primeiro escalão para isso, sendo que o Piauí perde recursos federais imensos devido à inexistência de órgão especializado. Afirmou que espera que o governador cumpra promessa de desenvolver políticas para mulheres. Destacou que os problemas das mulheres não se resolvem na assistência social, em que se localiza a diretoria de mulheres hoje, mas sim em políticas mais amplas de saúde, segurança pública, educação e empreendedorismo. Salientou que, embora os homicídios tenham um índice baixo no Piauí, o índice de agressões é imenso, vilipendiando o bem mais precioso do ser humano, a dignidade. Para a deputada, as mulheres estão denunciando mais, mas estão sendo mais agredidas também.

Sra. Patrícia prestou seu depoimento, cujo conteúdo está compreendido no item dedicado aos casos emblemáticos. Após esta afirmar que ocorreu audiência na ALEPI que não surtiu nenhum efeito, Deputada Estadual membro da Comissão dos Direitos da Mulher informou que levou a situação ao Secretário de Segurança Pública. Na oportunidade, o Deputado Federal **Dr. Rosinha** solicitou cópia dos encaminhamentos que foram feitos para reforçar o que foi pedido. Pediu também informações à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público sobre o Inquérito Policial. Ponderou que hoje a vítima se tornou a prisioneira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto alepi.pi.gov.br

Na audiência estavam presentes a União Piauiense de Mulheres, o Grupo Matizes, o RAAB, o Gemdac - Gênero Mulher Desenvolvimento e Ação para Cidadania, o Conselho Estadual e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Fórum de Mulheres Piauienses, o Instituto de Mulheres Negras, o Centro de Referência de Direitos Humanos de Timon e a Associação de Prostitutas do Piauí. Vários movimentos sociais presentes manifestarem-se contra a atuação da Sra. Delegada Vilma -- que desestimularia o registro das denúncias --, contra a falta de voz dos movimentos sociais na Sessão Solene, em luto pelo caso Iones e em protesto pela debilidade das políticas públicas de promoção dos direitos da mulher e de proteção e defesa contra a violência que vitima o gênero feminino. Ainda segundo parte dos movimentos sociais, na Assembleia Legislativa do Piauí a sociedade civil não tem voz, carecendo de legitimidade democrática.



Audiência Pública na Câmara Municipal de Teresina



Ana Luisa Ladeira Mota

A Deputada Federal Nilda Gondim, presidente da Subcomissão Especial, e o Deputado Federal Assis Carvalho participaram de audiência pública na Câmara Municipal de Teresina. A sessão debateu o tema da violência contra a mulher teresinense. A audiência, proposta pela presidente da Comissão de Assuntos da Mulher da Câmara Municipal de Teresina, **Vereadora Rosário Bezerra**, visou a dar visibilidade ao tema, que deve, segundo esta parlamentar, ser tratado como “prioridade por parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”. **Sônia Terra**, Diretoria de Políticas para Mulheres do Piauí, afirmou que “com a ajuda dos vereadores de Teresina podemos enfrentar o problema e quem sabe até controlá-lo. Na audiência, vamos incorporar dados de todas as entidades Subcomissão Especial - Violência Contra a Mulher



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

ligadas ao combate à violência sexual contra a mulher no Piauí, mas principalmente em Teresina, onde os casos são mais recorrentes”. A **Deputada Federal Nilda Gondim**, por sua vez, ressaltou que a visita dos parlamentares federais objetivou obter informações sobre a real situação dos órgãos de defesa da mulher, e que o poder legislativo municipal pode contribuir muito para a fiscalização das políticas públicas em defesa das mulheres vítimas. O **Deputado Federal Assis Carvalho** afirmou que “o Governo Estadual do Piauí tem que apresentar um Plano estratégico de segurança pública e de ações para enfrentar a violência doméstica, priorizando propostas de ampliação da rede de atendimento (delegacias, centros de referência, juizados, promotorias, núcleos e defensorias, serviços de abrigo, centros integrados, centros de atenção a mulheres migrantes)”.



Reunião com Sociedade Civil

“Agora que eu vi, nessa reunião, tantas mulheres na mesma luta, sei que não posso parar”. Jesus Lima.



Cristiane Galvão

A reunião com a participação exclusiva dos parlamentares da Subcomissão Especial e de representantes de movimentos sociais feministas, de mulheres e de direitos humanos ocorreu para que pudesse haver um diálogo franco e aberto sobre a situação da violência contra a mulher no Piauí. Isso se justificou também devido a muitas mulheres não se sentirem à vontade na ALEPI, que seria um espaço fechado às reivindicações sociais, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

de outro porque consideram que, de um modo geral, a mídia e, como consequência, a opinião pública, buscam o discurso oficial no que diz respeito à violência contra a mulher, e não o discurso do movimento social. A missão procurou ouvir os dois discursos. Utilizou-se espaço gentilmente cedido pela Universidade Federal do Piauí.

Manifestaram-se na reunião a professora Maria Sueli, do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPI, a Sra. Hortência Mendes, da Cáritas Brasil, a Sra. Marinalva, do núcleo de lésbicas e bissexuais do Grupo Matizes, as Sras. Lourdes E Lúcia, da União Piauiense de Mulheres, a Sra. Dulce, do GEMDAC, o Sr. Sebastião, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Sra. Halda, do Ayabás – Instituto de Mulheres Negras do Piauí, as Professoras Francineide Pires e Rita Sobral, da UFPI, a Sra. Jesus Lima, além dos Deputados Federais presentes: Dr. Rosinha, Nilda Gondim, Rosane Ferreira e Dr. Paulo César.

Como as manifestações das entidades foram de modo geral endossadas pelas demais, representando quase um consenso, o relato da atividade é apresentado por temas.

Direitos Humanos

Os movimentos criticaram o Estatuto do Nascituro, que institui a “bolsa estupro”, aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o qual, segundo as organizações, estimulará a violência contra as mulheres. Criticaram também a censura promovida pelo Ministro da Saúde à campanha de prevenção das DST focada nas prostitutas. Denunciaram ainda o fundamentalismo religioso, que quer impor seus valores ao conjunto da sociedade, num processo que consideram um retorno à Idade Média.

Segundo as entidades, os casos de violência contra a mulher não são tratados como violação de direitos humanos, tendo até mesmo sido extinta a coordenação de direitos humanos em 2010, estando o tema também inadequadamente subsumido à Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Criticou-se também a ausência absoluta de financiamento público ao Conselho de Direitos Humanos, o que praticamente impossibilita sua atuação.

Ponderou-se que a invisibilidade do Piauí, a invisibilidade das mulheres no Piauí, e ainda mais a das mulheres negras no Piauí dificulta a promoção e defesa de seus direitos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

(Note-se que, de acordo com o relatório CPMI da violência contra a mulher, as mulheres identificadas como negras ou pardas são as maiores vítimas de violência sexual no Piauí.) Denunciou-se que ninguém assume o combate ao racismo, e a absoluta omissão governamental sobre o tema no estado.

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres

As organizações apontam que a Lei Maria da Penha tem possibilitado o positivo debate no estado, mas que a fragilidade das instituições responsáveis por sua efetividade é imensa. O Estado tem apenas diretoria sem orçamento próprio e praticamente sem equipe, vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. Os representantes dos órgãos têm um trabalho de militância e não uma atuação efetivamente governamental, diante da falta de orçamento, de estrutura e de recursos humanos. A falta de órgão especializado implica na dificuldade de acessar recursos federais para a defesa das mulheres vítimas de violência e para a promoção dos direitos das mulheres.

Criticou-se a ausência de dados e estatísticas, que, ao mesmo tempo em que serve para que os gestores se esquivem de suas responsabilidades, prejudica o planejamento da ação estatal.

Segundo informações prestadas, o Pacto Nacional está vigente. Com ele, foram implantados o Núcleo da Defensoria Pública, o Centro de Referência e a Casa Abrigo de Teresina. O Centro de Referência é uma das portas para os encaminhamentos (por exemplo, as ligações ao Disque 180 são encaminhadas para Centro de Referência), mas ainda não conta com equipe interdisciplinar e tem horário de atendimento reduzido. Diferentemente do que o nome diz, o centro não é efetiva referência às mulheres vítimas de violência. As críticas sobre a falta de estrutura da Casa Abrigo também foram muitas.

Apontou-se que uma das grandes causas da perpetração da violência contra a mulher é que esta se sujeita às agressões pela dificuldade de assistência do Estado, como na insuficiência das creches, sendo inexistente no Piauí política de creches berçário. As ativistas criticaram também a falta de creches onde está sendo implantado o programa Minha Casa Minha Vida.



Segurança Pública

Segundo informações recebidas, os órgãos especializados no Piauí (delegacias especializadas e promotorias especializadas) não possuem competência para investigar e processar os crimes vermelhos – ou seja, aqueles contra a vida. Isso não se enquadra na lógica da proteção especial à mulher vítima de violência, positivada na Lei Maria da Penha. Por exemplo, o emblemático assassinato de Francisca Iones de Sousa não teve o respectivo inquérito presidido por delegacia especializada. Da mesma forma, também informou-se que o núcleo do Ministério Público especializado em violência contra a mulher não trata de homicídios. Isso causa grande indignação, já que retrocede às pautas dos anos 70 e 80, em que se reivindicava atendimento especializado para a mulher vítima de violência. Isso prejudica também a sistematização de informações e estatísticas sobre os crimes de gênero.

O índice de homicídios de mulheres no Piauí, que é o menor do Brasil segundo o Mapa da Violência (Instituto Sangari), é muito questionado. Desconfia-se que exista subnotificação, comprometendo a fidedignidade das informações prestadas pelos órgãos públicos que embasam a pesquisa. Supõe-se também que não existe tratamento adequado dos dados gerais sobre homicídios na Secretaria de Segurança Pública. Os movimentos sociais também afirmam que os dados oficiais não condizem com a quantidade de homicídios de mulheres decorrentes de violência doméstica ou familiar que são noticiados nos periódicos (videm item com notícias). Importante produtor de informações sobre homicídios de mulheres é o Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Piauí – Sinpolpi, baseado em informações divulgadas pelos meios de comunicação em todo o estado. Segundo essa entidade, em 2012 49 mulheres foram assassinadas no Piauí e, em 2011, 33. De qualquer forma, algumas militantes afirmam que não são necessárias estatísticas para comprovar que todas as mulheres são agredidas, em formas de violência que vão da tortura à opressão estética.

Criticou-se a inexistência de plantões nas DEAMs. Nos finais de semana as mulheres agredidas dirigem-se para a central de flagrantes, onde são desaconselhadas a registrarem ocorrência, retornando sangrando para casa sem sequer viatura para conduzi-las. Ou seja, nos finais de semana, feriados e no período noturno não é possível



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

registrar denúncias de violência doméstica contra a mulher. Nas DEAMs do interior a situação seria ainda pior: funcionamento apenas no período da manhã. Os movimentos denunciam também que a maioria das DEAMs ou está fechada, ou apenas com vigilante, ou em situação precária.

São reiteradas as críticas de que as mulheres são desestimuladas a registrar as ocorrências nas DEAMs, procedimento tomado inclusive pela Delegada Vilma. Uma militante, em entrevistas que fez com atendidas na DEAM do centro, relatou que muitas vítimas eram desestimuladas a registrar ocorrência, uma vez que eram questionadas sobre como seriam sustentadas caso o respectivos companheiros fossem presos. Outra militante relatou que sua sobrinha foi espancada e que, na Delegacia da Zona Norte de Teresina - Bairro Buenos, foi desencorajada a denunciar, com o argumento de que “deveria voltar para casa e cuidar dos filhos”. Segundo pesquisa sobre o tema (SOUSA, M. S. R. de. (coord.). Violência doméstica contra a mulher numa perspectiva sócio-jurídica. Teresina: UFPI, 2013, 76p.), na prática a dinâmica da notícia criminal no Piauí tem as seguintes etapas: “1. ida à DEAM para registro da ocorrência, momento em que é ouvida; 2. depois há uma oitiva em forma de acareação com o agressor; 3. audiência para informar se quer denunciar ou não; 4. envio do relatório do inquérito ao judiciário; 5. realização da audiência preliminar para informar se vai denunciar. E só a partir de então é dado início ao processamento da ação”, contrariando o disposto na Lei Maria da Penha (artigo 12), que determina que a representação deve ser imediatamente registrada pela autoridade policial. Os movimentos sociais queixam-se da aplicação das medidas protetivas, que também seria deficiente, uma vez que é a própria mulher que deve fiscalizar o cumprimento dela ou não.

A falta de recursos humanos – delegados, policiais, assistentes sociais – é patente. Não apenas para ampliar os horários e a rede de atendimento, mas também para prestar um serviço adequado. Por exemplo, o agressor de Iara, caso emblemático, está em liberdade, ainda que exista mandado de prisão contra ele. Chega-se a argumentar que a Lei Maria da Penha não mudou a realidade da violência contra a mulher porque os operadores são os mesmos, com uma mentalidade cúmplice das agressões. Por isso, defende-se não a simples capacitação, mas, sobretudo, a renovação dos quadros de atendimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

É criticável a invisibilidade dos crimes contra as lésbicas, e o fato de que, quando mencionada, a violência contra essas mulheres é tratada como se fosse algo novo. Relatório da corregedoria do Tribunal de Justiça, citado pelo movimento social, não mencionaria denúncias feitas por lésbicas, sendo igual a zero o registro de violência contra mulheres com essa orientação sexual. Isso porque, segundo denúncias, nem a DEAM nem a Delegacia de Direitos Humanos computam esses crimes. As mulheres lésbicas estão sujeitas a uma série de violências como estupro corretivo, violência e alienação parental, obrigação de casamento e violência patrimonial da família. Essas formas de agressão precisam ganhar visibilidade para que possam ser combatidas.

Segundo o movimento social, as DEAMS e a Delegacia de Direitos Humanos são inacessíveis às pessoas com deficiência, sendo que o juizado, por sua vez, teria sido adaptado apenas para o juiz, cadeirante. A DEAM não possui nem mesmo banheiro. Alegam também que os crimes contra as mulheres não são resolvidos, ao passo que outros, em que há interesse político, são solucionados rapidamente. Note-se, por exemplo, que, sempre segundo os movimentos sociais, suspeito de ser responsável pela morte de Iones foi ouvido apenas quatro meses após o homicídio.

O Secretário de Estado de Segurança Pública, Robert Rios, permanece no cargo, apesar de, segundo queixas recebidas, ironizar as dores das mulheres, dizendo inclusive que as mortes ocorrem mais em período chuvoso, “quando não se tem muito que fazer”.

Critica-se a cobertura dos crimes, uma vez que o noticiário local expia a culpa em poucos agressores enquanto a massa dos assassinatos e agressões permanece sem solução.

Representantes das entidades também afirmam que a Sra. Delegada Vilma, que ganhou muita publicidade depois que apareceu em programa de televisão em rede nacional, personaliza a política pública do atendimento especializado, mas não instaura os inquéritos que deveriam ser instalados. Denunciam que o governo se beneficia da posição de destaque daquela Delegada para afirmar que está tudo bem no que diz respeito à violência contra a mulher, quando isso não é verdade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Saúde

Denunciou-se que no SAMVVIS as mulheres são incentivadas a não abortar nos casos em que o ato é permitido pela lei. Afirmou-se também ser equívoco convidar a Cáritas para organizar a reunião, sendo que esta é contra a descriminalização do aborto.

Relatou-se que existe fundo do Estado para pagamento de médico particular para realizar aborto legal quando todos os médicos do SAMVVIS alegam objeção de consciência, o que é muito positivo para assegurar o direito ao aborto nos casos autorizados em lei. Ocorre, porém, que existe ofensiva de religiosos pra evitar abortos permitidos por lei, tendo inclusive ocorrido caso de menina de 11 anos, estuprada pelo irmão, que, grávida, não abortou, a partir de um possível convencimento de um religioso.

O SAMVVIS apresenta alto número de registros de estupro, o que não corresponderia aos números registrados nas DEAMs. Isso indicaria uma subnotificação, que pode se dar pelo machismo arraigado, que força as mulheres a “não se exporem”, e até mesmo por medo do agressor. Há relato sobre médico que se recusou a dar laudo de estupro para “vagabunda”, para não expor “pessoa de bem”.

Poder Judiciário

O grande avanço do Juizado tem sido exatamente o estabelecimento das medidas protetivas. O movimento social denuncia a não decretação de prisão preventiva do agressor que culminou assassinando a facadas Leoneide Ferreira; que não deu medidas protetivas em favor de Patrícia – tendo um magistrado afirmado que a própria Patrícia fez marcas em seu pescoço, que se autoviolentou, e que traiu marido e por isso mereceu agressões, em um julgamento moral; que na audiência em que Patrícia perdeu a guarda do filho menor estava sem defesa, sem a presença da Defensoria Pública.

A sociedade civil defendeu que os magistrados responsáveis pelo juizado da LMP precisam ser mulheres e com formação específica sensível à questão de gênero. Alguns militantes afirmaram que há membros do judiciário com problemas envolvendo a Lei Maria da Penha e que esse Poder seria o grande gargalo para a aplicação da LMP.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Ministério Público

O movimento social denunciou que Patrícia perdeu guarda do filho por pedido do Ministério Público.

Outras propostas de políticas públicas

Propôs-se alteração do artigo 27 da Lei 8.666/93, a fim de incluir, como requisito para a habilitação em licitações públicas, que o interessado comprove não ter praticado discriminação motivada por origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Afirmou-se que a proposta seria exequível porque as delegacias do trabalho possuem núcleos especializados, com dados necessários para a efetividade do novo dispositivo. Defendeu-se também notificação compulsória à delegacia do trabalho sobre as faltas das mulheres.

Propôs-se estabelecimento de cotas em programas sociais para as mulheres vítimas de violência, considerando que boa parte das vítimas se submete à violência por não ter condições de sobreviver sem o companheiro, e que outras precisam reestruturar suas vidas do zero quando são vítimas de violência.

Propôs-se ainda a simplificação do atual sistema de conveniamento com o governo federal – SICONV, Sistema de Convênio --, já que este praticamente tem impossibilitado que entidades da sociedade civil e prefeituras acessem recursos para desenvolvimento de políticas públicas locais.



Visitas

Defensoria Pública



Cristiane Galvão

A comitiva de Deputados Federais foi recebida pela Defensora Pública Geral do Piauí, Sra. Norma Brandão de Lavenère Machado.

A Defensoria Pública possui Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência, criado em 2004, ampliado com recursos federais do Pacto Viver Sem Violência em 2009. Existe convênio firmado, com a liberação financeira em trâmite, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República a fim de ampliar a estrutura.

A mulher vítima de violência é atendida diretamente no núcleo, não passando pela triagem geral de atendimentos da Defensoria. O Núcleo da Mulher, comparando com os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

outros núcleos temáticos, tem boa estrutura. Sala de espera com ar condicionado, brinquedos e TV. Mas existem problemas. O espaço é pequeno. As crianças não têm atendimento especial, ficando um vigia na sala a fim de evitar que elas saiam no recinto, por exemplo. O maior problema de espaço, porém, é a falta de possibilidade de atendimentos individualizados. A triagem é feita no balcão, de modo que todas as pessoas que estão na sala de espera podem escutar o que a vítima relata ali. Segundo os defensores, isso será modificado com o recebimento dos recursos do novo convênio para a ampliação do espaço. O atendimento com assistente social e psicólogo também é feito na mesma sala – dois atendimentos simultaneamente, o que é extremamente danoso, já que expõe as vítimas e praticamente inviabiliza um atendimento adequado, ainda mais quando se toca em problemas de fundo tão íntimo na maioria das vezes. O espaço também não conta com tratamento acústico, de modo que o que é dito em uma sala pode ser ouvido nas outras.

Outra falha grave é a fragilidade na política de proteção de vítimas e testemunhas. O Piauí não possui programa específico no Estado. Para as mulheres vítimas de violência, a política é a Casa Abrigo – vide item específico. Dessa forma, ou a vítima com sua família são inseridas no Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, sendo que não obtivemos nenhuma notícia de mulher que tenha sido abrigada por este programa, ou os próprios defensores cotizam-se para comprar passagem e enviar a vítima e seus dependentes para outro estado da federação. Uma sala com mesa e cadeiras, que funciona como sala de reuniões, também atua como sala de conciliação, chegando a fazer três conciliações por vez, o que também é danoso à dignidade das pessoas envolvidas, que acabam expondo seus dramas para terceiros desconhecidos.

O horário de funcionamento da Defensoria é das 7:30 às 13:30 horas, o que se mostra insuficiente e agudiza o quadro da falta absoluta de atendimento em plantão para a mulher vítima de violência.

O número de defensores públicos é insuficiente para a demanda. São 98 para as 20 comarcas, para atender todos os temas. Para o Núcleo são designados apenas dois defensores públicos, incompatível com a demanda diária de 20 e 30 atendimentos. Em 2003 o Governo Welliton Dias promoveu o primeiro concurso para a Defensoria Pública



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

em 20 anos. Este e outro concurso realizado posteriormente aumentarem o contingente de 18 para 98 defensores.

O Núcleo especializado possui apenas uma psicóloga e uma assistente social, que, por exemplo, faz buscas quando a mulher vítima de violência atendida na defensoria por alguma razão desconhecida não retorna e não dá mais notícias. Há também seis estagiárias e dois estagiários, que foram contratados a partir de recursos do Pacto Nacional. A Defensoria não possui nenhum servidor concursado, com exceção de seus membros. Ou são servidores deslocados de outros órgãos ou são terceirizados.

Apesar dos problemas de orçamento para a contratação de recursos humanos, a impressão da comitiva sobre a equipe da defensoria (Defensora Pública Geral, Defensores Públicos, funcionários e estagiários) é a melhor possível. São todos muito engajados e comprometidos. Há apoio institucional da Defensoria Pública – leia-se, da Defensora Geral e do Conselho da Defensoria - para a melhoria do atendimento à mulher vítima de violência. A atuação da instituição, especialmente da Defensora Pública Verônica Acioli de Vasconcelos, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência de Teresina, é altamente e positivamente reconhecida pelo movimento social. Em relação à Defensoria Pública de Santo Antônio de Lisboa, porém, uma vítima aponta parcialidade da instituição. Segundo ela, no local, Ministério Público, Judiciário e Defensoria se alinham à defesa do agressor.

Segundo as informações recebidas, o orçamento da Defensoria Pública não é fixo e é limitado pelo governo estadual.

Segundo a equipe da defensoria, é muito comum a mãe do agressor acompanhá-lo na defensoria e nas audiências judiciais, até mesmo como forma de legitimar a agressão. Há filhos de agressores cujas vítimas passaram pela defensoria que já figuram como agressores de suas companheiras.



Casa Abrigo Mulher Viva



Cristiane Galvão

O prazo máximo de acolhimento da casa abrigo é de três meses, mas a instituição muitas vezes não cumpre esse prazo porque as ameaças contra a vida das vítimas persistem. Não há policiamento – há apenas dois vigias sem armas à noite. Só em casos extremos algum agente é destacado para atuar na Casa Abrigo.

Não há equipe de serviços gerais. Há psicóloga e assistente social que atendem na parte da tarde. A cerca elétrica não funciona. Existe socioeducador para desenvolver atividades com os filhos das abrigadas.

Segundo funcionárias, a SPM sugere três casas abrigos no estado. Mas existe apenas um, na capital. No interior as mulheres não contam com nenhum tipo de assistência quando ameaçadas de morte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Existem apenas quatro vagas para famílias, sendo vinte vagas ao total para atender mulheres e seus filhos.

A proteção de vítimas também é feita de forma “artesanal”: a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania consegue obter passagem para a vítima sair do estado. Mas outros mecanismos de amparo posteriores não são oferecidos. A esse respeito, relatam o caso de mulher que estava abrigada quando marido matou a amante, e então saiu do Piauí com toda a família.

Não existe também policiamento para que filhos de vítimas frequentem a escola, de modo que, quando a justiça determina que as crianças devem ir ao sistema de ensino, eles correm risco. Hoje tanto os filhos de Patrícia quanto os de Iara vão à escola. A normativa das casas-abrigo determina que a mulher pode frequentar o espaço público e que a segurança ficará a cargo da polícia local. Mas é evidente que o policiamento não é ostensivo o suficiente para assegurar essa proteção. Existe sujeito oculto, mas determinado, que oferece risco. Risco este inclusive de o pai invadir a escola.

As abrigadas demonstram imensa gratidão à equipe da casa-abrigo, que fazem o “possível e o impossível” para garantir a vida e a dignidade das vítimas.



Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Vítima de Violência do bairro Centro de Teresina



Cristiane Galvão

O espaço da Delegacia não é adequado. Não há acessibilidade às pessoas com dificuldade de locomoção. Não há sanitários disponíveis para uso (estão lacrados, com defeito). Na chegada à DEAM, a Sra. Delegada Vilma recebeu a comitiva em sua sala, onde apontou um casal que estava, com ela, fazendo mediação. (Não é competência dos delegados de polícia a realização de mediações). A Sra. Delegada afirmou que quando a vítima chega à delegacia é registrado BO, e que posteriormente são tomados os depoimentos.

Não há espaço para atendimento individualizado no balcão. Em outra sala há espaço para dois atendimentos simultâneos pelos agentes de polícia, com os problemas da dignidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

individual decorrentes da falta de espaço individualizado, o qual pode ocorrer apenas na sala da Sra. Delegada.

O horário de funcionamento é das 8 às 18 horas – sendo que a Delegada costuma trabalhar até mais tarde. E não há plantões, de modo o que a agredida no final de semana deve efetivamente aguardar atendimento até segunda-feira.

Sobre a equipe, a Sra. Delegada afirmou não querer outro delegado ou outra delegada com ela. Disse que prefere trabalhar sozinha. Em contraste com as alegações do movimento social, a Delegada Vilma afirma que registra devidamente todos os casos que recebe. A Delegada ainda manifestou opiniões como a de que os homens agredem as mulheres porque são impotentes sexualmente e a proposta de castração química ou física dos agressores para combater o estupro.



Reunião com o Sr. Governador Wilson Nunes Martins



Cristiane Galvão

A comitiva da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara foi recebida pelo Sr. Governador do Piauí.

O **Deputado Federal Dr. Rosinha** esclareceu que a Subcomissão Especial não se destina a investigar, e informou que transmitiria a sensação da comitiva sobre o que foi visto e ouvido. Apresentou, então, as queixas sobre: a inexistência de programa estadual de proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas; sobre a falta de recursos humanos e estrutura física nas DEAMs, inclusive sobre a inexistência de plantões; falta de dados sobre a impunidade; falta de estrutura e de segurança da Casa Abrigo, com o registro do elogio sobre o comprometimento dos respectivos funcionários; permanência em liberdade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

do agressor de Iara, que tem mandado de prisão decretado; inconclusão do inquérito sobre o assassinato de Iones; ausência de creches berçário e de creches onde está sendo implantado o programa Minha Casa Minha Vida; falta de orçamento para os conselhos de direitos; inexistência de órgão especializado em políticas para mulheres com orçamento próprio; não interiorização dos equipamentos da rede de proteção à mulher vítima de violência; denúncias de postura inadequada do Secretário de Segurança Pública no que diz respeito à violência contra as mulheres; necessidade de mais orçamento para a Defensoria Pública, a fim de ampliar os recursos humanos, adequar a estrutura e poder oferecer plantões. A Deputada Federal Nilda Gondim enfatizou a importância de maiores recursos para a Defensoria Pública. O Deputado Federal Dr. Paulo César, por sua vez, ponderou que os homens se sentem mais seguros do que as mulheres no Piauí, cobrando medidas sobre os casos emblemáticos Patrícia e Iones e Iara.

O Sr. Governador afirmou que desconhecia muitas das informações repassadas pelos Deputados, pelo que lamentou e agradeceu ao mesmo tempo. Relatou os limites de arrecadação sofridos pelo Estado, as dificuldades quanto ao Fundo de Participação dos Estados, elogiou as medidas do Governo Dilma em relação à seca – com o que o Piauí cresceu 14%. Afirmou que a pressão para criarem-se mais e mais Secretarias de Estado e para a contratação de servidores é grande, mas que a Lei de Responsabilidade Fiscal o impede. Afirmou que irá transferir a Diretoria de Políticas Para Mulheres, na pessoa da Sra. Sônia Terra, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania para a Secretaria de Governo, para que tenha mais mobilidade e talvez maior equipe. O governador também ressaltou o aumento no número de Delegacias Especializadas em seu mandato, que hoje seriam 11 (segundo informação do sítio da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República são oito DEAMs no Piauí) e a contratação de psicólogos e delegados.



Notícias sobre Violência Contra a Mulher no Piauí

Em Simões – PI marido teria cortado a orelha da esposa e tentado assassiná – la

16 de maio de 2013 **Genal**

19:05



O fato aconteceu na cidade de Simões, na Rua Liberato José, a pouco mais de 500 metros da Delegacia de Polícia, na noite desta segunda-feira 13 de maio, por volta das 21:00h, quando Erinaldo Serafim de 29 anos, teria tentado matar sua companheira Ramires Alves de 19 anos.

A jovem Ramires, que já tem um filho de onze meses fruto deste relacionamento, há pouco mais de dois anos tinha começado um namoro com Erinaldo, que desde então não demonstrava ser agressivo, conforme relata a mesma. Há sete meses a jovem passou a morar na mesma casa com Erinaldo, onde, a partir de então, o mesmo começou a apresentar sinais de agressividades para com a jovem, no entanto, em momento algum Ramires denunciou Erinaldo por tais práticas.

Desde o domingo, nos relata Ramires que Erinaldo havia tentado agredi-la, como também havia tentado se enforcar, porém a mesma tentou contê-lo avisando também para família do seu companheiro do que havia acontecido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Na segunda-feira, antes do acontecimento, Ramires já vinha sendo ameaçada por Erionaldo, porém a mesma havia saído de casa, falado com algumas pessoas sobre essas ameaças, e mais tarde voltado para sua casa. Ao chegar, de moto, em frente a sua casa, Erionaldo surpreende Ramires com um soco e a jovem cai de cima da moto e sai correndo para casa do vizinho.

Já na casa do vizinho, Erionaldo pulou o muro e continuou agredindo Ramires com socos e a mesma tentando se defender, neste momento os vizinhos com medo de serem vítimas da agressividade do rapaz, tentaram pedir ajuda. Ainda dentro da casa do vizinho, Erionaldo tentou imobilizar Ramires e mordeu sua orelha a ponto de arrancar um pedaço, em seguida Ramires conseguiu se sair e foi socorrida por pessoas que estavam na rua, e outras pessoas tentavam impedir que Erionaldo fosse atrás da jovem, pois o mesmo dizia que iria mata-la.



Inquérito da garota supostamente abusada pelo pai será concluído este mês

Jovem afirma que foi abusada pelo padrasto e pelo próprio pai.

22/05/2013 - 17:36

• comentários



Franciele Silva.

Foto: Reprodução

Em uma postagem no Facebook, datada do dia 16 de maio, a jovem Franciele Silva tornou público que teria sido abusada sexualmente pelo padrasto e pelo próprio pai. Na postagem, ela dá detalhes

de sua denúncia e afirma já ter levado o caso à polícia, ressaltando que sua luta "ainda está no começo".



• **São João**

23/05/2013 15h02 - Atualizado em 23/05/2013 15h08

Suspeitos de matar mulher com 14 facadas são detidos em Uberlândia

Segundo delegado da Polícia Civil, todos têm envolvimento com drogas.

Crime foi em abril deste ano no Bairro Tocantins.

Um homem de 34 anos e dois jovens de 19 e 20 foram detidos na manhã desta quinta-feira (23) nos Bairros Tocantins e Guarani por suspeita de matar uma mulher de 42 anos em Uberlândia. De acordo com a Polícia Civil, **o crime foi no dia 19 de abril deste ano no Bairro Tocantins e a vítima foi morta com 14 golpes de faca**, além de pauladas.

Segundo o delegado Bernardo Pena Salles, a vítima era usuária de drogas e foi morta porque devia R\$ 250 a um dos suspeitos pela compra de um celular. A polícia acredita que todos eram envolvidos com drogas.

Ainda segundo informações da polícia, os três foram detidos em casa e nenhum resistiu à prisão. Com um deles, foram encontradas buchas de maconha e, de acordo com o delegado, os três vão passar por investigações durante o dia.

Bernardo explicou, ainda, que o jovem de 20 anos será investigado por outros dois homicídios ocorridos no Tocantins, no final de semana do Dia das Mães. “Ele é suspeito dos crimes e qualquer informação que possa nos ajudar a elucidá-los pode ser dada à Delegacia de Homicídios, por meio do telefone 181, o Disque Denúncia”, disse.



21h47min

TAMANHO DA FONTE **A- A+**

[e concorra a sorteios pelo facebook -->](#)

Homem mata ex-mulher a facadas no meio da rua em São João do Piauí

O casal tinha três filhos.



RETROSPECTIVA :: 2012

Um homem identificado como Marcelo Karatê matou a golpes de faca sua ex-mulher, Andressa de Jesus, de 31 anos na manhã desta segunda-feira em São João do Piauí. O crime aconteceu no meio da rua, quando Andressa voltava para sua casa e foi abordada pelo ex-marido no bairro

Juarezinho. Andressa, que estava havia se separado de Marcelo recentemente, levou quatro facadas nas mãos, peito, costelas e braços. O casal tinha três filhos

A Polícia Militar está em diligência para tentar capturar o acusado. Na delegacia de polícia de São João do Piauí contam vários registros de agressão de Marcelo em Andressa

Fonte: [Portal do Genipapo](#) | Publicado por: [Fabrício Vieira](#)



- [\(86\) 9971-1119](tel:(86)9971-1119)
 - jefsevinite@hotmail.com
 - [Jefse Vinite](#)
- [Regras do Blog](#)

Foi socorrida pela população - 14/05/2013 às 13h58

Gestante leva várias facadas do próprio marido em Cocal



Um homem esfaqueou sua esposa grávida de sete meses no final da tarde desta segunda-feira (13/05), na localidade Capiberibe, zona rural de Cocal. A agressão aconteceu dentro da casa do casal. De acordo com informações de vizinhos, o acusado Luciano Inácio, 42 anos, chegou a casa por volta das 17h e começou uma discussão com a esposa identificada por Maria do Perpetuo Socorro, 30 anos, todos foram surpreendidos quando a mulher gestante saiu correndo de casa toda ensanguentada em busca de socorro a quem passava pela estrada, com suspeita de fratura em um braço e com facadas em várias partes do corpo, um total de aproximadamente oito.

A mulher foi transferida para o (Hospital Estadual Dirceu Arcoverde) em Parnaíba. O acusado se evadiu do local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Considerações Finais

Faltam investimentos em estrutura e em recursos humanos, cujos quadros precisam-se renovar. Os relatos recebidos revelam alta cumplicidade de muitos operadores com o agressor e com a prática da violência contra a mulher; revelam o quão arraigada é a cultura do machismo, que não parece prestes a mudar. A Lei Maria da Penha não sairá do papel sem uma política sólida de contratação, renovação e formação especializada dos recursos humanos, no Poder Executivo, no Poder Judiciário e no Ministério Público.

A Sra. Delegada Vilma é figura emblemática no enfrentamento à violência contra a mulher no Piauí e tem imensa importância histórica nesse sentido, além de demonstrar forte engajamento para com a causa. Por isso, conta com grande apoio da sociedade piauiense. Mas há intensa personalização da política de Estado na figura da Delegada. E, ao indicar a Delegada Vilma como interlocutora da Secretaria de Estado de Segurança Pública com a comitiva da Subcomissão Especial, o Sr. Secretário de Segurança Pública eximiu-se de sua responsabilidade. Por mais engajada que seja, a Sra. Delegada responde apenas por uma delegacia, e não por toda uma complexa política de segurança pública.

O índice de homicídios do “Mapa da Violência” é muito questionado pelas organizações da sociedade civil. O Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Estado do Piauí produz estatística de homicídios a partir do noticiado pela imprensa. É um dado confiável para os movimentos sociais. De acordo com o levantamento, no ano de 2012, 49 mulheres foram assassinadas, enquanto a atualização do Mapa da Violência registra 40 assassinatos de mulheres em 2010. A diferença é de 22,5%. Se a pesquisa fosse referente ao ano de 2012, e se o dado utilizado fosse o do Sinpolpi, possivelmente o Piauí continuaria no último lugar no ranking de homicídios de mulheres no Brasil – ainda que, de fato, a sensação unânime da comitiva é de que a violência contra a mulher no Piauí é alarmante. Consoante Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada “Violência contra a mulher, perfil dos feminicídios no Brasil, 2009-2011”, que visa a corrigir a subnotificação, o Piauí permanece com o menor índice de assassinatos de mulheres do Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Uma possível explicação para o fenômeno, segundo o pesquisador responsável pelo Mapa da Violência, seria a diferença entre a percepção e realidade: a discrepância entre percepção da violência, causada pela barbaridade dos crimes e pela impunidade, em contraposição ao real número de assassinatos. A pesquisadora responsável pelo estudo do IPEA, Leila Posenato Garcia, entretanto, avalia que a diferença entre percepção e realidade possivelmente não é a principal explicação para a situação observada, uma vez que a percepção não respeita limites territoriais, ao tempo em que o Piauí discrepa dos estados vizinhos. A posição do Piauí no ranking, mais provavelmente, se deveria à pior cobertura de registros de óbitos nesse estado, ou seja, às mortes em relação às quais sequer é feita declaração de óbito, assim como a qualidade da informação no sistema, uma vez que óbitos por causas violentas podem estar classificados como eventos cuja intenção e indeterminada, ou causas mal definidas.

De qualquer forma, a colocação do Piauí no ranking não pode servir como subterfúgio para que o Estado não tome as medidas devidas para enfrentar a violência contra a mulher, e que continue eximindo-se em consolidar a rede, de modo a prevenir, punir e reparar os crimes de gênero. Além disso, as informações sobre os atendimentos realizados nos serviços públicos devem ser mais bem consolidadas, pois a falta de dados e de estatísticas, além de poder servir de um “escudo” para os gestores, também prejudica o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

A postura de servidores do Estado -- como os da Diretoria de Políticas para Mulheres, da Casa Abrigo, da rede de saúde e da Defensoria Pública -- revelam que esses agentes públicos atuam de forma militante, comovente e heroica. Mas não são amparados por uma sólida política de Estado, coordenada e razoavelmente suficiente.

Nesse sentido, é importante frisar a necessidade de maior estruturação física e em recursos humanos da Defensoria Pública do Piauí em todas as comarcas e também na capital, considerando o relevantíssimo papel desempenhado por esta instituição no combate à violência contra a mulher, e ainda o elevadíssimo número de atendimentos realizado diariamente pelo Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência.

Os recursos do governo federal recebidos da Secretaria de Políticas para Mulheres possibilitaram a instalação de equipamentos como Centro de Referência, Núcleo da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Defensoria e Casa Abrigo. O número de delegacias no estado também aumentou. Mas os avanços são muito insuficientes.

Em relação ao Poder Judiciário, são preocupantes as denúncias de: demora na decretação de prisões preventivas – como no caso Leoneide Ferreira, que, segundo relatos, registrou sete boletins de ocorrência que não culminaram no mandado de prisão do agressor, o qual a assassinou a facadas; não decretação de medidas protetivas em favor de Patrícia; julgamento de que uma agredida teria provocado lesões em seu próprio pescoço; julgamento moral e não jurídico de casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher; julgamentos sem que uma das partes estivesse assistida pela Defensoria Pública ou por outro advogado constituído; de absolvição do agressor de Iara das acusações de violência sexual contra seus filhos, apesar da existência de prova testemunhal consistente.

Lamenta-se que o Poder Judiciário não tenha enviado representante para dialogar com a comitiva de Deputados. Ainda que o Desembargador Coordenador da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar tenha justificado sua ausência diante de compromissos, seria importante que outro membro do Poder Judiciário tivesse sido designado como interlocutor. O Piauí possui apenas um Juizado de Violência Doméstica e Familiar, em Teresina. Estudo “Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha”, do CNJ, publicado em 2013, afirma a necessidade de criação de mais dois Juizados, um em Parnaíba e outro em Picos.

O CNJ realizou estudo que aborda percentual de processos julgados em relação aos ingressados. O Piauí, nesse cálculo, apresentou média de 65%, acima da nacional, de 57%. Apesar do bom desempenho relativo, o cálculo fala apenas dos processos encerrados, independentemente da causa do encerramento. Segundo as informações prestadas pelo Ministério Público, 90% das causas sob sua responsabilidade foram denunciadas. Destas, 3% foram julgadas e 50% atingidas pela prescrição. Ou seja, há indício de que a alta “resolutividade” dos casos no Piauí se deva à prescrição. Dessa forma, em sendo verdadeiras as informações recebidas, o Poder Judiciário do Piauí deve tomar as providências cabíveis para a maior celeridade na instrução processual, inclusive com a contratação e capacitação de recursos humanos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Revela falta de compromisso com a promoção e defesa dos direitos da mulher vítima de violência doméstica o fato de o Poder Judiciário e o Ministério Público do Piauí também não terem sequer enviado informações solicitadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A presidência da Comissão de Seguridade Social e Família solicitou informações ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Piauí (Ofício 573/2013 de 17 de julho de 2013, reiterado pelo Ofício n.º 775/2013 de 1º de outubro de 2013) sobre os seguintes itens:

- Falta de recursos humanos, acessibilidade e estrutura física nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, inclusive para, como prevê a Lei 11.340, encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal, fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida, se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- Inexistência de plantões nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, com o agravante de que esse tipo de atendimento é mais necessário exatamente no horário noturno e em finais de semana e feriado;
- Permanência em liberdade do agressor de Iara, mesmo com mandado de prisão decretado, informado à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Centro de Teresina em 11 de março de 2013 – Ofício 288/2013 da 5ª Vara Criminal do Piauí;
- Não finalização do inquérito sobre o assassinato de Iones, morta em 30 de janeiro de 2013 em Santo Antônio de Lisboa;
- Ausência de segurança adequada à Casa Abrigo de Teresina;
- Falta de capacitação adequada dos profissionais de segurança pública, inclusive a fim de evitar o desestímulo ao registro de ocorrências de violência contra a mulher e prática de procedimentos não previstos em lei para a representação dos crimes de ação penal condicionada;
- Não investigação dos crimes de homicídios de mulheres pelas Delegacias Especializadas, onde existem.

Entretanto, infelizmente, não se recebeu qualquer resposta.



MISSÃO OFICIAL A PALMAS - TOCANTINS

27 e 28 de junho de 2013

Estatísticas

Segundo o Mapa da Violência (Flacso/Cebela), 34 mulheres foram assassinadas em 2010 no Tocantins, numa taxa de 05 homicídios por 100 mil mulheres, ocupando a 12ª pior posição no ranking. Palmas, por outro lado, é a última colocada no ranking das capitais, com 1,7 homicídios por 100 mil mulheres. Segundo os dados corrigidos da pesquisa “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil” (IPEA), entre 2009 e 2011 foram 6,75 homicídios de mulheres por cem mil habitantes, o que coloca o Tocantins como o 11º pior estado.

De janeiro a dezembro de 2012 a Central de Atendimento à Mulher registrou quase 2.900 denúncias vindas do estado do Tocantins, representando o índice de 416,59 registros para cada grupo de 100 mil mulheres no estado, ocupando a 21ª posição no ranking organizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Vale notar que, de acordo com estudo do Conselho Nacional de Justiça publicado em 2013, 66,64% das mulheres agredidas no Tocantins tiveram como sujeito ativo da agressão o cônjuge, o ex-cônjuge ou parente. É o segundo maior percentual desse tipo de agressão do Brasil, atrás apenas de Sergipe.

Participação no Seminário Para Elas: Por Elas, Por Eles, Por Nós – Macrorregional Norte Sobre Saúde e Violência Contra as Mulheres

Os Deputados Federais Dr. Rosinha, Rosane Ferreira, Dr. Paulo César e Professora Dorinha Seabra participaram da mesa de abertura do Seminário Para Elas: Por Elas, Por eles, Por nós – Macrorregião Norte, organizado pela Universidade Federal de Minas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Gerais /UFMG, juntamente com o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins e a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, realizado no Auditório do Centro Universitário Luterano de Palmas. O **Deputado Federal Dr. Rosinha**, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, agradeceu a oportunidade, ao tempo em que notou a baixa presença de homens na plateia, o que indica o quanto o tema da violência contra a mulher ainda precisa receber mais atenção do gênero masculino. O parlamentar salientou que o medo que as mulheres têm de notificar – provocado pela desinformação, pelas ameaças que sofre e pela falta de estrutura de apoio à vítima --, aliado à grande impunidade dos crimes de gênero, são fatores que contribuem para a persistência da violência contra a mulher no Brasil. Sublinhou que o sistema de defesa da mulher vítima de violência é precário, e que funciona de modo à vítima tornar-se prisioneira e o agressor permanecer livre, o que merece um debate nacional. Destacou ainda que a Comissão de Seguridade Social e Família está à disposição para receber os resultados do evento.



Cristiane Galvão

Os Deputados ainda assistiram às exposições sobre o Projeto de Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência, realizada por Elza Melo (UFMG), sobre a Situação no Brasil da Violência contra a Mulher, realizada por Caroline Schweitzer de Oliveira (ATSM/MS), e sobre Violência e o Sistema VIVA, realizada por Fabiana Gadelha (SVS/MS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Reunião com Sociedade Civil e Representantes de Poderes Públicos



Cristiane Galvão

Em parceria com a Deputada Estadual Amália Santana, foi realizado encontro, na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Tocantins, com sociedade civil e representantes dos poderes públicos.

Estiveram presentes e manifestaram-se no encontro representantes das seguintes organizações: Centro de Direitos Humanos de Palmas; Grupo Feminista Dina Guerrilheira; Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas; Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins; Sindicato Regional de Buritis; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco; Movimento de Mulheres Camponesas; União Nacional dos Estudantes; Núcleo Feminista Olga Benário; Marcha Mundial Mulheres; União Brasileira de Mulheres; Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde - ANEPS; Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero da Universidade Federal do Tocantins; Associação Vida e Luz; Centro dos Direitos de Defesa da Criança e do Adolescente; Associação da Comunidade Quilombola de Varra Garoeira; Comunidade Quilombola de Mumbuca – Jalapão; Associação de Mulheres Trabalhadoras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Rurais de Buritis; Movimento de Atingidos por Barragens; Via Campesina; Associação dos Catadores de Material Reciclável; Movimento Estadual de Direitos Humanos; Colônia de Pescadores de Itaguatins; Comitê de Mulheres do Jalapão; Instituto Direitos Humanos e Meio Ambiente; Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais; Associação de Mulheres Unidas; GAM – Grupo de Apoio a Mulheres; Movimento Estadual de Direitos Humanos (Igreja Presbiteriana); Consaúde; Conselhos Municipal dos Direitos da Mulher de Indianópolis. Estiveram presentes também Vereadora Vânia, Dr. Adriano Gomes – Juiz Coordenador de Combate a Violência Doméstica, Sra. Vera Xavier, Diretora de Assistência à Mulher e Presidente do Conselho Estadual e Presidente da Câmara Técnica do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, Dra. Vanda Sueli Nunes, membro da Defensoria Pública do Tocantins, Dr. João Edson de Souza e Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, membros do Ministério Público do Tocantins e representantes da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher de Colinas e da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher de Palmas.

A **Deputada Estadual Amália Santana** deu as boas vindas aos integrantes da Missão Oficial e às demais pessoas presentes. Falou do quão grave é o problema da violência contra a mulher e da impunidade desses crimes, e salientou que, ainda que esta seja uma realidade em todo o território nacional, é importante que os cidadãos tocantinenses lutem para solucionar essa chaga. A **Deputada Federal Professora Dorinha Seabra** saudou a iniciativa da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, que, segundo a parlamentar, irá dar mais visibilidade ao Tocantins e contribuir muito com a provocação para que cada agente cumpra com seu papel. O **Deputado Federal Dr. Rosinha** destacou que o objetivo da reunião é ouvir o movimento social e os agentes locais, ao passo que a **Deputada Federal Rosane Ferreira** resgatou os dados sobre violência contra a mulher no Brasil e no Tocantins.

Carta das Mulheres Tocantinenses pelo Fim da Violência contra a Mulher

Iniciando as falas da sociedade civil, a **Sra. Maria do Socorro** procedeu à leitura de Carta das Mulheres Tocantinenses pelo Fim da Violência contra a Mulher, assinada pelas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

seguintes organizações: Fórum de Articulação de Mulheres Tocantinenses; Grupo Feminista Dina Guerrilheira; Casa 8 de Março – Organização Feminista do Tocantins; Movimento Estadual de Direitos Humanos; Centro de Direitos Humanos de Palmas; Centro de Direitos Humanos de Taguatinga; Centro de Direitos Humanos de Formoso; Centro de Direitos Humanos de Porto Nacional; Centro de Direitos Humanos de Araguatins; Centro de Direitos Humanos de Araguaína; Centro de Direitos Humanos de Colinas; Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Associação Mães Carentes de Buriti; Associação de Mulheres do Buriti; Promotoras Legais Populares; Professoras da Escola Eurídice de Melo; Professoras da Universidade Federal do Tocantins; Mulheres de Araguatins, Buriti, Araguaína, Colinas, Palmeirante, Rio dos Bois, Porto Nacional, Palmas, Tocantínia, Augustinópolis, Novo Jardim, Aurora, Taguatinga, Dianópolis, Palmeirópolis, Barra do Ouro, Babaçulândia, Ponte Alta e Itaguatins. Eis o texto:

“Nós, mulheres tocaninenses, representantes de diversos grupos, tais como feministas, defensoras de direitos humanos, indígenas, negras, quilombolas, idosas, lésbicas, adolescentes, mulheres em situação de prostituição, atingidas por barragens, camponesas, raizeiras, artesãs, artistas, donas-de-casa, trabalhadoras da saúde, educadoras populares, professoras, estudantes, da região Sul, Norte e Central do estado do Tocantins, que participamos do V Monitoramento da Violência contra a Mulher, promovido pelo Fórum de Articulação de Mulheres do Tocantins, e da Semana de Combate à Violência contra a Mulher, realizada pelo Grupo Feminista Dina Guerrilheira, do Centro de Direitos Humanos de Palmas, reunidas em assembléia, aprovamos por aclamação o texto da seguinte carta, que dirigimos às autoridades e à sociedade do estado do Tocantins:

Considerando que o Tocantins é o segundo estado da região norte e o décimo segundo estado brasileiro em número de homicídios com vítimas mulheres, segundo consta do Mapa da Violência 2012, Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil (CEELA e FLACSO) e que houve aumento significativo de feminicídios e tentativas, violência sexual e crimes de lesão corporal contra as mulheres;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Considerando que a violência institucional de gênero contra a mulher, fundada e mantida em razão da cultura patriarcal, machista e sexista fortemente presente na sociedade brasileira, atinge mulheres de todas as idades, etnias, orientação sexual e classes sociais e em todos os ambientes, e, ainda, perpassa as relações interpessoais e influencia os valores que são repassados de geração para geração;

Considerando que o estado do Tocantins assume uma política desenvolvimentista de grandes projetos de empreendimentos que sucateiam o aparato estatal que já é deficitário e insuficiente impactando prioritariamente a vida das mulheres com aumento de: tráfico interno e externo das mulheres, prostituição de mulheres e transexuais, doenças sexualmente transmissíveis, álcool e drogas, abuso e exploração de crianças e adolescentes e gravidez na adolescência;

Considerando *que um mundo sem violência é um direitos das mulheres, que todas sonhamos com uma vida onde nossos direitos à moradia, trabalho, lazer, saúde, educação e dignidade sejam respeitados;*

Considerando *nossos anseios de amar e sermos amadas com liberdade, autonomia, justiça e valorização ainda em vida;*

Exigimos dos órgãos do Estado e Municípios responsáveis a execução das políticas públicas garantidas pela Constituição Federal, Lei Maria da Penha – 11.340/06 e Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por meio da:

- 1. Criação da **Política Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher**, a ser gerida por uma **Secretaria Estadual da Mulher**, com recursos e infraestrutura adequados, cobertura a todos os municípios, bem como gestora reconhecida publicamente como defensora dos direitos das mulheres;*
- 2. Rearticulação da “Articulação violência contra a mulher em foco”;*
- 3. Prestação dos serviços básicos de saúde 24 horas e aos finais de semana, com qualidade, equipados e com profissionais capacitados, quais sejam: centros de referências, casa de passagem, casa abrigo, conselhos tutelares, delegacias especializadas de atendimento às mulheres (DEAM's) e Instituto Médico Legal;*
- 4. Realização de concursos públicos que permitam ao poder público ação correspondente à demanda popular;*
- 5. Reativação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Violência e Saúde:

1. *Prestação de serviços básicos com eficiência, humanizado e com linguagem acessível às mulheres camponesas (acampadas, assentadas e reassentadas) e indígenas;*
2. *Atenção e agilidade para os exames especializados, com destaque para a mamografia e aquisição de máquinas, bem como recursos humanos para operá-las;*
3. *Fortalecimento do controle social através do Conselho Estadual de Saúde;*
4. *Definição de Protocolo Único de Atendimento nas unidades básicas, porta de entrada das mulheres à rede.*

Violência e Educação:

1. *Promoção de uma educação não sexista, não machista, não homofóbica e laica, que promova a igualdade entre mulheres e homens, com inclusão deste aspecto no Plano Estadual de Educação;*
2. *Ampla divulgação da Lei Maria da Penha em linguagem popular;*
3. *Aplicação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos;*
4. *Aumento do número de creches e escolas do campo, com o pleno funcionamento das escolas já construídas na zona rural;*
5. *Metodologia de formação e ressocialização dos homens;*
6. *Apoio aos cursos de Promotoras Legais Populares.*

Violência e Segurança Pública e Sistema de Justiça:

1. *Criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher atendendo as demandas existentes nas cidades do Estado;*
2. *Atendimento policial humanizado nas delegacias que respeite as crianças, adolescentes e mulheres;*
3. *Melhoria das condições do presídio feminino e centros de atendimento socioeducativo, nos quais sejam eliminadas todas as formas de revista íntima constrangedora, bem como concessão do direito à visita íntima para adolescentes e mulheres;*
4. *Que a Polícia Comunitária seja programa oficial da Política de Segurança Pública;*



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

5. Monitoramento do funcionamento das varas especializadas e criação do Juizado Especial da Violência Contra as Mulheres, como preconiza a Lei Maria da Penha;
6. Desenvolver e divulgar um fluxograma de encaminhamentos dados às mulheres após apresentação de denúncias;
7. Proteção adequada às adolescentes e mulheres que denunciem toda e qualquer forma de violência.

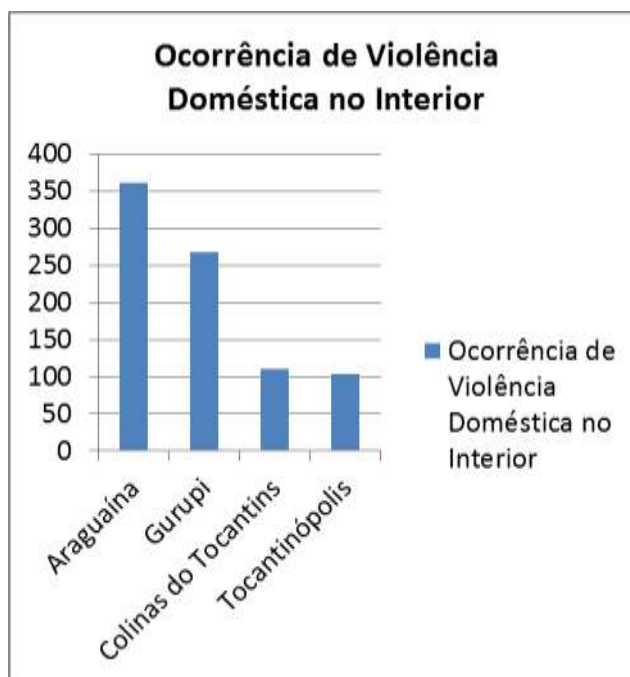
Nós, mulheres tocantinenses reafirmamos que somos contra a flexibilização da Lei Maria da Penha e que somos contra o rebaixamento de 14 para 12 anos a idade para que a adolescente seja considerada vulnerável à violência sexual e à exploração sexual comercial (conforme Lei 12.015/09)."

Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Falas de representantes dos poderes públicos, gestores e militantes afirmaram que a rede de enfrentamento à violência contra a mulher não existe, uma vez que não haveria integração dos órgãos responsáveis. Sempre segundo os relatos, o Estado do Tocantins não possui política pública de enfrentamento à violência contra a mulher: há meramente ações pontuais.

De acordo com pesquisadoras, não há política de combate violência sem secretaria de políticas para mulheres, inexistente no Tocantins. Há apenas diretoria, sem dotação orçamentária própria, sem capacidade de ordenar despesas, incapaz de atender às necessidades de promoção e defesa dos direitos das mulheres.

Os poucos conselhos de direitos da mulher existentes nos municípios, por sua vez, não funcionam – funcionam apenas aqueles relacionados a fundos, como o de assistencial social e o de educação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Seria também necessária a ampliação e fortalecimento da rede em municípios do interior do estado. Levantamento realizado pelo Coletivo Dina Guerrilheira baseado em dados do SIOF – Sistema Integrado de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins – indica que no interior também ocorrem muitos registros de violência contra a mulher (*vide gráfico produzido pelo Coletivo*).

A Sra. Vera Xavier, Diretora de Assistência à Mulher, afirmou que a diretoria está caminhando para definir uma política de atendimento no Tocantins e para o fortalecimento da rede, que é o foco das atuações da secretaria. Afirmou que o empenho de todos os movimentos é fundamental nesse processo, e ponderou que a presente reunião foi a primeira mobilização pela criação de uma Secretaria de Políticas para Mulheres. Afirmou ainda que o fundo dos direitos da mulher, em tramitação no Congresso Nacional, é fundamental para o avanço nessa política pública.

Repasse de recursos federais

Representantes de secretarias municipais de mulheres pediram repasse de verbas diretamente para os municípios que já possuem secretaria de mulheres, já que os recursos do governo federal seriam repassados apenas a Estados, e que a precariedade da Diretoria prejudicaria a efetivação das políticas públicas voltadas ao gênero feminino. A esse respeito, a **Deputada Federal Professora Dorinha Seabra** esclareceu que o SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal) foi aberto para prefeituras, e que muitas prefeituras se cadastraram, mas muitas outras não apresentaram projetos.

Muitas falas demonstram que o SICONV tem sido um grande entrave ao recebimento de recursos pelos entes federativos, tal é a sua dificuldade operacional. Gestoras propõem a substituição do SICONV pelo SALIC Web do Ministério da Cultura, que é sistema menos burocratizado que deveria ser expandido para outros ministérios.

Amparo às vítimas

A falta de autonomia econômica das mulheres é um fator que contribuiu para a ocorrência da violência, já que aquelas dependentes economicamente têm mais dificuldades em



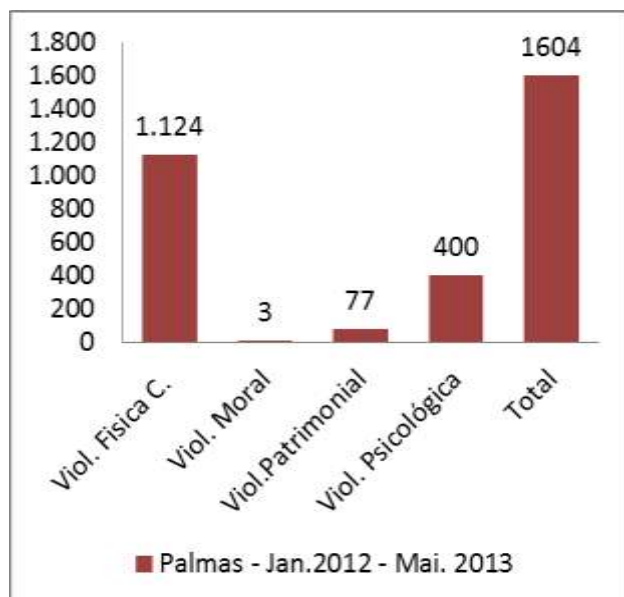
CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

deixar maridos e companheiros violentos. Assim, a inclusão produtiva das mulheres seria essencial para combater a violência de gênero. Note-se, por exemplo, que, segundo informações recebidas, dos 526 empreendimentos de economia solidária no Tocantins, 500 são formados só por mulheres. Mas os empreendimentos enfrentariam dificuldades de se manterem.

Os representantes de entidades da sociedade civil enfatizaram que a previsão legal do direito de a mulher denunciar é insuficiente se, após a denúncia, a vítima volta para casa para ser agredida novamente. Uma ativista chegou a questionar: “Denunciar para que? Para morrer mais ligeiro?”.

Seria necessário, segundo gestores e militantes, algum tipo de amparo financeiro para a vítima. Isso porque as mulheres agredidas muitas vezes dependem de pensão do marido, os quais amiúde trabalham por diárias e não podem ser presos, desestimulando que as vítimas registrem ocorrências. Outras querem que os maridos saiam da prisão porque sua renda é essencial para a família. A Casa Abrigo, conforme apontam diferentes setores, transforma-se também em uma forma de prender a vítima enquanto o agressor permanece solto, sendo necessária outra forma de amparo às agredidas e ameaçadas.



Criticou-se também a precariedade ou inexistência de equipes multidisciplinares. Levantamento realizado pelo Coletivo Dina Guerrilheira baseado em dados do SIOP - Sistema Integrado de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins indicam que dentre as formas de violência contra a mulher, ocorrem em maior grau a psicológica e a física (*vide gráfico*). Isso indicaria, para o movimento social, necessidade de rede de proteção à mulher

que envolva tratamento psicológico de qualidade. O acompanhamento por profissionais especializados deveria ser destinado a vítimas e agressores, a fim de curarem-se as feridas e de evitar-se a perpetuação do ciclo da agressão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Saúde

Militantes denunciaram o perigo que representa a aprovação do Estatuto do Nascituro, que faria aumentar a violência contra a mulher.

O CONSAÚDE apontou o problema grave do câncer de colo de útero no Tocantins.

Segundo relatos recebidos, apenas o Hospital Dona Regina de Palmas faz aborto legal no estado inteiro. O SAVIS desse hospital é o único do Tocantins, e atende também Maranhão e Pará. Não ficou esclarecido se após a vítima ir ao Hospital Dona Regina precisa ir também ao IML para realização de perícia, mas relatos indicam que o duplo procedimento seria exigido por uma das delegadas de Palmas.

Reclamou-se da falta de atenção à saúde, tendo uma quebradeira de coco inclusive relatado que não faz exames preventivos porque, se estes acusarem algum problema, ela não terá como se tratar.

Relataram-se também sobre as doenças pós-construção dos grandes empreendimentos, em volume com o que o sistema de saúde pública não teria condições de lidar, e sobre imenso aumento dos casos de DST e de gravidez precoce.

Evasão escolar

A União Brasileira de Mulheres – Tocantins realizou pesquisa sobre evasão escolar. Constatou que pelo menos 13% das crianças que se evadiram o fizeram por causa da violência doméstica: porque em casa pais e mães são violentos, ou porque o pai violenta a mãe que, por sua vez, violenta a criança.

Segurança Pública

Os agentes públicos e os militantes reconhecem a Lei Maria da Penha como um grande instrumento, que traduz o sentimento da sociedade civil. Mas ela está longe de ser aplicada na realidade. Alegou-se que existe grande silêncio no que diz respeito à violência doméstica no Tocantins, e que o ranking do Mapa da Violência estaria errado.

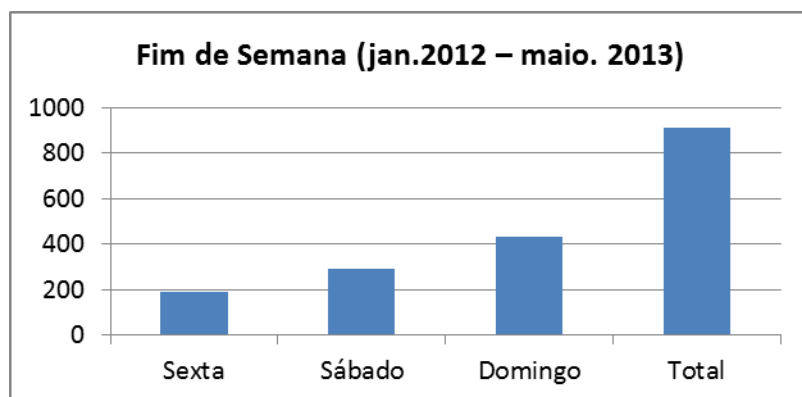


CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Segundo relatos recebidos, das 11 delegacias que recebem o nome de “especializadas” no atendimento à mulher vítima de violência, apenas duas atuam unicamente no tema, ambas em Palmas. As outras, apesar de receberem o nome de delegacias especializadas, também atendem a outros crimes. Por exemplo, a DEAM de Araguaína funcionaria em pequena salinha com outras delegacias, gerando imenso constrangimento às vítimas da violência doméstica e familiar.

As delegacias especializadas não funcionam em plantão – apenas há plantão centralizado. O magistrado presente à reunião destacou que há deficiência no atendimento inicial à mulher vítima de violência, que é prestado pelas delegacias. Como as **DEAMs não funcionam em regime de plantão**, e a maior parte das ocorrências se dá à noite ou nos finais de semana, as vítimas são atendidas em outras delegacias.

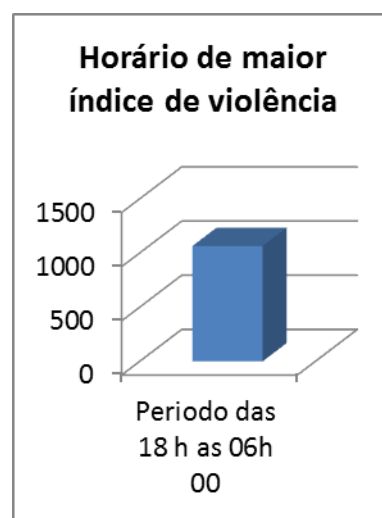


Note-se que a percepção de que os delitos ocorrem majoritariamente nos períodos de descanso, além de ser uma observação empírica, foi comprovado por levantamento realizado pelo Coletivo Dina Guerrilheira baseado em dados do SIOP - Sistema Integrado de

Operações da SSP/Tocantins.

De acordo com a mesma pesquisa, todas as ocorrências de crime de violência contra mulher ocorrem no período da noite e da madrugada.

A Subcomissão Especial recebeu informação de que o Núcleo Especializado de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Defensoria Pública do Tocantins instaurou o PROPAC nº 100/2012, em 31 de outubro de 2012, para a criação e instalação de DEAM com funcionamento 24 horas.



Segundo o juiz presente à reunião seria necessário voltar atenção para melhor preparação da polícia civil, e não para a construção de mais delegacias. Segundo ele, há



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

mais inquéritos em delegacia do que processos judiciais. Afirmou ainda que a cultura do machismo precisa ser mudada e que é preciso focar o tema no sistema educacional. Para o juiz, a cultura do machismo vem mais da mulher do que do homem.

Segundo o representante do Ministério Público, a grande maioria das delegacias não possui acessibilidade, condição individualizada de atendimento, separação entre agredida e agressor. Não há psicólogos e assistentes sociais.

Há, segundo relatos, grande despreparo dos profissionais, que se comportam de forma machista. Militante chegou a afirmar que um delegado, ao atender vítimas de violência doméstica, afirma que “as mulheres gostam” desse tipo de agressão. Ou, então, falas de policiais como a seguinte: “você apanhou porque mereceu”. Relatou-se também caso de policial, que no dia seguinte a ter se recusado a atender mulher vítima de violência doméstica, estava tomando cerveja com o agressor. Uma militante relatou o caso de uma amiga que apanhou e que o marido, o qual “foi pego pela polícia, mas que em cinco minutos já estava solto”. Denunciou-se ainda que o desrespeito das autoridades policiais – e autoridades públicas em geral -- é mais forte contra as mulheres pobres.

Denunciou-se ainda que a situação das mulheres no sistema prisional é caótica: Figueirópolis teria delegacia de mulheres cuja capacidade é de oito detentas, mas lá há 38. Relatou-se caso de mulher que foi detida em sala de 1,5 metro quadrado de frente para banheiro, em situação causticante.

Mencionou-se o problema do tráfico de mulheres: segundo agente público, vans saem do Maranhão cheias de mulheres para se prostituírem em Colinas, no Tocantins, sendo os clientes principalmente caminhoneiros que transportam soja. Segundo o gestor, o município não recebe ajuda do Estado para combater esse tipo de problema.

Membro do Poder Judiciário e do Ministério Público afirmaram que o problema das condenações criminais é deficiência na instrução policial. De um lado, haveria despreparo e má vontade dos profissionais, que registram as ocorrências apenas superficialmente, não realizam as oitivas devidas e não colhem as provas necessárias. De outro, dificuldade na produção de prova pericial no interior – as vítimas devem se deslocar até onde há IML, apenas em Araguaína e Gurupi, sem regime de plantão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Poder Judiciário

O Juiz Coordenador de Combate a Violência Doméstica afirmou que a Vara que preside possui toda a estrutura: três escrivães, psicóloga, assistente social, veículo, etc. Afirmou considerar que a estrutura disponibilizada para o magistrado é próxima a ideal e que não há demanda processual que justifique o custo de mais varas – e que não há verba para criação de mais órgãos, e ressaltou que em todas as comarcas no Tocantins há magistrado trabalhando. Reiterou que o caminho da magistratura brasileira contemporânea hoje é de ouvir e participar, o que é determinado pela própria Lei Maria da Penha.

Relatou as limitações que existem aos direitos da mulher. A primeira delas é o instituto da fiança, permitida para “99%” dos crimes de violência contra a mulher. “Quando o marido paga fiança e vai para casa, é porque a lei permite”. As penas previstas em lei pra os crimes também são ínfimas: ninguém irá preso por vias de fato e lesão corporal leve.

A **Deputada Rosane Ferreira** então apresentou algumas questões ao juiz coordenador. A parlamentar questionou como se explica o resultado de investigação do Tribunal de Contas da União, segundo a qual no Tocantins o prazo médio para apreciação de medida protetiva de urgência tem sido o de 15 dias úteis, muito acima do razoável em se considerando a urgência – segundo relatos recebidos, entretanto, já se chegou a demorar de 30 a 45 dias para apreciar uma MPU. Questionou também quais seriam as causas da baixa produtividade das varas de competência exclusiva para violência contra a mulher: o Conselho Nacional de Justiça realizou estudo que aborda percentual de processos julgados em relação aos ingressados. O Tocantins, nesse cálculo, apresentou média de 31%, muito abaixo da nacional, de 57%. Questionou também sobre a explicação do dado apresentado no relatório preliminar da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre violência contra a mulher, segundo a qual apenas 5% das denúncias recepcionadas pela vara especializada em Palmas foram convertidas em condenações.

O magistrado, em resposta, reiterou que as falhas devem ser atribuídas aos profissionais e não à estrutura dos poderes, já que, segundo ele, as condições de trabalho existem. Destacou que na vara de Gurupi, entre 2010 e 2012 conseguiu julgar 80% dos casos. Afirmou também que os dados apresentados pela Deputada devem conter equívoco estatístico --- ou então, como ponderou depois, problema de gestão processual. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

relatou que o Núcleo de Apoio às Comarcas do Tribunal de Justiça está desenvolvendo formações para aprimorar a atuação de magistrados e de funcionários, e reiterou que o Poder Judiciário está aberto a críticas. Informou também que a desembargadora presidente do Tribunal de Justiça determinou a contratação de um assessor para cada juiz com mais demanda.

Representante da Secretaria de Políticas para Mulheres de Colinas pediu aos desembargadores que implantem mecanismo de gestão para concessão de medida protetiva de urgência, a fim de agilizar e racionalizar o procedimento.

O membro do Ministério Público afirmou também que o poder judiciário carece de psicólogos e de assistentes sociais nas comarcas do interior. Afirmou já ter visto pedidos de medidas protetivas de urgência que levavam mais de 60 dias para ser apreciados, aguardando conclusão do estudo social, havendo apenas uma psicóloga e uma assistente social fazerem os estudos. Reiterou que os pedidos de medidas protetivas são mal selecionadas pela delegacia, de análise difícil pelos magistrados.

A Defensora Pública presente, por sua vez, apontou que a Vara da violência doméstica de Palmas conta com mais de quatro mil processos, sem juiz titular, o que é ruim para a continuidade dos trabalhos, e com mais de duas mil medidas protetivas de urgência, estando totalmente sobrecarregada.

Ministério Público

Gestoras questionaram a insuficiência do cumprimento do papel fiscalizatório do Ministério Público. Questionou-se a falta de atuação geral do Ministério Público e a carência de equipe. Expôs-se também sobre a fragilidade do que deveria ser um sólido tripé: rede constituída, fiscalização do Ministério Público e iniciativa do Poder Público.

Os membros do Ministério Público presentes apontaram, como dito acima, que as medidas protetivas de urgência de regra são analisadas no mesmo dia, e que as demoras ocorrem quando há dificuldades de instrução – 90% dos pedidos de medidas protetivas de urgência chegam só com o que foi dito pela mulher, em 2 ou 3 linhas, em clara deficiência de elementos probatórios – ou quando pedidas de localidades distantes da sede da comarca.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Membro do Ministério Público enfatizou o machismo como o problema central, inclusive o machismo presente nas instituições, manifestado, por exemplo, em constantes piadas com as vítimas e com a luta das mulheres.

Defensoria Pública

A Defensora Pública denunciou o “número insignificante” de defensores públicos – apenas um para a maioria das comarcas, o que prejudica muito o atendimento, já que muitas vezes tanto agredida como agressor são atendidos pela Defensoria Pública. Tratou também da importância da igualdade do tripé Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. A Defensora ponderou que muitas vezes as mulheres desistem da medida protetiva e da representação em razão da reconciliação: em boa parte das vezes as mulheres não querem a separação, mas sim evitar o conflito familiar.

Transversalidade

As mulheres presentes na reunião enfatizaram muito que a violência física é apenas mais um dos tipos de violência que as mulheres sofrem. As militantes ponderaram que não são registradas as outras formas de violência contra a mulher: física, psicológica, institucional e causada pela pobreza. Enfatizou-se que, se as mulheres da cidade já sofrem com a precariedade, as mulheres do campo e as mulheres pobres têm muito mais dificuldade em acessar políticas de mulheres, que “não chegam nunca”.

Quilombolas

Segundo as mulheres quilombolas presentes, no Tocantins inteiro políticas públicas não têm sido oferecidas para essas comunidades tradicionais. Afirmam que a mulher quilombola sofre vários tipos de violência: por ser negra; por ser mulher; falta de educação, de saúde, de direito a informação. Afirmaram que há mulheres quilombolas que não conseguem nem se expressar, porque falar na violência causa sofrimento, e porque são poucas as oportunidades de diálogo sobre o tema. Assim, parabenizaram a iniciativa dos parlamentares federais.

Denunciou-se também que as mulheres quilombolas e indígenas são maltratadas nas instituições públicas quando procuram serviços de saúde ou de segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Quebradeiras de coco

Segundo representante das quebradeiras de coco, as mulheres são sofrem só violência doméstica. Sofrem também “violência moderna”, que é mais difícil de explicar: é aquela violência estética imposta pelos grandes meios de comunicação de massa, que transmite um ideal de beleza inatingível para a maior parte das mulheres; a violência que vem da omissão do poder público: falta de alimento, estrada, água, estudo, etc.; a violência que condena as camponesas e coletadoras a morrer no campo, com fome, sem água e sem saúde; a violência que vem da exigência sexual pelos homens, que as mulheres não conseguem atender devido ao cansaço. A violência doméstica, segundo as militantes, também acontece pela precariedade das políticas públicas para essas mulheres: após chegaram cansadas de um dia extremamente exaustivo de coleta e de quebra do coco, têm que cuidar dos filhos e limpar a casa. E então começa a briga com os maridos.

Sra. Francisca relatou o seguinte. “Sou mãe de oito filhos. A renda que eu tinha era quebrando coco. Os filhos chegavam da escola dizendo que o professor pediu isso e isso. E eu não tinha nem com quem comprar um pacote de sal. E as crianças não queriam nem voltar para a escola. A violência que a televisão mostra é muito grande, do que eles não podem comprar. E a violência do que os políticos roubam é violência também. A questão da saúde é muito séria. Tenho 64 anos. Nunca tinha entrado aqui. Nunca tinha sentado na frente de um deputado como estou agora. Também sofri violência doméstica, e apesar disso estou casada pela segunda vez. Pela primeira vez foi a violência da precisão e nos largamos. Porque mulher pobre não divorcia, mas se larga. Eu há cinco anos não entro num hospital, não porque não precise, mas porque se eu fizer preventivo não vou ter como tratar. Não quero nem saber o que eu tenho. Porque não vou ter como me tratar e vou morrer de depressão. E ainda tenho muito que fazer. Quando vamos reivindicar, vamos reivindicar para todas as mulheres, todas sofrem com a violência doméstica. As mulheres da televisão provocam violência, porque o homem olha pra casa da sua mulher e diz: olha a cara daquela miserável”. E entoou:

Ê Mulher

Nascido como um objeto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Para dar carinho e afeto

Em um mundo de falso prazer

Atingidas por grandes obras

Foram 12 municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa entre o Maranhão e Tocantins, inaugurada em 2012. Nenhum deles possui DEAM. Segundo as militantes, as famílias foram arrancadas à força de casa sem direito a nada, sofrendo, além da violência física e da violência simbólica, violação do direito à moradia, perda da cultura, dos laços familiares, do trabalho e da terra. Das cinco mil famílias atingidas, apenas mil foram indenizadas, e cerca de duas mil ficaram sem qualquer tipo de reparação. Duas mulheres tentaram suicídio, porque tinham construído suas casas com muito sacrifício e passaram a não ter direito a mais nada. Muitas outras, além de passarem a ter de pagar aluguéis, passaram a ter altas despesas com medicamentos, já que nem todos são cobertos pelo SUS. O IDH dos municípios baixou, considerando que são poucas as políticas que chegam às regiões atingidas. A água, que antes era de acesso a todas as famílias, hoje é regulada, sem ser possível produzir no campo devido à estiagem. A falta de água atinge, antes de tudo, a mulher: sua relação íntima com o rio e com a produção. O lençol freático foi contaminado, devido à mistura com água de fossas. As doenças pós-construção do empreendimento aumentaram, assim como ocorreu imenso aumento dos casos de DST e de gravidez precoce.

O observatório dos direitos humanos da criança e do adolescente, em pesquisa aos municípios impactados pelas obras de infraestrutura, constatou várias formas de violência, preferencialmente contra meninas, incluindo exploração sexual, implicando, por exemplo, em muitos casos de gravidez na adolescência. Segundo os pesquisadores, as grandes obras atingem municípios que não têm estrutura nenhuma para receber o grande contingente de trabalhadores e os outros impactos das obras. Uma militante relatou o caso de duas meninas – de 12 e 13 anos--, atingidas por barragens, que foram vítimas de violência sexual e que após isso uma delas foi enforcada e outra esfaqueada.

As mulheres atingidas por grandes empreendimentos são vítimas de mais violência doméstica, provocada pela tensão causada pela marginalização, pela precariedade econômica, pela perda dos bens, pela falta de perspectivas, etc.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Catadoras

As mulheres catadoras de materiais recicláveis presentes afirmaram que a maior parte dos catadores do Tocantins é de mulheres. Estas sofrem, segundo elas, além da fragilidade das políticas públicas de inclusão e desenvolvimento produtivo da reciclagem, consequências do vício das drogas, e também sofrem com o machismo imenso.

Encerramento

Ao fim da reunião, a **Vereadora Vânia** colocou seu mandato à disposição às demandas das mulheres. A **Deputada Federal Rosane Ferreira** explicou o funcionamento da dinâmica parlamentar da Câmara dos Deputados, em que apenas 47 cadeiras são ocupadas por mulheres; tratou também do Estatuto do Nascituro, que para ela legitima a violência contra a mulher. A **Deputada Federal Professora Dorinha Seabra**, por sua vez, afirmou que as informações prestadas pelos órgãos tocaninenses à CPMI foram incompletas; enfatizou a importância do empoderamento do órgão de gestão de políticas para mulheres; falou também da importância de liberação dos recursos federais para municípios que de fato tenham condições de gestão da política para mulheres. O **Deputado Federal Dr. Paulo César** demonstrou grande solidariedade para a causa das mulheres, e informou que solicitou estudo a fim de tornar os crimes de violência contra a mulher inafiançáveis. O **Deputado Federal Dr. Rosinha** concluiu expressando a impressão de que no Tocantins o diálogo ou está represado ou não existe – as autoridades não recebem os movimentos de mulheres, o que é muito prejudicial para a causa. Dr. Rosinha ponderou que “as mulheres do Tocantins estão sentindo que não têm voz. E que não têm vez”. E que em todo seu tempo de militância nunca viu uma reunião como aquela, em que mulheres pobres viajaram 700 quilômetros por conta própria para conversarem com parlamentares. Afirmou ser preciso desconstruir o machismo, debatendo, com políticas públicas, e punindo. E anunciou que a Subcomissão Especial está estudando outra forma de proteção de vítimas e testemunhas.



Visitas

Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher (NEDIM)



Loise Maria

A comitiva de parlamentares foi recebida pela Defensora Pública Vanda Sueli Nunes, chefe do NEDIM, e pelo Subdefensor Público-Geral, Alexandre Augustus Elias El Zayek.

O espaço físico da Defensoria Pública de Palmas é novo e excelente. Há boa sala de triagem dos clientes da defensoria – sendo que as vítimas de violência contra a mulher não passam pela triagem geral. Ótima brinquedoteca acompanhada por duas pedagogas para que fiquem com as crianças enquanto os pais são atendidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Loise Maria

Há uma Defensora designada pelo Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Mulher, o que, segundo relatado, é suficiente para atender a demanda, de 20 atendimentos por mês. São 94 Defensores Públicos estaduais no Tocantins, e todas as comarcas têm pelo menos um Defensor Público atendendo. (O total de promotores de justiça é de 140.) Existe problema quando tanto vítima quanto agressor buscam amparo da Defensoria Pública. Nesses casos, é nomeado defensor de outra comarca para atender o réu. Os membros da Defensoria reivindicam a ampliação do número de defensores e autonomia financeira da defensoria. Ponderam que o salário dos Defensores Públicos no Tocantins é muito bom, talvez o melhor do Brasil.

O NEDIM possui ótima sala de espera, ótima sala de atendimento com defensor e ótima sala de atendimento, individual, com psicólogo. Há equipe multidisciplinar, mas esta não é exclusiva para o NEDIM. No Tocantins como um todo são 8 psicólogos para todas as comarcas.

A Defensora Pública responsável afirmou que as medidas protetivas de urgência, quando requeridas pela Defensoria Pública, são deferidas em um dia em média. As MPUs mais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

requeridas são as de proibição de aproximação e de afastamento do lar. Se descumpridas, o agressor sai preso de audiência de justificação prévia. A Defensora relatou que os magistrados têm práticas diferentes em relação à concessão de MPUs: em Araguaína, por exemplo, a juíza realiza audiência para cada medida protetiva requerida; em Palmas, a magistrada defere o pedido de pronto, para evitar demoras.

Relatou-se também que a Defensoria Pública promove nas escolas atividades de educação para prevenir a violência doméstica. Há um projeto de se fazer futuramente atividades nas construtoras, já que a maior parte dos agressores trabalha nesse ramo da economia.

A **Deputada Federal Rosane Ferreira** ponderou que a ostentação do prédio pode ser um inibidor a que as mulheres procurem o atendimento da defensoria. Um funcionário confirmou que quando o novo prédio foi inaugurado a demanda por atendimentos diminuiu.

Vara Especializada no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

A Juíza Substituta Emanuela Da Cunha Gomes, responsável pela Vara, recebeu a comitiva de parlamentares. O espaço é bom e novo. Há equipe multidisciplinar, cuja psicóloga, Dra. Muriel, estava presente acompanhando a visita.



Cristiane Galvão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A magistrada relatou que se criou grupo de tratamento dos homens, a fim de evitar que a agressão familiar se perpetue. Segundo sua percepção, a violência doméstica está associada à vulnerabilidade social e à drogadição e consumo de álcool, e por isso o investimento em trabalhar com o agressor.

A juíza afirmou que não há dados estatísticos sobre a tramitação processual, e revelou que são quase quatro mil processos em trâmite na Vara de Palmas. Sobre os relatos de demora na concessão de medidas protetivas de urgência em contraste com a afirmação da Defensora Pública de que suas solicitações de MPU são deferidas de pronto, a magistrada confirmou que muitas vezes o pedido não é devidamente instruído, e que, para realizar a instrução, por vezes o oficial de justiça leva um mês só para proceder às intimações necessárias. Relatou que, diante da fragilidade da instrução, o magistrado anterior pedia à equipe multidisciplinar que buscasse informações sobre o conflito, mas que a atual magistrada defere as medidas de pronto e depois procede à coleta probatória. A magistrada também afirmou que há grande demora dos feitos no Ministério Público.

Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Flor de Lis



Cristiane Galvão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

O Centro de Referência Flor de Lis funciona em sede improvisada. Além de o local ser considerado interditado, o CRAM encontra-se em estacionamento de parque, com acesso difícil para quem precisa do transporte público – não há ponto de ônibus próximo, e também muito exposto àqueles que fazem atividades esportistas e de lazer no local. Na mesma casa funciona a Superintendência dos direitos da mulher e o Centro de Referência de Direitos Humanos.

Além da equipe da superintendência – 3 servidores muito engajados, com destaque especial para a chefe, Sra. Gleide, muito comprometida com a causa das mulheres --, trabalham no pequeno local um psicólogo, um assistente social e um assessor jurídico. São apenas três salas ao todo (ressalte-se: para o CRAM, para o CRDH e para a superintendência), num espaço muito ruim. Uma das salas precisa ser esvaziada quando algum atendimento irá ocorrer, a fim de que a vítima tenha um pouco de privacidade para relatar seus dramas.

O espaço foi equipado e montado com verbas federais. A equipe apresentou projeto de ampliação da estrutura à Secretaria de Estado de Infraestrutura.

As mulheres que procuram o CRAM o fazem quando encaminhadas da DEAM para serem encaminhadas para a Casa Abrigo, ou para triagem e acompanhamento das demandas.

Casa Abrigo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Palmas

O muro da Casa Abrigo é alto, adequado. Não há cerca elétrica porque esta é considerada perigosa. Há vigias durante o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

período noturno apenas.

As paredes são sujas e o estado de conservação da casa é mediano-ruim.

As paredes têm muitos buracos e são sujas. Há um dormitório pequenos com dois beliches e um berço, outro dormitório com duas camas e um berço e um terceiro dormitório com um beliche e um berço. Um banheiro é ruim, sem tampa no vaso sanitário e sem água quente. O segundo banheiro não funciona.



A Cristiane Galvão

A Casa Abrigo funciona há quatro anos no mesmo endereço, o que é ruim porque sua localização pode ser já muito conhecida. Há sala de atendimento em grupo ou individual. A responsável pela Casa Abrigo, muito esforçada, afirma que se dá assistência psicológica às vítimas. Mas na verdade não há psicólogo para atender no local. Apenas assistente social. Também não há pedagogo ou sócio educador para as crianças que se abrigam com as mães.

Sobre o perfil das vítimas, relatou-se que muitas mulheres após o abrigamento retornam para os maridos, especialmente devido à questões econômicas.

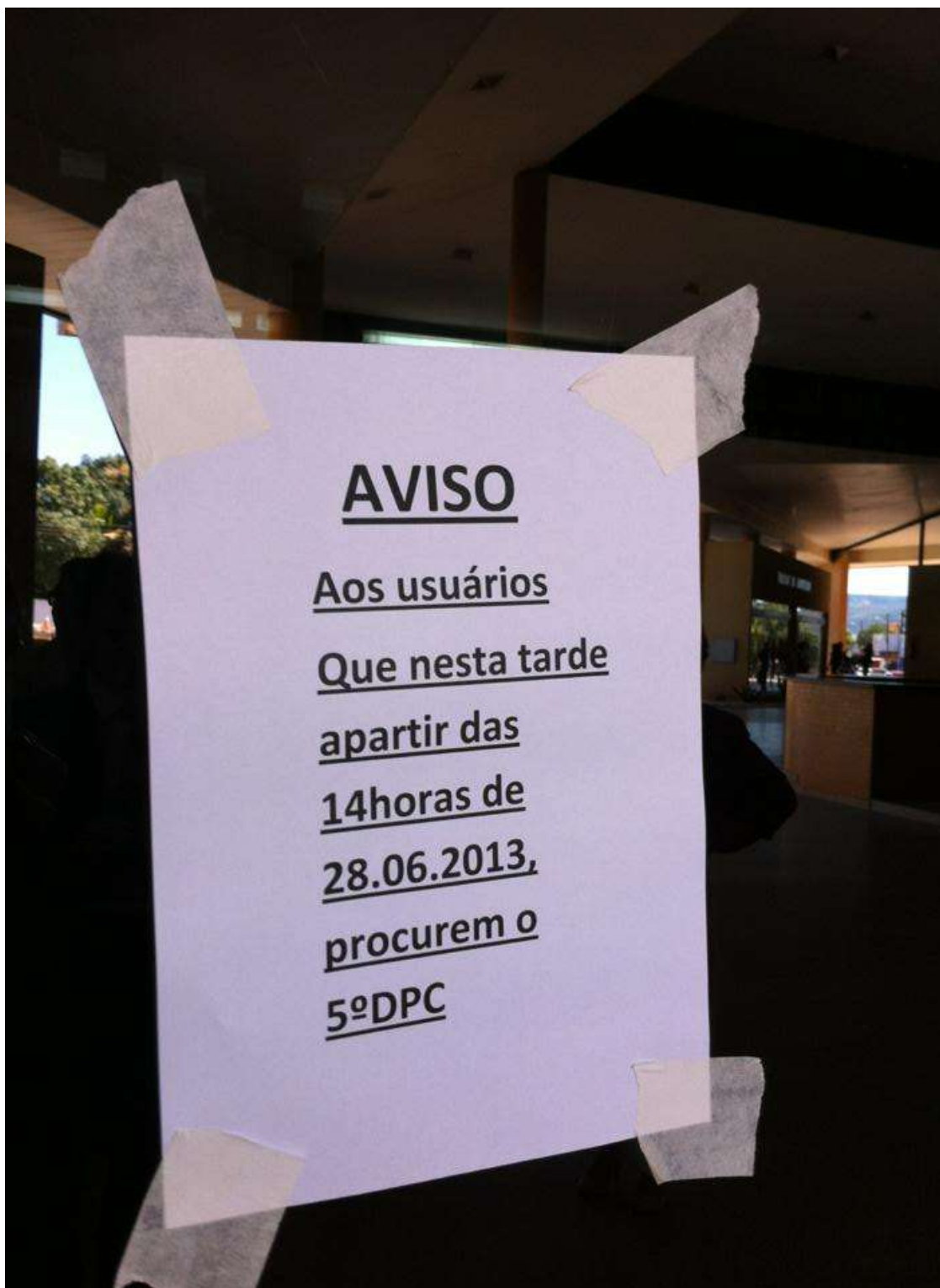
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) do Bairro Taquaralto

A DEAM de Taquaralto é a mais procurada pelas vítimas de violência contra a mulher, já que fica próxima dos bairros populares de Palmas. Qual não foi a surpresa da comitiva,



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

entretanto, ao encontrar o local fechado para dedetização, em pleno dia útil, às 12:15 horas.



Cristiane Galvão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A DEAM não funciona em horário de almoço. Há uma viatura para atender a toda a região. E apenas dois escrivães. Segundo relatos recebidos, são pelo menos 30 atendimentos por dia. Não há psicólogo na DEAM. Às vezes a própria delegada exerce o papel de mediadora.

Não há plantão. Os dias de maior movimento são segundas e terças-feiras, por causa da proximidade com o final-de-semana, quando a maior parte das agressões acontece.

Confirmou-se que o procedimento feito no plantão é muito mal feito porque é para outra delegacia. É comum, por exemplo, chegar um registro de flagrante sem o exame de lesões corporais. O banheiro público é muito sujo. Não há sanitário apenas para funcionários e vítimas.

Reunião com a Presidente do Tribunal de Justiça Sra. Desembargadora Ângela Prudente

A missão oficial reuniu-se com a **Desembargadora Ângela Prudente** que, dando as boas vindas aos parlamentares, afirmou que o Poder Judiciário precisa ser proativo para o atendimento das demandas dos cidadãos.



Foto de <http://www.tjto.jus.br/>

O **Deputado Federal Dr. Rosinha** agradeceu pela presteza da Desembargadora em receber a missão oficial. Apontou que o Tribunal de Justiça do Tocantins não respondeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

satisfatoriamente às questões formuladas pela CPMI, enviando dados apenas relativos a 2011, e de forma bastante incompleta, o que leva a concluir que ou não há dados ou a instituição agiu com descaso em relação à investigação parlamentar. A esse respeito, a Desembargadora Ângela Prudente afirmou que em 2012 iniciou processo eletrônico, e que o Tocantins é o único que implantou o processo virtual em todas as instâncias. A informatização, segundo a juíza, irá possibilitar o levantamento de dados sobre a tramitação processual. A Desembargadora ainda explanou que são 126 juízes de direito no Tocantins, e que implantou o NACOM: Núcleo de Apoio às Comarcas, para auxiliar aquelas que estão em acúmulo de serviço. O NACON trabalha em mutirões.

Sobre a demora na concessão de medidas protetivas de urgência, o Dr. Adriano afirmou que isso se deu porque os juízes anteriores solicitaram estudo da equipe multidisciplinar antes de deferir a medida, procedimento que não é mais adotado pela juíza Emanuela. Reiterou que os procedimentos chegam das delegacias de forma mal instruída, o que dificulta a concessão das MPUs.

Acerca do diálogo com a gestão da segurança pública, o Deputado Federal Dr. Rosinha lamentou o governador não ter recebido a comitiva para dialogar exclusivamente sobre o tema da violência contra a mulher, e o Secretário de Segurança Pública não ter enviado representante à reunião ocorrida no dia anterior. Assim, sugeriu que a Desembargadora protagonizasse um diálogo com o Poder Executivo a fim de padronizar as rotinas de registro de ocorrências policiais relativas à violência contra a mulher, a fim de evitar, sobretudo, as falhas na instrução processual. A Desembargadora colocou o poder judiciário à disposição para unir forças em conjunto com os outros poderes, e declarou que pretende promover capacitação para os magistrados sobre a Lei Maria da Penha. A Deputada Professora Dorinha Seabra reiterou a importância do diálogo entre os poderes.

Considerações Finais

*Ninguém escuta meu grito
nem ouve o meu sufoco
caminhando no meio das matas
assentada quebrando coco*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Esses versos entoados na reunião ilustram bem a situação da violência contra a mulher no Tocantins: falta de diálogo; falta de atenção às mulheres pobres, camponesas e membros de comunidades tradicionais; falta de políticas públicas que lidem com as consequências de grandes obras de desenvolvimento. Assusta não existir DEAM alguma nos municípios atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estrito.

Notou-se queixa generalizada sobre a baixa interlocução entre agentes públicos e políticos eleitos e movimentos sociais. O Movimento Estadual de Direitos Humanos, por exemplo, disse que pela primeira vez participava de reunião na Assembleia Legislativa do Tocantins. Além disso, os relatos apontam grande dificuldade de as vítimas denunciarem a violência.

As militantes identificam o machismo como a principal causa do problema: a concepção de que o homem tem direito de propriedade sobre a vida das mulheres. Mas as mulheres, por outro lado, enfatizaram a necessidade de prosseguir na luta: “Chega de tanto sofrer, chega de tanto penar. Se a lei não toma providencia, nos mesmas tomamos nossas providências”.

Sobre os dados que diagnostiquem a atuação dos poderes públicos, nota-se a pouca importância dada ao tema pelas instituições: as informações prestadas à CPMI foram incompletas e não se teve acesso a dados sistematizados. Sem dados não se planeja, não se monitora nem se avalia qualquer política pública.

Observou-se também uma ausência de autocrítica das fragilidades por parte de cada instituição. Por exemplo: representantes do Poder Judiciário afirmaram que o problema na demora da prestação jurisdicional seria a atuação deficiente do Ministério Público. Representes deste órgão, porém, afirmam que as falhas seriam da segurança pública. E nenhum gestor da segurança pública do Tocantins foi designado para dialogar com a comitiva.

Além disso, notou-se imenso contraste entre a estrutura da Defensoria Pública em relação a outros equipamentos. Chama atenção o fato de, segundo as informações prestadas na Defensoria, o NEDIM atender apenas 20 casos por mês, o que é uma quantidade muito baixa em se comparando com o Núcleo da Defensoria de Teresina, no Piauí, em que a quantidade de atendimentos diários é maior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A delegacia mais importante sequer se pode visitar, diante do escancarado descaso do seu funcionamento, em dia de semana, para dedetização. O Centro de Referência foi o mais desestruturado dentre os visitados, ainda que a coordenadora tenha demonstrado grande empenho pessoal. O espaço da Casa Abrigo é inadequado e sem a equipe necessária.

Sobre o SICONV, é de se esclarecer que este já está aberto para recebimento de propostas de prefeituras. Os municípios podem acessar diretamente recursos federais para a promoção e defesa dos direitos das mulheres. Tanto que 48,63% dos recursos repassados pela SPM/PR via convênios foram destinados a municípios, segundo dados da CPMI da violência contra a mulher:

Gráfico 5: Distribuição de Recursos repassados pela SPM por tipo de Conveniente



A excessiva burocracia do SICONV, que seria um empecilho para o acesso a recursos. Por isso, a Comissão de Seguridade Social e Família apresentou o Requerimento de Informações nº 3652/2013 sobre quais medidas a SPM/PR tem tomado para capacitação de servidores dos Estados e dos Municípios responsáveis pela operação do Sistema de Convênio. O prazo para resposta ainda não chegou a seu termo final.

Endossam-se as recomendações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da violência contra as mulheres e as reivindicações da Carta das Mulheres Tocantinenses pelo Fim da Violência contra a Mulher (com a ressalva da reivindicação de visita íntima para adolescentes).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Em especial, recomenda-se a implantação de mecanismo de gestão para concessão de medidas protetivas de urgência, a fim de agilizar o procedimento, considerando as reclamações de prazos exorbitantes para sua apreciação, e, ainda, a padronização das rotinas de registro de ocorrências policiais relativas à violência contra a mulher, a fim de evitar, sobretudo, as falhas na instrução processual.



MISSÃO OFICIAL AO AMAPÁ - MUNICÍPIOS DE MACAPÁ E SANTANA

08 e 09 de agosto de 2013

Estatísticas

Segundo o Mapa da Violência (Instituto Sangari/Flacso), 16 mulheres foram assassinadas em 2010 no Amapá, numa taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, ocupando a 16ª pior posição no ranking. Macapá é a 9ª capital mais violenta. Segundo os dados corrigidos da pesquisa “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil” (IPEA), taxa de homicídios de mulheres foi de 5,99 entre 2009 e 2011, o que coloca o estado em 17º lugar. De janeiro a dezembro de 2012 a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) registrou mais de 2.600 denúncias do estado do Amapá, representando o índice de 781 registros para cada grupo de 100 mil mulheres no estado, ocupando a 9ª posição no ranking organizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. O Poder Executivo e o Poder Judiciário não prestaram informações à CPMI da Violência contra a Mulher. Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça realizou estudo que aborda percentual de processos julgados em relação aos ingressados. O Amapá, nesse cálculo, apresentou a maior média nacional, de 85%, ao lado do Distrito Federal.

Encontro “Sete Anos da Lei Maria da Penha: debate sobre a situação da violência contra a mulher no Amapá”

Por ocasião do aniversário da Lei Maria da Penha, a Subcomissão Especial promoveu, em parceria com a Assembleia Legislativa do Amapá, com a colaboração da Deputada Federal Fátima Pelaes, da Deputada Estadual Roseli Matos -- vice-presidente da Assembleia Legislativa -- e do governo do Estado, e com o apoio das Deputadas Federais



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Janete Capiberibe e Dalva Figueredo, o Encontro “Sete Anos da Lei Maria da Penha: debate sobre a situação da violência contra a mulher no Amapá”. Os trabalhos foram presididos pela Deputada Estadual Roseli Matos.



Foto de <http://g1.globo.com/>

Estiveram presentes, além dos parlamentares mencionados, o Deputado Federal Dr. Rosinha, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, a Deputada Federal Nilda Gondim, Presidente da Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher, o Deputado Federal Dr. Paulo César, membro da Subcomissão Especial, a Deputada Estadual Marília Góes e vereadora Neuzinha.

Compareceram também os seguintes agentes públicos: Promotora de Justiça Alessandra Moro Carvalho, Maria Alice Lobato, Secretária de Estado Extraordinária de Políticas para as Mulheres, naquele ato representando o Governo do Estado do Amapá, Delegado de Polícia Antônio Uberlândio Azevedo Gomes, naquele ato representando a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Celisa Melo, Coordenadora Municipal de Políticas para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Mulheres de Macapá, Ester de Paula, Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres de Santana, Esmeralda Ferreira, Coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Mazagão, Delegada Elza Nogueira, Representando o Delegado-Geral de Polícia, Ieda Carreira e Emanuele Aguiar, ambas da Defensora Pública, Dorismar Ferreira, da Casa Abrigo Fátima Diniz, Ane Paris, do Centro de Referência de Atendimento à Mulher do Município de Macapá, Sandra Smith, Secretária de Estado de Inclusão e Mobilização Social, Andreza Oliveira, Secretária Adjunta de Assistência à Saúde do Estado do Amapá, Sandra Cardoso, Coordenadora-Geral do CRAM Estadual, Alessandra Prado, funcionária da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Iuri Pelares, Coordenador de Esportes do Município de Macapá, Augusto César, Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, Delegada Vilani Feitosa, responsável pela Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher, Shirley, coordenadora de política para mulheres de Ferreira Gomes, Hilda Moreira Viana, Coordenadora do CRAM de Porto Grande e Girlene Araújo, Coordenadora do CAMUF.

Participaram ainda os seguintes cidadãos e representantes de entidades da sociedade civil (dentre outros identificados em lista de presença): Maria das Graças Brasão, representante dos movimentos sociais à mesa do evento, Clara Passos, Leila Viana do Carmo, representando o movimento de mulheres, Lucilete Caetana Fernandes, presidente da Associação de Mulheres do Loteamento Açaí, Carla Chagas, do Instituto de Mulheres Amapaenses, Alzira Nogueira Ricardo Silva, assistente social do Ministério Público do Amapá e militante da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Maria das Dores de Almeida, Conselheira Nacional dos Direitos das Mulheres pela Articulação das Mulheres Negras, Lucilaste Caetana Fernandes, presidente da Associação de Mulheres do Loteamento do Açaí, Maria Hermínia, representando a Central Única dos Trabalhadores, tesoureira da Rede de Mulheres do Estado do Amapá, Auria Brito, da Articulação de Mulheres Brasileiras, Raimunda Edina, da Articulação de Mulheres Brasileiras, Quênia, advogada das vítimas de escarpelamento, Maria Trindade Gomes, da Associação das Vítimas de Escarpelamentos, Ana Clélia Ramos Duarte, operadora de máquinas pesadas autora do Projeto Transforma Amapá.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Exposição do Ministério Público

A **Promotora de Justiça Alessandra Moro Carvalho** foi a primeira autoridade a manifestar-se. Congratulou-se com os órgãos e organizações que participam do evento em homenagem à Lei Maria da Penha, a qual, segundo ela, surgiu da necessidade de combate à violência contra a mulher, concretizando direitos estabelecidos na Constituição da República e em tratados internacionais, e trouxe instrumentos para uma postura proativa do Estado na prevenção e no combate à violência contra a mulher, e para mudança política, cultural e social. Para a promotora, a Lei Maria da Penha fortaleceu a autonomia das mulheres e agregou valores de direitos humanos às políticas públicas. A Promotora de Justiça apresentou consolidação dos registros feitos pela Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher de Macapá relativos ao ano de 2012, no total de 1.235 casos -- registros feitos através do Sistema de Cadastro dos Casos de Violência Doméstica - SICAVID. Os resultados são os seguintes:



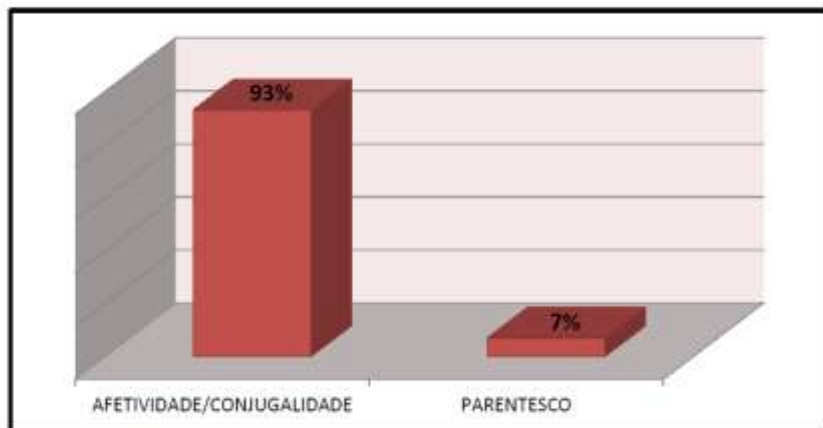
Segundo a pesquisa, “as vítimas e os agressores possuem o mesmo grau de escolaridade: nível médio completo”. De acordo com o levantamento, “a maioria das vítimas não possui renda e o agressor recebe até um salário mínimo. A raça/cor predominante entre eles é a parda”.

Os estudos também indicam que “93% dos agressores possuem vínculo de afetividade com a vítima, tais como: convivente, ex-convivente, marido, ex-marido, namorado e ex-namorado e 7% possuem vínculo de parentesco natural (filho/filha, irmão/irmã, pai/mãe, avô/avó e outros) ou parentesco civil (genro/nora, sogro/sogra, enteado e outros)”:



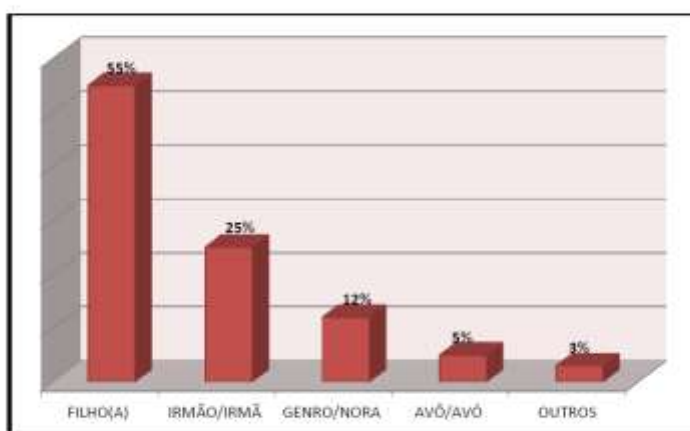
CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

VÍNCULO AGRESSOR E VÍTIMA



Dentre aqueles que possuem vínculo de parentesco, 55% dos agressores são filhos das vítimas:

VÍNCULO DE PARENTESCO



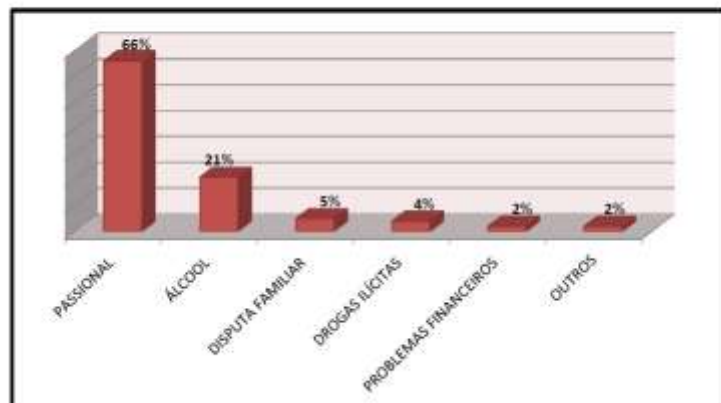
O estudo também aponta que a “violência doméstica e familiar contra a mulher é frequentemente motivada por fatores passionais: ciúmes ou agressores que não aceitam a separação”:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

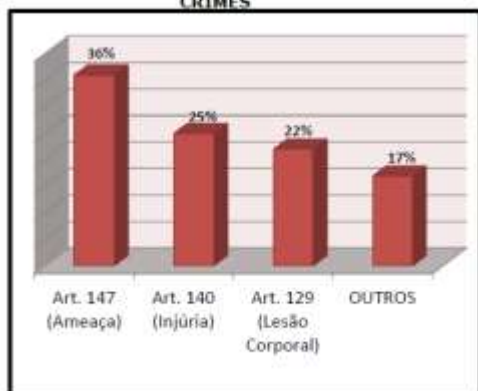
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

MOTIVO DA AGRESSÃO

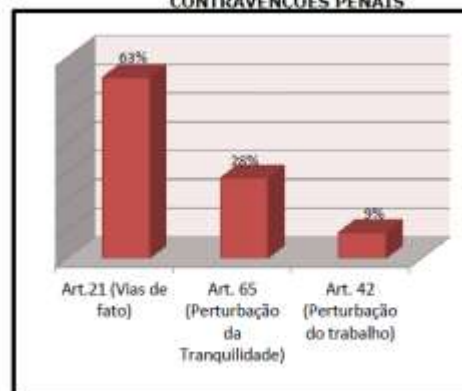


Os crimes e contravenções cometidos com maior frequência são os seguintes:

CRIMES

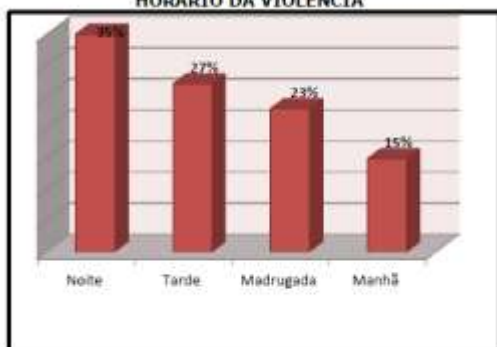


CONTRAVENÇÕES PENAIS



Segundo os registros do Ministério Público, o ambiente residencial é aquele em que mais “ocorre a violência doméstica contra a mulher. Dos casos registrados, 35% ocorreram no período da noite”:

HORÁRIO DA VIOLÊNCIA



AMBIENTE DA VIOLÊNCIA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



A consolidação foi possível a partir do SICAVID. Esse sistema foi instalado em 2013 para atender ao disposto no artigo 26 da Lei Maria da Penha, segundo o qual cabe ao Ministério Público cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Promotora de Justiça ainda apresentou a campanha “Até que a morte nos separe”, realizada mediante convênio internacional entre o Ministério Público do Amapá e Portugal.

Exposição da Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres

Maria Alice Lobato, Secretária de Estado Extraordinária de Políticas Para Mulheres, agradeceu a presença da comissão no Amapá e afirmou que muito foi conquistado, mas que o caminho ainda é longo. A Secretária apresentou os dados sobre violência contra a mulher. Entre janeiro e julho de 2013 foram realizados 972 atendimentos no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Bem-Me-Quer, o CRAM estadual, e que no ano de 2012 foram realizados 2790 atendimentos. Entre janeiro e julho de 2013 o Centro de Atendimento da Mulher e da Família (CAMUF) realizou 981 atendimentos até julho de 2013 e 1532 atendimentos no ano de 2012. Na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher foram registrados 9797 boletins de ocorrência em 2012 e 3125 boletins de ocorrência até abril de 2013.

Segundo a Secretária, a Rede de Atendimento à Mulher (RAM) do Amapá foi “criada através de encontros de grupos e movimentos de mulheres que promoviam suporte direto e indireto a vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade social. Consolidada a partir da assinatura do Protocolo de Atuação da RAM, resguardando a identidade das instituições componente”. Participam da RAM 51 instituições governamentais e não governamentais. A coordenação da RAM cabe à Secretaria Extraordinária de Política para as Mulheres e a rede reúne-se mensalmente às primeiras quintas-feiras do mês, ou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

extraordinariamente se houver necessidade. A RAM constitui-se em Grupos Focais, que se organizam conforme a área de atendimento, a saber: segurança pública (que inclui o CAMUF), assistência social, educação e saúde.

Em relação à segurança pública, a Secretária destacou os seguintes avanços: inclusão da reforma da delegacia da mulher na Licitação/2013 da SEJUSP e contratação (ainda a ser realizada) de 04 profissionais de psicologia e serviço social para a delegacia da mulher. Salientou o diagnóstico da necessidade de retomar os serviços na delegacia da mulher da zona norte e da realização de curso de motivação para os servidores da delegacia da mulher.

Em relação à assistência social, relatou que o grupo focal da assistência fez levantamento das mulheres em situação de vulnerabilidade social para que sejam participantes de Cursos Profissionalizantes e de Geração de Renda, numa perspectiva de empoderamento. A Secretaria de Inclusão e Mobilização Social está sistematizando os dados, que serão enviados à SEPM até final de agosto.

Em relação à saúde, a Secretária apresentou o Programa de Feminilização do DST/AIDS, que se iniciou no segundo semestre de 2012 com oficinas com os integrantes da RAM sobre a utilização da camisinha feminina, para que aqueles sejam multiplicadores das informações. Informou sobre realização de reunião para levantamento de informações a aquisição de equipamentos para o Hospital da Mulher, sendo que já foram destinados recursos para essa finalidade. Foi adquirido mamógrafo, que está em fase de teste, devendo ainda no mês de agosto começar a operar de forma definitiva.

Em relação à educação, a Secretária apontou a divulgação da Lei Maria da Penha nas Escolas, que acontecerá até o fim de 2013.

Informou também que em breve será realizado o I Encontro Estadual de Políticas Públicas para Mulheres: Integrando para Garantir Direitos, em 26 e 27 de agosto no Museu Sacaca, já tendo representantes dos 16 municípios do estado confirmado presença.

Em relação à política geral para mulheres, apresentou como avanços: a mudança do espaço físico da Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres; a implantação do programa Renda para Viver Melhor: aumento do valor do benefício para R\$ 311,00 e recebimento do benefício via cartão eletrônico – o programa atende 17.936 mulheres, sendo 1.270 parteiras em todo o Estado, na perspectiva do enfrentamento da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

vulnerabilidade social; realização do Curso de Capacitação para 1.535 parteiras tradicionais, oriundas das regiões de Pedreira, Maruanum, Pacuí e Ilha Redonda, através do Programa Rede Cegonha, agregando a técnica com a arte de partenejar; instalação do Box de Acolhimento e Atendimento a Mulher no Super Fácil da Zona Sul e Zona Norte; criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, com contratação de equipe técnica multiprofissional; realização de Curso Profissionalizante na Construção Civil para 180 mulheres do Bolsa Família, em parceria com o SENAI; inclusão de 30 mulheres do Programa Bolsa Família, com carteira de trabalho assinada, no Projeto Habitacional Macapaba (Zona Norte), em parceria com o Projeto Mulheres Mil do IFAP; 53 mulheres vítimas de escarpelamento atendidas com cirurgias reparadoras; realização de obras de adequação e ampliação de leitos do Hospital da Mulher Mãe Luzia, garantindo a presença dos companheiros ou parentes, durante o momento do parto; realização sistemática pelo HEMOAP da Campanha “DOA MULHER”, com o objetivo de manter estoques de sangue para as mulheres atendidas nos Hospitais Públicos do Estado; compra do Mamógrafo para o Hospital da Mulher (em fase de instalação); inclusão do CAMUF/Santana e delegacia da mulher - Zona Norte, para licitação/2013 (Conclusão das Obras); realização de Blitz Educativas nos bairros de maior incidência de violência doméstica (Perpétuo Socorro, Congós e Muca); definição de prioridades de políticas públicas para as mulheres negras em parceria com a SEAFRO, considerando as propostas da Conferência Estadual e o Eixo 09 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres; inauguração do CRAM nos Municípios de Porto Grande, Mazagão, Laranjal do Jari e Oiapoque; discussão de política de empoderamento e inclusão no mercado formal de trabalho de mulheres em situação de cárcere (Iapen-Feminino) em parceria com o Juizado de Penas Alternativas; reunião com as Mulheres Carapirás em busca de estratégias de geração de renda a partir da coleta de lixo reciclado (fábrica de vassouras a partir de garrafas plásticas); criação do Sistema de Atendimento Informatizado às Mulheres Vítimas de Violência em parceria com o PRODAP, visando a não revitimização de mulheres vitimizadas (em fase de estruturação); efetivar a Repactuação de Políticas para o Enfrentamento da Violência contra Mulheres nos 16 Municípios do Estado do Amapá, ainda em 2013; criação do Observatório da Violência contra a Mulher, em fase de implantação, visando a aprimorar a base de informação e conhecimento sobre a situação da mulher no Amapá, subsidiando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

formulação de políticas públicas de gênero e consolidando dados estatísticos a partir de fontes fidedignas -- a maior dificuldade tem sido a sistematização dos dados, sendo que o prognóstico é encerrar 2013 com os dados totalmente uniformizados e socializados com a RAM; implantação do Centro Integrado de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência – programa federal Casa da Mulher Brasileira; capacitar agentes públicos, em parceria com a EAP, para acolhimento das mulheres vítimas de violência - em setembro iniciar-se-á a capacitação com o curso de "Técnica de Acolhimento" para os servidores da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher e do Abrigo Fátima Diniz; aprovação, pela EAP, de projeto Pós-Graduação de Políticas Públicas para Mulheres, devendo o edital de convênio com as universidades locais sair até setembro/2013 -- serão ofertadas vagas para funcionários efetivos do Estado que trabalham no atendimento a mulher vítima de violência doméstica; gestões para futura implantação do Centro Integrado de Atendimento a Mulher através do Programa "Casa da Mulher Brasileira", em parceria com o governo federal.

A Secretária ainda deu notícia dos projetos: CONSTRUINDO NOVOS CAMINHOS COM AS MULHERES DO ESTADO DO AMAPÁ; CAMINHANDO COM AS PARTEIRAS TRADICIONAIS DO ESTADO DO AMAPÁ; HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO AMAPÁ; INTERNALIZANDO DIREITOS E VALORES: SUPERANDO BARREIRAS; TRÁFICO, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES; CURSO DE FORMAÇÃO DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, COM CONCENTRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS; VALORIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS; INSERÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE E FAMILIARES NO MERCADO DE TRABALHO; FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS DE COLETIVO DE MULHERES RURAIS NOS TERRITÓRIOS DE CIDADANIA NO ESTADO DO AMAPÁ; ARTICULAÇÃO COM A EAP - POS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Debates

Perguntas

Carla Chagas, do Instituto de Mulheres Amapaenses, perguntou qual a possibilidade de implantar um sistema informatizado para a rede de atendimento à mulher, ao que a Secretária Extraordinária respondeu que estão trabalhando para que isso ocorra, por meio do PRODAP, mencionado em sua exposição.

Clara Passos, ao parabenizar o trabalho das duas expositoras, perguntou o que pode ser feito em benefício das pessoas com deficiência. A isso, a representante do Ministério Público esclareceu que a Lei Maria da Penha não deu tratamento diferenciado à mulher com deficiência. Afirmou que talvez fosse o caso de aumentar a pena quando o crime for dirigido à mulher com deficiência.

Evelise Marques perguntou por que não existe em cada bairro da cidade um centro como o CRAM, ao que a **Secretária Extraordinária** respondeu que já há dois CRAMS municipais, um na Zona Norte, outro na Zona Sul, e o CRAM estadual, na região central. Afirmou que estão pensando em inaugurar centros de referência nos municípios, além dos já inaugurados, e de centros de referência itinerantes.

RAM – Rede de Atendimento à Mulher

Leila Viana do Carmo, representante do movimento social, criticou a estrutura ineficiente e insatisfatória dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência, com destaque para a demora no atendimento, com a negação do atendimento em muitos casos, o que alimenta o ciclo de violência. Pediu compromisso efetivo do poder público com essa política pública e com a sociedade civil organizada. Foram feitas críticas às mudanças constantes de titular da Secretaria de Políticas para Mulheres, o que indicaria falta de seriedade do governo com o tema. Criticou-se a falta de atenção com o problema das mulheres do povo – a violência contra a mulher só receberia atenção devida quando contra autoridade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A **tesoureira da Rede de Mulheres do Amapá** colocou que o CRAM e o CAMUF deveriam ir aos bairros procurando as vítimas. Afirmou que precisam de mais apoio das três esferas, porque o trabalho de base fica a cargo do movimento social.

Ester de Paula, Coordenadora Políticas para Mulheres de Santana, tratou da importância de superação das divergências partidárias em prol do combate à violência contra a mulher. Destacou as conquistas do movimento de mulheres: a terceira Secretaria de Estado a ser criada no Brasil – tendo sido ela, Ester, a primeira secretária; a Lei de autoria da Deputada Roseli Matos de criação da Rede de Atendimento à Mulher, que foi construída e proposta pelo movimento social; conquista de equipamentos como o CRAM (no ano passado, com a criação dos centros de referência municipais de atendimento à mulher, Macapá passou a ser a única capital com três CRAMS: dois municipais, um na Zona Norte e outro na Zona Sul, e outro estadual no Centro); Unimulher, cujos recursos foram obtidos via emenda do Deputado Bala, que veio da discussão com o movimento social. Mas ponderou que em 2007, quando delegacia foi criada, foi o melhor momento da rede. Tanto que não há mais assistente social e psicólogo na DECCM. Não há peritos. Esses problemas precisam ser resolvidos. Destacou que é importante não trocar secretário de mulher sempre, nem de diretor do Hospital da Mulher Mãe Luzia, nem de delegados. É preciso respeitar os funcionários públicos. Relatou ainda que assumiu um CRAM, construído com verba federal, que virou posto de saúde, o que é difícil de mudar. Afirmou ser muito positiva aquela audiência pública, que demonstra que o movimento social está vivo. Clamou, por fim, por reunião da RAM e dos movimentos com o Governador.

Maria das Dores, integrante do Instituto de Mulheres Negras e Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher pela ANMN, criticou os dados apresentados nas exposições do Ministério Público e da Secretaria Extraordinária, que não trazem a questão do racismo – o qual não é computado como violência e cujos crimes não são devidamente processados, como o caso de enfermeira que há cerca de quatro anos sumiu e que não foi solucionado --, e que não contabiliza as outras regiões do estado. Os dados apresentados são apenas da capital. Nas aldeias indígenas, nos quilombos e nas áreas ribeirinhas existe violência doméstica, mas a Lei Maria da Penha não é aplicada nesses locais. Afirmou que a instituição que representa foi precursora na implantação da RAM no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Amapá, e que o grande gargalo é a falta de um protocolo único para facilitar o acesso aos serviços e para uniformizar os dados.

Aurea Brito, da Articulação de Mulheres Brasileiras, afirmou que o essencial para o atendimento de todas as reivindicações é orçamento público, sobre o que a Secretária Extraordinária se omitiu em sua fala. Não se garante nenhuma política pública sem orçamento, que deve ser garantido pelo governo, a partir de debate com gestores e movimentos sociais. Tratou também da falta de perspectivas sociais e de inclusão econômica das mulheres como um fator que contribuiu para a perpetuação da violência contra a mulher. Sobre isso, a **Deputada Estadual Roseli** informou que nesse ano o Poder Legislativo amapaense abriu mão de R\$ 28 milhões de seu orçamento para o Poder Executivo.

Shirley, coordenadora de política para mulheres de Ferreira Gomes, agradeceu à Secretária Extraordinária, ao CRAM e ao CAMUF. Reconhece que as gestoras têm boa vontade, mas que faltam condições para que as políticas públicas se efetivem. A “politicagem” prejudica muito a realização prática dos direitos das mulheres, segundo ela.

Celisa Melo, Coordenadora Municipal de Políticas para Mulheres de Macapá, afirmou que na reunião teve aula de políticas públicas para mulheres, do que o movimento de mulheres alcançou, impulsionando o poder público, e o que aponta como solução para as necessidades não atendidas. Afirmou que a prefeitura de Macapá não vem apenas observando as necessidades, mas articulando melhorias que atendam às demandas, como em relação à questão do PCCU [vide item relativo à saúde]. Afirmou que a prefeitura quer melhorias para o CRAM (“queremos carro, luz elétrica e telefone”), e que a coordenadoria de mulheres se compromete a efetivar essas necessidades e esses anseios. Afirmou também que hoje a coordenadoria não funciona mais em prédio insalubre. E clamou por fim que o movimento de mulheres apoie os gestores na luta pelas políticas para mulheres: “a bandeira das mulheres tem a cor lilás, que não é a cor de nenhum partido”.

O **Juiz Augusto César, Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher**, fortemente ovacionado ao ser anunciado, informou ter participado da Sétima Jornada Maria da Penha em Brasília e do Encontro Nacional dos Magistrados das Varas de Violência Doméstica e Familiar. Em sua concepção do problema da violência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

contra a mulher é grave e a rede amapaense hoje está com elos enfraquecidos, não por falta de vontade dos agentes envolvidos. Afirmou que é preciso tirar de nossa cultura o machismo e o patriarcalismo impregnados e que é preciso compreender o enfrentamento à violência contra a mulher como uma política de Estado, e que os órgãos públicos devem estar preparados para receber a mulher vítima todas as vezes que ela procurá-los, sem julgá-la.

A **Secretária Extraordinária Maria Alice Lobato** reiterou que o órgão sob sua responsabilidade está aberto ao movimento social, essencial para a construção das políticas públicas, convidando as organizações para construírem as políticas públicas em conjunto. Afirmou que o Governador do Estado está à disposição para ouvir a sociedade civil na organização do Plano Plurianual e que a Secretaria, junto ao movimento social, irá construir em conjunto a Lei do Orçamento de 2014.

A **Deputada Estadual Marília Góes**, presidente da Comissão de Direitos Humanos, questionou se as várias propostas apresentadas pela Secretária Extraordinária serão de fato efetivadas. Para ela, são avanços a criação do Conselho Estadual e da Secretaria Extraordinária. Mas aqueles são muito lentos – tanto que o primeiro encontro estadual de mulheres vai acontecer apenas agora –, e o governo do Estado, depois de dois anos e meio, apresenta apenas promessas. Criticou a falta de funcionamento, na realidade dos fatos, do CAMUF e da delegacia da mulher. Criticou a não inauguração do CAMUF de Santana, cujo prédio está construído. Relatou que a Lei da RAM, de autoria da Deputada Roseli, aprovada por unanimidade, foi vetada pelo governador, devido à onerosidade do projeto – argumento questionado pela Deputada. O veto, felizmente para ela, foi derrubado.

A **Deputada Roseli Matos** afirmou que a o Governador se mostrou à disposição para sancionar a Lei da RAM. Informou ainda que Rejane Soares está representando Assembleia Legislativa do Amapá perante a Casa Legislativa do Estado de Rondônia, levando o projeto que normativa a RAM, e que Rondônia acatará a experiência do Amapá tanto na implantação da RAM quanto na criação de uma Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A **Deputada Janete Capiberibe** relatou que conseguiu contato com Governador, que está no município de Calçoene em debate sobre o Plano Plurianual, e que ele irá dialogar com a Deputada Roseli sobre a Lei da RAM.

[Segundo informações recebidas posteriormente, o veto foi mantido porque se considerou a lei da RAM inconstitucional por interferir nas atribuições do executivo.]

Maria Das Graças Brasília, representante dos movimentos sociais à mesa de trabalhos, manifestou estar feliz com os posicionamentos do movimento social nesses sete anos da Lei Maria da Penha. Reiterou o pedido de se pararem as mudanças constantes na Secretaria da Mulher. Reforçou que a rede não funciona e que o maior problema está na delegacia da mulher.

Segurança pública

Lucilete Caetana Fernandes, presidente da Associação de Mulheres do Loteamento Açaí, relatou que ao levar uma amiga à delegacia da mulher presenciou o atendente debochando da sua situação de vítima: “você reclama muito aqui na delegacia mas apanha calada em casa”, numa grande falta de respeito à mulher, que, além da violência doméstica, sofre a violência institucional. A militante relatou a falta de estímulos que a mulher pobre sofre para registrar a denúncia: vão de ônibus, quando têm dinheiro, a pé ou de bicicleta, com apoio exclusivamente das lideranças comunitárias na maior parte das vezes. E quando após grande esforço chegam ao local, são barradas ou são “esculhambadas”, com péssimo atendimento. Um cidadão presente denunciou que mulheres pobres morrem sem atendimento da segurança pública e que só mulheres ricas têm atendimento.

Elizabete questionou por que da falta de delegacias e de CRAM na Zona Norte. **Antônio Uberlândio Azevedo Gomes** afirmou que, apesar de realmente não existir delegacia da mulher na Zona Norte, há nessa região Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Afirmou ainda que há obra inconclusa de delegacia da mulher na Zona Norte há anos, e que foi realizado pagamento para empreiteira sem que esta tenha concluído a obra. Afirmou que há verba de 93 milhões de reais para a segurança pública, e contempla a conclusão da delegacia na Zona Norte. Afirmou também que a delegacia da mulher no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

centro não faz atendimento unicamente da violência doméstica e familiar contra a mulher. No que diz respeito ao mau atendimento, disse-se surpreso, afirmando que o atendimento é de qualidade, e que nos casos de falha é necessário identificar quem é o policial, “que pode estar aborrecido naquele momento com algum problema familiar ou econômico” e levar seu nome à Delegada e à Corregedoria de Polícia, que lhe dará punição severa. A fala do Delegado foi interrompida por vários gritos em protesto. Da plateia também se afirmou que não há servidores, não há psicólogos, e de que os cargos são preenchidos por “indicação política” e “apadrinhamento”. A esse respeito, a **Deputada Roseli Matos** colocou que, em seu projeto de criação da RAM, 30% dos cargos devem ser do quadro efetivo, possibilitando qualificação do funcionalismo.

A **Deputada Roseli Matos** deu seu testemunho de que foi vítima de violência doméstica. Quando procurou a polícia não tinha delegada na delegacia, nem há perito em seu município. Relatou também que, apesar de haver medida protetiva a seu favor, não há estrutura de segurança pública suficiente para assegurar seu cumprimento. Reconhece que, por ser Deputada, foi atendida rapidamente, mas que, por outro lado, a exposição que sofreu pela imprensa foi imensa. Ponderou que, se ela sofreu tudo o que sofreu, sabe que as mulheres do povo sofrem muito mais. Concluiu afirmando que por isso, muito humildemente, quer ser a porta voz das mulheres violentadas no Amapá.

A **Deputada Estadual Marília Góes**, presidente da Comissão de Direitos Humanos, afirmou que não se deve focar a responsabilização pelas deficiências nos delegados e agentes individualmente, uma vez que o encargo pelos problemas, que são amplos, é do Governo do Estado, dos gestores da política pública. Afirmou que servidores não têm condições adequadas de trabalho, tendo até mesmo que suportar situações como a de uma fossa aberta [delegacia do município de Santana]. Relatou que até 2002 a delegacia da mulher funcionava em centro integrado, com playground e CAMUF, e que agora não é mais assim. Salientou o importante papel do CAMUF, criado em 2005, que deveria desenvolver trabalho psicossocial com agressor, além das vítimas e da família como um todo. Criticou o fato a delegacia da mulher de Laranjal do Jari – terceiro maior município do estado e com óbitos mensais – ter apenas uma agente de polícia. Relatou que há 21 anos, quando assumiu o posto de delegada de polícia da delegacia da mulher, 99% dos colegas eram contra a instituição, pelo que foi feito um trabalho intenso de convencimento. Relatou também que o Amapá tinha o maior centro de polícia técnica e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

científica do norte e nordeste do país, que não existe mais. Afirmou que a falta de peritos é manifesta: mulheres violentadas ficam desmaiadas no chão do pronto socorro. Por fim, agradeceu as delegadas de mulheres que a antecederam, em especial Sandra Dantas. Afirmou esperar sejam aprovados projetos de sua autoria, de notificação compulsória de violência doméstica e de violência contra crianças e adolescentes. Relatou que a mulher vítima de violência estatisticamente leva dez anos para fazer a primeira denúncia, e o papel do poder público é acolher essa mulher e lhe prestar políticas públicas de atendimento.

Alessandra Prado, funcionária da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, relatou que foi chamada em um domingo para atender ocorrência, registrada por vizinhos, de mulher que havia sido espancada. Quando chegou tudo estava quebrado em casa e as crianças estavam em casa de um vizinho desesperadas. Relatou que a polícia fez o trabalho de levar vítima e agressor para a delegacia. Quando chegaram à delegacia da mulher não havia nem escrivão nem delegada para atender a ocorrência; ficaram das nove da noite até meia noite aguardando e nem o escrivão apareceu. A vítima teve que voltar para casa porque entraria no serviço pela manhã muito cedo. Alessandra ficou esperando, e o escrivão chegou à uma e meia da manhã. O escrivão então afirmou que o agressor seria solto porque a vítima não estava lá para dar seu depoimento. O agressor foi solto e espancou a mulher novamente porque ela quis denunciar. Relatou que voltou na casa da vítima, mas essa não quis mais denunciar com medo de ele ser solto e espancá-la novamente. A vítima afirmou que recebia ameaças de morte do companheiro, que já havia, outra vez, sido preso por infringir a Lei Maria da Penha. A vítima depois se mudou de endereço com medo da denúncia. A funcionária perguntou, então, ao representante da Secretaria de Segurança Pública, por que todo esse descaso.

Sandra Matos, coordenadora do CRAM estadual, afirmou que a DECCM é sobrecarregada, atendendo qualquer crime contra a mulher, sendo de extrema necessidade a criação de uma delegacia especializada.

Ester de Paula, Coordenadora Políticas para Mulheres de Santana, afirmou que havia assistente social e psicólogo na DECCM, o que não existe mais. A falta de peritos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

também é séria. Para ela, isso é muito ruim, porque se delegacia vai mal, toda a rede vai mal.

Eudalice Fernandes perguntou qual é a responsabilidade do Ministério Público, fiscalizador, quanto à falta de psicólogos e assistentes sociais na delegacia da mulher. A **Promotora de Justiça Alessandra Moro Carvalho** respondeu que o Ministério Público fez várias inspeções e relatório com recomendações ao Governo do Estado, cujo prazo ainda está em vigor. À pergunta da plateia sobre a situação de Santana, a promotora respondeu que certamente o membro do ministério público responsável por aquele município irá tomar as providências cabíveis.

Alzira Nogueira, servidora do Ministério Público Estadual, reiterou que não há delegacia especializada de violência doméstica e familiar contra a mulher no estado do Amapá. Afirmou que os servidores desenvolvem seu trabalho com muito esforço, mas que a delegacia não está de acordo com o que determina a Lei Maria da Penha, o que é emblemático no seu aniversário de sete anos. Relatou também que em Santana a delegacia funciona em uma casa onde funcionou o instituto de previdência do Estado, sem carceragem e, portanto, sem flagrantes – possíveis só na delegacia de flagrantes. Relatou que a delegacia não tem viaturas, nem plantão, nem peritos: a vítima deve procurar perícia dois ou três dias depois em Macapá, de modo que ou não vai procurar, porque deve se deslocar muito, ou quando procura o exame a lesão já está descaracterizada. As questões envolvendo segurança pública são gravíssimas.

Alane Ribeiro denunciou os flagrantes que não são executados e a ausência da polícia técnica. Reiterou que no Amapá não existe delegacia especializada de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Delegada Vilani Feitosa, Titular da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher, afirmou ser assustador o número de boletins de ocorrência de mulheres vítimas de violência, não apenas doméstica – a DECCM atende todos os crimes contra as mulheres. Apenas em julho foram realizados 27 flagrantes; a agenda de audiências está lotada até outubro. A demanda é muito maior do que a capacidade de atendimento, pelo que a Delegada considera muito necessária a criação de uma delegacia especializada para violência doméstica e familiar. Afirmou que acredita que os casos de mau atendimento são isolados, e pediu às vítimas que registrem as ocorrências de mau



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

atendimento na Corregedoria de Polícia. Afirmou que há sinal de reforma da delegacia – relatou que naquela manhã recebeu visita do Delegado Uberlândio, representante do Secretário de Segurança Pública, que fez afirmação nesse sentido. Reivindicou também retorno da equipe multidisciplinar que trabalhava na delegacia anteriormente (psicólogo e assistente social). A falta de equipe sobrecarrega a Delegada, que acaba tendo que cumprir o papel dos profissionais ausentes.

Maria Trindade Gomes, da Associação das Vítimas de Escalpamentos, contestou as afirmações de que os centros de atendimento à mulher atuam, alegando que o CAMUF e que o CRAM não funcionam na prática. Relatou que sua filha de vinte anos, no último maio, levou sete facadas do ex-companheiro. Ela a levou para a delegacia da mulher diversas vezes, sem que tenha sido atendida. Por fim, mãe e filha foram encaminhadas para outro órgão que não tinha “nada a ver” com violência contra a mulher. O agressor sequer preso foi porque não consideraram que a situação era de flagrante: a vítima foi esfaqueada às sete da noite, foi encontrada pela mãe às quatro da manhã seguinte, quando foi levada para o pronto-socorro; chegaram pela primeira vez na DECCM às sete da manhã, mas não receberam atendimento pela falta de Delegado; o atendimento foi feito apenas às quatro da tarde e agressor já tinha fugido. Afirmou que quando a delegacia da mulher foi criada na mesma hora da denúncia um agente ia atrás do agressor; não havia toda essa demora. Relatou que foi violentada pelo ex-marido em 2007 e viveu isso, sendo, na época, a Delegada Marília responsável. Clamou, por fim: *“vamos abraçar essa causa como foi abraçada a causa do escarpelamento”!*

Delegado de Polícia Antônio Uberlândio Azevedo Gomes, em suas considerações finais, agradeceu a singularidade daquela reunião histórica, primeira vez que uma comissão se desloca de Brasília para tratar do tema da violência contra a mulher no Amapá. Expôs inovações trazidas pela Lei Maria da Penha, divisor de águas no tratamento dado à mulher. Sobre o mau atendimento na delegacia da mulher, afirmou que levará esse problema ao Delegado-Geral, para melhor qualificar o servidor que faz o atendimento à mulher vítima de violência. Sobre a reivindicação de delegacia especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher, afirmou que já existe delegacia em construção no Bairro Novo Horizonte, com financiamento do BNDES. Relatou que Ester, Secretária de Políticas para Mulheres de Santana, já protocolou pedido para que seja solucionado o problema da ausência de peritos em Santana, o que,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

segundo o Delegado, é possível de ser resolvido quase que de imediato. Afirmou que o governo do Estado contratou recentemente dois psicólogos e dois assistentes sociais para atenderem na DECCM, em atendimento diferenciado de mediação de conflitos. Relatou que há concurso em andamento da polícia civil, ainda sem edital publicado, que contempla 617 vagas para agente de polícia e 219 vagas para escrivão. Reiterou que há 93 milhões de reais destacados para a Segurança Pública, que contemplarão a reforma do CAMUF de Macapá, a finalização da construção do CAMUF de Santana e construção de delegacia da mulher de Santana, do Oiapoque e do Jari.

Assistência Social

Sandra Matos, coordenadora do CRAM estadual, afirmou que os trabalhos do CRAM estão sendo expandidos, com a inauguração de CRAM em Mazagão e em Porto Grande, e de *box* de acolhimento à mulher dentro do Super Fácil e na Zona Sul. Afirmou que estão fazendo “CRAM itinerante”, campanha de conscientização e prevenção para que não aconteça a violência contra a mulher no Amapá. À pergunta de que por que motivo o CRAM não funciona nos feriados e finais de semana, afirmou que isso se dá devido às limitações de pessoal, uma vez que o Ministério Público colocou limite de profissionais que podem ser contratados. Afirmou que o Governador está buscando solução para isso.

Alzira Nogueira, servidora do Ministério Público Estadual, relatou o caso do CAMUF de Santana que foi construído com verba federal [obra estimada em aproximadamente R\$ 500 mil, executada mediante contrato 008/2010 O.E.E.Nº 017/2010 CIPP/SEJUSP] mas que está abandonado, com prédio totalmente destruído. A promotoria não tem conhecimento da razão pela qual o prédio está assim. Tratou também do espaço em que deveria funcionar um CRAM e que funciona como posto de saúde, restando espaço residual para o atendimento à mulher.

Girlene Araújo, Coordenadora do CAMUF (Centro de Atendimento à Mulher e à Família) diz que no Centro há atendimento psicossocial, orientação jurídica e ações de prevenção. Relatou que há projeto que será realizado a partir de setembro *CAMUF de Mãos Dadas com a Comunidade*, diante da resistência que os homens têm em procurar o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

atendimento, visando a falar do combate à violência contra a mulher e da Lei Maria da Penha. Destacou que o trabalho do CAMUF não é criticar a mulher e o homem, e sim para acolher. O CAMUF funciona das oito da manhã às dezenove horas da noite. Afirmou que durante sua gestão – desde março de 2011 – nunca recebeu visita de parlamentares, com exceção da Deputada Janete Capiberibe e da Deputada Cristina Almeida. A **Deputada Marília Góes** objetou, afirmando que fez inspeção no CAMUF e na DECCM, e que a Coordenadora não se encontrava. Dessa inspeção, segundo ela, fez relatório que, encaminhado ao Ministério Público, ensejou tomada de medidas pertinentes ao Ministério Público. A **Coordenadora Girlene** afirmou que no dia da inspeção estava presente e que apenas a assessora parlamentar entrou no CAMUF. Relatou que quando assumiu CAMUF até os computadores estavam arcaicos, e que todo o material foi trocado. Relatou que o prédio necessita sim de reforma, que está prevista para acontecer junto com reforma da delegacia.

Geração de emprego e renda

Ana Clélia Ramos Duarte, operadora de máquinas pesadas, criadora do “Projeto Transforma Amapá: Mulheres Operando Máquinas Pesadas no Meio do Mundo”, dá curso de máquinas pesadas e construção civil para mulheres. Seu objetivo é capacitar mulheres para o mercado de trabalho. Relatou que para entrar na empresa de máquinas pesadas sofreu muito preconceito, em um mercado de trabalho tido como exclusivamente masculino. Afirmou que um dos fatores que causam a violência doméstica é a falta de liberdade das mulheres, sua falta de emprego e de autonomia financeira. Além da oportunidade de trabalho, segundo Ana Clélia, muitas mulheres buscam sua autoestima no Projeto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Saúde

Alzira Nogueira, servidora do Ministério Público Estadual, apresentou a questão da problemática da oferta do PCCU [Papanicolau - exame preventivo ginecológico] no Amapá: há mais de dois anos não é ofertado pela rede pública. A Articulação de Mulheres Brasileiras encaminhou denúncia nacionalmente e foi realizada audiência pública sobre isso. Segundo ela, a rede pública de Macapá se comprometeu a organizar o serviço, mas não se solucionou, e o restante do estado está sem cobertura. O Amapá é, segundo ela, o pior estado do norte em índice de mortes por câncer de colo de útero. Trata-se, para ela, de violência institucional contra as mulheres.

Celisa Melo, Coordenadora Municipal de Políticas para Mulheres de Macapá, afirmou a reivindicação de que a prefeitura se posicionasse a respeito da incineração de cinco mil lâminas de PCCU (de mulheres que realizaram o exame e por isso nunca receberam resultado) teve um eco, porque a prefeitura fez contrato e iniciaria a partir daquele sábado a distribuição dos kits para o exame; relatou que a prefeitura está firmando convênio para combate efetivo ao câncer de útero e de mama.

A **Deputada Federal Dalva Figueredo** afirmou que recebeu a reivindicação de solução da ausência do exame PCCU, a em outros municípios, como em debate com garimpeiros e garimpeiras.

Deputara Estadual Roseli Matos informou que em Santana desde maio se faz PCCU na rede municipal, e que mulheres estão recebendo em 15 dias o resultado. Relatou que quando o Democratas assumiu a prefeitura não existia na rede municipal esse exame para as mulheres.

Considerações Finais dos Parlamentares

Deputada Federal Fátima Pelaes saudou o movimento de mulheres do Amapá, os integrantes da mesa, em especial a Secretária Extraordinária e a Deputada Roseli, a quem agradeceu pela organização da audiência pública, e a presença de parlamentares do gênero masculino, Dr. Rosinha e Dr. Paulo César, fortalecendo a luta pela violência contra a mulher. Ressaltou que a Subcomissão Especial prestigiou o Amapá em visitar esse estado justamente no aniversário da Lei Maria da Penha, e que esta audiência terá



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

muitos efeitos positivos para o estado, onde muito já foi feito e muito se há de fazer. Afirmou que a lei por si só não resolve o problema: é preciso estruturar e fortalecer a Rede de Atendimento à Mulher, pela união de esforços, ultrapassando-se a questão partidária e pessoal -- o Congresso Nacional só avançou porque a bancada feminina sempre trabalhou assim.

O **Deputado Federal Dr. Paulo César** no início da reunião estimulou que as cidadãs e os cidadãos presentes se manifestassem com sinceridade, a fim de que a Subcomissão Especial pudesse cumprir seu objetivo de ouvir o que de fato acontece no estado em relação à violência contra a mulher. Expôs, sob muitos gritos de apoio da audiência, o quadro de violência doméstica, de violência institucional, de descaso e de falta de perspectivas que assolam as mulheres de todo o Brasil. Demostrou sua preocupação com o atual sistema de proteção da mulher, o de abrigo, que coloca a vítima em sistema de quase prisão e que deixa o agressor em liberdade. Ao final, afirmou o quão produtiva foi a reunião a partir do momento em que os cidadãos e gestores manifestaram-se abertamente. Ponderou que as famílias não podem negligenciar a atenção aos filhos homens, no sentido de educarem-nos para a não violência e para o respeito para com as mulheres. Sugeriu que os parlamentares pudessem dedicar uma hora semanal para abraçar a causa de uma mulher violentada.

A **Deputada Federal Dalva Figueiredo** destacou problemas centrais do Amapá: 1) consolidação dos dados; 2) abrigo; 3) capacitação de servidores e 4) serviço de perícia. Sublinhou, porém, que o orçamento é central para que qualquer pauta seja concretizada. Salientou a importância de o movimento social, junto às Câmaras de Vereadores, à Assembleia Legislativa e à bancada federal construir uma agenda, discriminando pautas prioritárias e, dentre elas, quais são pertinentes à cada esfera, criando uma grande rede para interferir no orçamento de cada ente federativo. Relatou ter destinado, por exemplo, recursos ao Ministério Público para criação de promotoria da mulher no Oiapoque; mas que é necessária a construção de uma pauta de prioridades do poder público e do movimento social, a fim de que as reivindicações sejam atendidas de forma racional e factível. Tratou também do problema dos dados: precisamos de recursos para ter dados e de dados para ter recursos. Por fim, afirmou a peculiaridade do desafio de enfrentar a violência contra a mulher, que passa pela mudança de concepções de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

mundo e de um enfrentamento de relações que estão no mundo privado que, para mudarem, dependem de políticas públicas.

Vereadora Neuzinha afirmou que na Câmara Municipal são cinco vereadoras, de partidos diferentes, mas unidas pelas causas das mulheres. Colocou-se à disposição para as demandas. Destacou o avanço que representa hoje o Estado não estar mais inadimplente e poder acessar recursos federais, e também os avanços já conquistados pelo Amapá. Destacou a atuação da ex-Secretária Extraordinária Ester de Paula. Salientou o capítulo inteiro presente na Constituição do Amapá sobre os direitos das mulheres, proposto pela hoje Deputada Federal Janete Capiberibe:

CAPÍTULO X - DA MULHER

Art. 329. É dever do Estado:

I - garantir, perante a sociedade, a imagem social da mulher com dignidade como mãe, trabalhadora e cidadã, em plena igualdade de direitos e obrigações com o homem;

II - no cumprimento das funções essenciais à justiça, criar um centro de atendimento para assistência, apoio e orientação jurídica, no que tange às questões específicas de interesse da mulher;

III - criar condições para coibir qualquer forma de violência contra a mulher, em especial no lar e no trabalho;

IV - promover, anualmente, na primeira semana do mês de março, a Semana de Atendimento Integral à Saúde da Mulher; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 21.03.2006.)

V - implantar a Ouvidoria da Mulher em âmbito estadual; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 21.03.2006.)

VI - estimular políticas de inclusão da mulher no mercado de trabalho. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 21.03.2006.)

A **Deputada Federal Janete Capiberibe** destacou a importância das mulheres dos bairros e do seu papel de relatarem, com muita propriedade, os problemas por elas enfrentados. Afirmou a disposição do Governo do Estado de debater e escutar as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

demandas, sendo que após aquela reunião ocorrerão avanços. Destacou a luta contra os escarpelamentos. Afirmou que todas as mulheres estão vulneráveis à violência, e a Lei Maria da Penha é importante ferramenta para que esse problema seja enfrentado. Relatou que a única Casa Abrigo -- Fátima Diniz, que leva o nome de mulher de classe média-alta que foi assassinada pelo marido e que tinha sido Miss – foi construída entre 96 e 97, assim como a delegacia da mulher. E que os avanços precisam retomar aquele vigor. Reiterou a importância da audiência para que sejam visibilizados os problemas. Afirmou ainda o compromisso de levar ao governador o pedido de estabilidade do titular da Secretaria Extraordinária de Mulheres, para que a Secretária Alice, em conjunto com os movimentos sociais, construa os avanços na política. Destacou o papel do PPA participativo conduzido pelo Governador Camilo Capiberibe e a grande importância de se pensar o orçamento público, inclusive sendo essa uma das preocupações da ONU Mulher. Sobre as reivindicações relativas à delegacia da mulher, informou que o Governador Camilo Capiberibe utilizará recursos do BNDES para reformar a delegacia da mulher do Centro e para construir delegacia da mulher na Zona Norte. Manifestou também especial preocupação com a questão do racismo, com comunidades no estado em situação de invisibilidade: negras, quilombolas, ribeirinhas, indígenas, sendo que as políticas públicas na região amazônica precisam ter esse olhar diferenciado. Destacou a coragem da Deputada Estadual Roseli Matos em relatar seu caso e em colocar seu próprio exemplo como uma causa de luta. Salientou o importante avanço que representa a proposta de mudança legislativa da CPMI para criação do tipo penal de feminicídio. Por fim, afirmou que o relatório da visita da Subcomissão Especial será fundamental para auxiliar as mudanças que precisam acontecer no Amapá.

A **Deputada Federal Nilda Gondim, Presidente da Subcomissão Especial** para debater o tema da violência contra a mulher, cumprimentou enfaticamente a audiência composta de mulheres compromissadas com as causas do gênero feminino, ao tempo em que agradeceu a acolhida das Deputadas Estaduais, das gestoras, da Secretária Extraordinária, e das Deputadas Federais Janete Capiberibe, Dalva Figueiredo e Fátima Pelaes, e ainda saudou os membros da Subcomissão Especial Dr. Rosinha e Dr. Paulo César, homens engajados na luta das mulheres, e a assessoria, que contribuiu para que a Subcomissão trabalhe unida, fortalecida e disposta pelos direitos das mulheres. Afirmou que para a Subcomissão Especial foi muito importante ouvir os depoimentos e denúncias



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

do movimento social, sendo esse o próprio objetivo do grupo, para, a partir disso, acolhendo as informações, lutar para a solução dos problemas. Destacou a grande importância de as mulheres extravasarem e expressarem suas dores livremente. Salientou que a luta das mulheres é suprapartidária e que não é contra os homens, mas aliada dos homens, contra a violência e pela dignidade das mulheres. Informou que o Norte do Brasil foi escolhido como foco da Subcomissão para que se dê mais visibilidade ao problema da violência da mulher nessa região. Para a deputada a luta contra a violência contra a mulher é uma luta contra a discriminação, por justiça social e para que as mulheres possam expressar plenamente seus diversos potenciais intelectuais, profissionais, políticos, artísticos e afetivos, muitos deles antes adormecidos.

O Deputado Federal Dr. Rosinha, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados agradeceu a recepção que o povo do Amapá deu à comitiva, contextualizando os trabalhos da Subcomissão Especial. Salientou que a luta contra a violência contra as mulheres não é um problema de mulheres, mas um problema de todas as pessoas. Demonstrou preocupação com as denúncias apresentadas pela Sra. Magali, apelando ao Tribunal de Justiça do Amapá para que tome as devidas providências. Informou que apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública responderam as informações solicitadas pela CPMI da violência contra a mulher – aquele de forma incompleta, o que sinaliza que, por parte do Poder Executivo e do Poder Judiciário ou não há dados ou houve descaso para com o tema, o que de qualquer maneira é grave, porque sem dados não há política pública consistente. Informou que o diagnóstico de violência contra a mulher é drástico e assustador, mesmo em se desconsiderando a subnotificação, e que é inaceitável que nossa sociedade continue permitindo que isso ocorra. Ponderou que a vinda da Subcomissão Especial não é para tratar de casos específicos, mas para alertar para esse problema e para estimular que o Estado brasileiro, em seus três poderes, em todos os entes federativos, enfrente-o. Segundo o parlamentar, há uma retroalimentação do machismo: a maioria de homens atuando nas instituições constrói instituição machista, e o machismo alimenta a violência – por meio, por exemplo, da impunidade --, e é por isso que o Estado brasileiro deve desenvolver políticas públicas para defesa dos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Deputada Estadual Roseli Matos por fim agradeceu todos os parlamentares, e em especial a Deputada Federal Fátima Pelaes, que a convidou para conduzir o debate.

Caso Magali Bandeira

No Encontro “Sete Anos da Lei Maria da Penha”, Magali Bandeira relatou o caso do sumiço de sua neta. Segundo a avó, sua neta teria sido levada por uma assistente social, esposa de juiz que enviou a bebê para São Paulo.



Foto Cristiane Galvão

Relatou que um de seus filhos, tio do bebê em questão, teria pedido ajuda para a assistente social mencionada, para “dar um susto” no pai da criança, filho de Magali Bandeira dependente de drogas. O bebê teria então dois meses. Quando a mãe da criança foi para o município vizinho de Santana visitar um parente, o tio, em 29 de outubro de 2012, ligou para a assistente social, que em poucos minutos teria pegado a criança,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

dizendo que a devolveria quando Magali, que estava viajando, voltasse, o que teria ocorrido em 02 de novembro de 2012. No dia 4 a assistente social teria ido à casa de Magali Bandeira acompanhada do juiz, afirmando que o bebê precisava fazer tratamento urgente em São Paulo. Magali Bandeira questionou: “Mas como, se minhas crianças foram sempre sadias, sem problema nenhum?” A assistente social teria pedido um documento, e a avó teria concordado em dar o cartão de vacinação, preocupada porque o juiz afirmava que o problema era muito sério. Na oportunidade o magistrado teria afirmando que a avó receberia notícias da neta todos os dias e que no dia 10 de janeiro de 2013 a neta voltaria. Mas ela jamais teria tido notícias novamente da criança. Segundo Magali, foi feita nova certidão de nascimento da criança, com outro nome. Magali Bandeira afirmou que anda há um ano e sete meses em busca de justiça, mas que nada se faz. Agradeceu à Record, única instituição que a apoiou. Para Magali, a assistente social apenas não é responsabilizada criminalmente por ser mulher de juiz. Segundo Magali, Mazagão “é um berço de adoção: eles são acostumados a fazer isso. Essa assistente social, toda criança que ela pega, ela manda pra São Paulo”. “Quero minha neta de volta! Quero minha neta de volta!”, clamou.

Como mencionado por Magali, o Jornal da Record exibiu em 20 de março de 2013, na série de reportagens “Infância Roubada”, a matéria “Avó acusa autoridades de roubar e vender a neta no Amapá”, sobre seu caso. Segundo a reportagem, o Promotor de Justiça de Macapá Aldeniz de Sousa Diniz resolveu rever todas as adoções feitas no município.

A Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família, tomando conhecimento do teor da série de reportagens Infância Roubada, já havia solicitado, mesmo antes da visita ao Amapá, investigações e providências cabíveis à Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Ofício nº 419/2013), ao Ministro da Justiça (Ofício nº 420/2013), ao Procurador-Geral da República (Ofício nº 421/2013) e ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 422/2013), todos do dia 22 de maio de 2013. A presidência da CSSF ainda encaminhou, após a missão oficial, cópia do depoimento de Magali Bandeira e os documentos por ela entregues à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas, a fim de que a CPI tome as providências investigativas que julgar cabíveis (Ofício n.º 684/2013).



Visitas

Hospital da Mulher Mãe Luzia (HMML) em Macapá



Mãe Luzia nasceu em 1854 e faleceu aos 100 anos. Descendente de escravos, foi lavadeira e parteira tradicional, trazendo ao mundo milhares de pessoas.

A comitiva foi recebida por Catarina Nazaré de Oliveira, enfermeira obstetra Diretora do Hospital. Esta informou que o HMML é a porta de entrada para o atendimento à saúde de todas as mulheres do Amapá e para as cidadãs de mais um município paraense da Ilha do Marajó, de onde as mulheres são encaminhadas para outros atendimentos quando for o caso. O hospital atende todos os casos de saúde envolvendo mulheres: obstetrícia, neonatologia, oncologia, atendimento de vítimas de violência, etc. Atende somente pelo Sistema Único de Saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Ana Luísa Mota

Sobre a questão da perícia, a Diretora informou que está é feita no próprio hospital. Quando chega um caso que necessita da perícia, a equipe do hospital chama perito por telefone, que vai até o local.

O HMML realiza aborto legal com acompanhamento – cerca de um por mês --, e cerca de 30 casos de abortamento relacionados a outros casos mensalmente. Relatou que muitas pacientes chegam a ir a óbito pelo uso



da buchinha do norte como abortivo.

Foto de Wikipedia

Sobre a gravidez precoce, a Diretora informou que muitas meninas entre 13 e 14 anos das ilhas do estado e de Marajó vão a Macapá gestantes procurando atendimento médico, muitas prestes a realizar o parto sem terem feito pré-natal. A maior parte delas, segundo a Diretora, acompanhada dos pais. Segundo ela, quando isso ocorre, acionam o Conselho Tutelar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sobre os partos realizados por parteiras, muito frequentes entre ribeirinhas, o problema mais comum era o deslocamento de placenta, que diminuiu depois dos cursos para parteiras, que ensinam a fazer massagem (a “caminha do bebê”) que evita a situação.



Foto de Marina Lacerda

O Deputado Dr. Rosinha observou que o prédio está precisando de reformas. O recinto tem 60 anos e já foi ampliado. A comitiva verificou dois leitos no corredor do bloco da maternidade, com duas jovens que recém tinham feito parto normal, acompanhadas dos bebês. Na oportunidade informou-se que a mãe somente é liberada após 26 horas de vida do bebê, e na época de chuva apenas 36 horas depois.

Há sala provisória específica para atendimento às vítimas de violência, pequena, conhecida como “sala liás”.

Quando meninas vitimadas por algum

tipo de violência, o maior tipo de agressão é sexual. Em junho e em

julho ocorreram dois casos assim por mês. Nos meses anteriores é média é entre 4 e 5 casos de violência sexual de meninas. Os agressores são muitas vezes os padrastos ou os próprios pais. As vítimas de violência sexual, segundo a Diretora, são mais frequentemente meninas do que mulheres. Note-se que o HMML atende apenas meninas acima de 12 anos. As mais novas do que isso são atendidas por outra unidade de saúde. Relatou-se inclusive o caso de uma menina com deficiência intelectual que foi violentada pelo padrasto e que chegou grávida ao hospital. O agressor não foi preso.

Segundo a Diretora, nos casos de violência física, os rostos e as barrigas são as partes do corpo mais atingidas, e a mastite traumática é uma das consequências mais comuns.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Relatou o caso de menina de 15 anos, grávida, que foi espancada pelo companheiro. A equipe de saúde conseguiu salvar o bebê, mas a mãe foi a óbito.

Segundo o levantamento do hospital, em 2012 foram atendidas 57 mulheres vítimas de violência sexual. Até junho de 2013 foram 26 mulheres. Segundo a experiência, maio e junho são os meses com mais ocorrências.

Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) Bem-Me-Quer em Macapá



Foto de Lin Israel

Macapá tem três CRAMs: um estadual, o Bem-Me-Quer, no Centro, e dois mantidos pela prefeitura, o Izaura Pereira Góes da Silva, no Bairro Buritizal, na Zona Sul da cidade, e o Janice Azevedo Melo dos Santos Palmerim, na Zona Norte. Segundo informações recebidas, a Zona Sul é a região com mais ocorrências de violência contra a mulher. A Comitativa foi recebida no CRAM Bem-Me-Quer por Sandra Cardoso, Coordenadora-Geral do CRAM Estadual, com funcionários dos dois outros CRAMs.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Ana Luísa Mota

Segundo os relatos recebidos no CRAM, muitas mulheres procuram primeiro esse espaço quando são vítimas, e após vão acompanhadas até a DECCM se for preciso. A Deputada Federal Fátima Pelaes questionou se na sala de espera não haveria muita exposição da vítima, já que um único espaço indiferenciado. A coordenadora afirmou que não sentiram esse problema até então. Na sala de recepção a vítima faz uma ficha com dados básicos, e depois vai para o atendimento pela equipe técnica. A sala da equipe técnica tem três mesas. O atendimento psicológico é feito em sala em separado. Segundo relatos, são feitos de 10 a 15 atendimentos por dia tanto no CRAM do Centro como no CRAM da Zona Norte.

O CRAM da Zona Norte seria o único a ficar aberto em finais de semana: fica um guarda e quando chega alguma vítima liga-se para uma funcionária plantonista. Os outros dois CRAMs não têm nenhum tipo de plantão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Segundo os relatos, se a mulher for sozinha buscar atendimento fora do horário comercial não consegue atendimento na DECCM. O atendimento só é prestado se a vítima for acompanhada de funcionário do CRAM. A DECCM, segundo os relatos, tem sérias deficiências no atendimento, de um lado pelo mau atendimento, e de outro por ser sobrecarregada: todo e qualquer crime contra a mulher vai para a DECCM, até mesmo “briga de vizinhas”.

Os casos encaminhados pelo CRAM à DECCM e os posteriores processos seriam todos acompanhado por assessor jurídico do CRAM.

Relatou-se que muitas adolescentes procuram atendimento do CRAM por violência sexual e física. A maior parte delas seria casada.

Relatou-se ainda, após pergunta, que há formação continuada dos servidores “na Lei Maria da Penha”, sem maiores informações sobre como seria a capacitação. Segundo acórdão do TCU, o centro de referência sofre de condições inadequadas de falta de capacitação em gênero e alta rotatividade de profissionais. Segundo informações recebidas, há “previsão de concurso, mas sem data certa”.

Questionadas sobre a qualidade da polícia técnica, servidora informou que a polícia técnica apresenta resultados de qualidade, mas que demora muito: veja-se o caso, por exemplo, de uma mulher violentada cujo laudo da perícia foi disponibilizado apenas depois que o filho já havia nascido. Não é raro os laudos demorem um ano. A Deputada Federal Fátima Pelaes, a esse respeito, informou que estão construindo um laboratório de perícias técnicas.

Segundo os relatos, mesmo nas delegacias em que há plantão, não há perito disponível. E, segundo a percepção das gestoras, o hospital deveria ter um perito à disposição no próprio local. E a “sala liás” deveria ser equipada. Segundo as informações, isso foi pactuado na rede e foi repassado recurso para sua realização, ainda no governo anterior.

Também segundo os relatos, a capacitação de



Bonecas confeccionadas nas oficinas. Foto de Marina Lacerda



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

policiais existe, mas não atinge todo o agrupamento. A rotatividade de profissionais também seria um obstáculo à capacitação dos funcionários. Outro problema enfrentado é a falta de funcionários.

Outra reclamação é sobre a inexistência de casa de passagem para mulheres que vêm do interior “e para a mulher que apanha mas não quer voltar para casa”.

O espaço do CRAM é bom. Mas a sala da coordenadora é praticamente do mesmo tamanho da sala para três atendimentos multidisciplinares. Há auditório para reuniões, formações e oficinas – são oferecidos cursos de manicure, corte de cabelo, confecção de bonecas e de outros artesanatos.

Segundo relatos, há psicólogo, advogado e massoterapeuta que prestam serviços no CRAM.

Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher (DECCM) de Macapá



Foto Lin Israel

O Amapá possui a peculiaridade de não possuir nenhuma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), focada no atendimento à violência doméstica e familiar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Existe apenas a DECCM, que atente todos os crimes que vitimam mulheres e em que mulheres são autoras.

A comitiva foi recebida pela Delegada Titular, Vilani Feitosa, pela Delegada Adjunta Rosana e pela escrivã Socorro. Para ilustrar a abrangência das atribuições da delegacia, as servidoras narraram caso que ocorrera no dia anterior: mãe que tentara envenenar bebê de sete meses com veneno para rato.

Os cerca de 70 termos circunstanciados, relativos a crimes de menor potencial ofensivo, registrados por mês na DECCM ilustram também o quão sobrecarregada é a delegacia.

Seu espaço é ruim, com paredes muito sujas, e precisa de reformas. Há reforma prevista. As celas são malacafentas e o parquinho, que existia aos fundos da delegacia, não existe mais.

Segundo relatos recebidos, o número de policiais é insuficiente, e há previsão de concurso público – mas o edital ainda não foi aberto. Na DECCM trabalham quatro delegadas plantonistas e três adjuntas. Além da delegada titular em horário comercial.

A delegacia funciona 24 horas em regime de plantão, mas a equipe disponível é muito reduzida: ficam dois policiais apenas, sendo que um deles faz a segurança na frente da delegacia e o outro registra boletins de ocorrência. Há quatro escrivães para plantão, de modo que em cada plantão há um escrivão, e três atuando no expediente.

Como o volume de BOs registrados é muito grande, audiência não é realizada imediatamente. Quando é o caso de medida protetiva de urgência, informou-se que a solicitação desta é feita de pronto. As medidas protetivas em geral são deferidas em no máximo 48 horas. O problema é que o Poder Judiciário e o Ministério Público trabalham apenas em meio expediente, e o plantão judiciário não aprecia casos que seriam de competência do Juizado Especializado de Violência Doméstica, e o plantão do Ministério Público funciona apenas para flagrantes. Assim, não há possibilidade de concessão MPU em regime de plantão.

Informou-se que da delegacia a mulher é encaminhada para a Casa Abrigo, mas que na maior parte das vezes as mulheres não querem ir para lá, porque significa que a vítima ficará presa enquanto o agressor ficará em liberdade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Além dos termos circunstanciados, há em trâmite 160 inquéritos 900 medidas protetivas de urgência. Segundo a Delegada, ao pé da letra deveriam ter 900 inquéritos, mas não há condições para isso. Segundo Delegada Elza, atual Diretora das Delegacias Especializadas e ex-Delegada Titular da DECCM, em 2012 foram quase 9700 ocorrências registradas, com 18 mil intimações realizadas. Segundo a Delegada Elza, a maior demanda é, de fato, de crimes de menor potencial ofensivo: “briga de vizinhas”, difamação, injúria, brigas em boates, etc.

Na opinião das delegadas a delegacia deveria apenas ter competência para crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, crimes sexuais e outras formas de assédio. Relatou-se que na última reunião do Conselho de Polícia aprovou-se a separação de uma delegacia da mulher nesses moldes. Na oportunidade, a Deputada Federal Janete Capiberibe sugeriu que a demanda seja enviada à Secretaria de Reforma Administrativa para que isso seja incorporado. Pediu também que os dados dos atendimentos da DECCM fossem repassados à Subcomissão Especial.

Na opinião da Diretora Elza, dois fatores enfraquecem a Lei Maria da Penha: a) a medida protetiva, que não protege a mulher, porque o agressor não teme a MPU e porque não existem mecanismos efetivos de monitoramento; b) dificuldade de decretação de prisão preventiva, que somente é determinada pelo juiz quando a MPU é descumprida, além de oitiva de testemunhas e do acusado, e a possibilidade de fiança nos crimes de gênero, sendo que em muitos casos o juiz libera o acusado sem que este precise nem mesmo pagar fiança.

Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF) de Macapá

O CAMUF é uma experiência criada no Amapá. A proposta do centro é prestar serviços de orientação social, psicológica e jurídica não apenas às mulheres vítimas, mas também a seus filhos e aos agressores.

Girlene Araújo, Coordenadora do CAMUF que recebeu a comitiva, informou que no início de sua gestão foram obtidos novos equipamentos, um veículo modelo Doblô e um veículo modelo Pálio. Segundo a gestora, a equipe é composta de dois psicólogos, cinco



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

assistentes sociais, uma pedagoga, um assistente jurídico e um assistente administrativo. Afirmar que seriam necessárias mais duas psicólogas para a realização das oficinas terapêuticas.



Foto de Ana Luísa Mota

A estrutura do prédio é considerada problemática. Segundo as informações prestadas, existe no orçamento previsão reforma.

O CAMUF fica ao lado do da DECCM. Isso, segundo a gestora, é um problema porque muitos homens confundem a DECCM e o CAMUF, e têm medo de procurarem o CAMUF e serem presos. Mas, como esclarece a gestora, o objetivo do Centro não é julgar ou punir, e sim acolher as famílias.

Atualmente o CAMUF tem 30 famílias, 150 mulheres e 50 homens em acompanhamento, em atendimentos de uma ou mais vezes por semana, conforme o caso. O Juizado é o elo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

da rede que mais encaminha pessoas para o CAMUF, exigindo até mesmo relatório mensal de comparecimento e comprovação documental de que usuário compareceu.

A Deputada Federal Janete Capiberibe questionou sobre o atendimento de casais homoafetivos, ao que a gestora respondeu que em 2012 foram atendidas duas famílias com essa característica.

Centro de Atendimento à Mulher e à Família (CAMUF) de Santana





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Fotos de Marina Lacerda

As fotos falam por si. O prédio, novo, construído com verbas federais, jamais foi ocupado, e hoje está inutilizável. O mato é quase tão grande quanto a construção. Segundo relatos, o centro foi até mesmo inaugurado com festa, mas não funciona. Segundo relatos não há rede elétrica nem de esgoto instaladas.

Documento entregue à CSSF pela Coordenadora Municipal de Política para Mulheres de Santana apresenta a reivindicação de que o CAMUF seja inaugurado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) de Santana



Foto de Marina Lacerda

O prédio em que deveria funcionar um CRAM abriga um posto de saúde. Ao chegar no local, não havia nenhum profissional de saúde. Segundo relatos, somente uma sala da construção foi destinada ao atendimento de mulheres e crianças, apenas pela manhã, com uma assistência social e uma psicóloga que atende uma vez na semana.

Como o CRAM não funciona e o Juizado não tem equipe multidisciplinar, os cinco ou seis casos que são atendidos no Ministério Público diariamente não têm para onde serem encaminhados.

Segundo informações da prefeitura, a situação será resolvida, pois verba foi destinada para reformar o prédio em que efetivamente deve funcionar o posto de saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

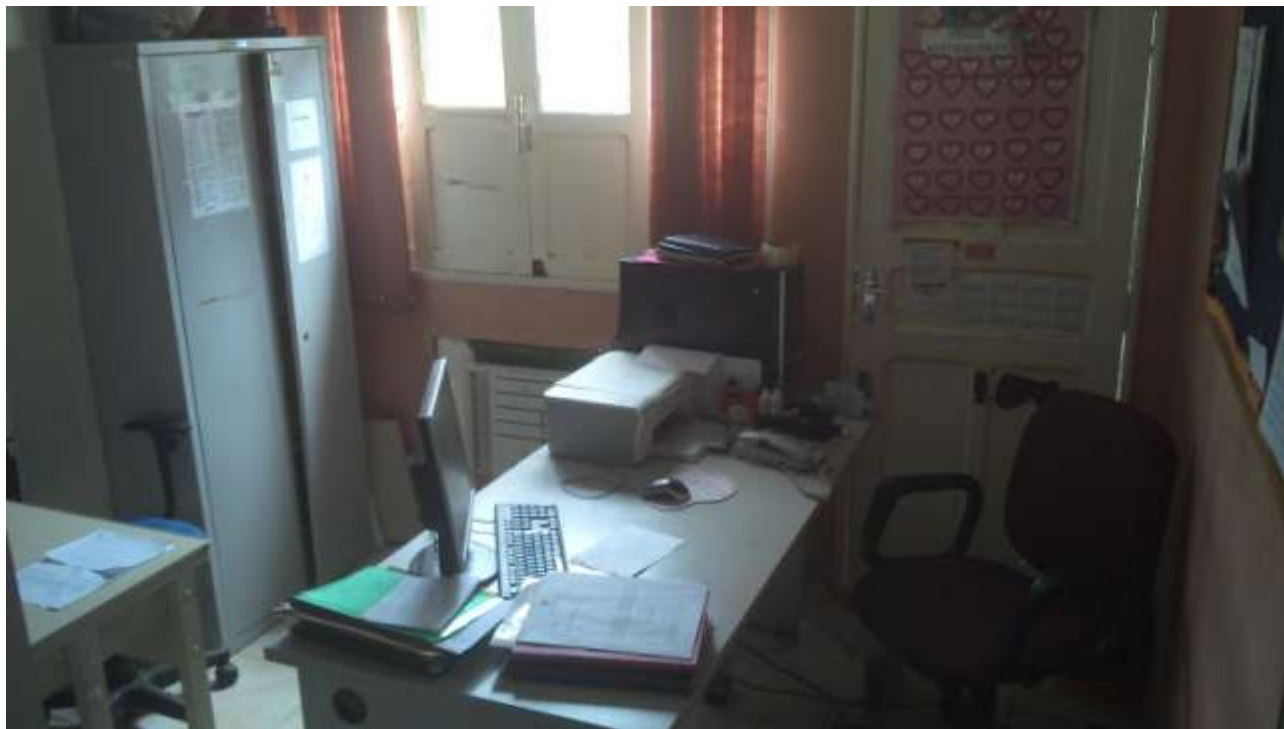
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Documento entregue à CSSF pela Coordenadora Municipal de Política para Mulheres de Santana apresenta a reivindicação de correta utilização do prédio como CRAM.

Caracterização da Delegacia de Crimes Contra a Mulher de Santana

Segundo Alzira Nogueira da Silva, “A delegacia atende mulheres vítimas de violência, mas não exclusivamente os casos de violência de gênero, melhor dizendo, os casos de violência doméstica e familiar. Portanto, seu funcionamento não atende ao que determina a Lei 11.340/2006. Com isso, a demanda é muito elevada e os registros de ocorrência não expressam as particularidades da violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Santana.

A estrutura de funcionamento é precária: o prédio foi cedido pela Amapá Previdência - AMPREV, apresentando vários problemas para organização e funcionamento dos serviços, a exemplo da ausência de carceragem, que impossibilita a realização de flagrantes.



Na realidade, o prédio foi edificado para ser uma residência, sendo assim, não tem qualquer adequação às normas e exigência para o funcionamento de uma delegacia. A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

permanência no local é precária e a equipe não sabe por quanto tempo deve permanecer ali. Tanto a estrutura elétrica quanto a hidráulica são totalmente comprometidas e o prédio, já muito antigo, não dispõe de rede lógica – o que inviabiliza o funcionamento de internet.



Próximo à edificação há uma fossa aberta, que há muitos anos prejudica a execução dos trabalhos no local devido ao mau cheiro e ao aparecimento de ratos, baratas, entre outros. Somente com a colaboração dos policiais ali lotados pode ser feito um serviço para tapar temporariamente o buraco, necessidade que reaparece em poucos meses.

A delegacia conta com uma equipe de 21 policiais, que se dividem em plantões de 24 por 72 horas. No entanto, temos apenas uma delegada titular e um delegado adjunto, inviabilizando a realização de flagrantes, pois a delegacia funciona 24 horas apenas para o registro de ocorrências e agendamento de audiência com a delegada. Não há uma política institucional de capacitação dos profissionais que trabalham na delegacia,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

comprometendo a qualidade dos atendimentos prestados às mulheres que procuram socorro policial.

A delegacia não possui equipe de investigação, nem há técnicos para atendimento psicossocial; os computadores hoje utilizados são emprestados e não existem salas suficientes para acolhimento, atendimento e tomada de depoimentos.

Há salas ocupadas com equipamentos eletrônicos e móveis amontoados e que não estão em uso, comprometendo sobremaneira a prestação dos serviços à população, bem como a vida útil dos dispositivos. A instituição conta com duas viaturas em funcionamento, mas não há verbas para manutenção das viaturas e a cota de combustível não é suficiente para atender à demanda mensal.

No tocante à relação com a rede de atendimento a mulheres em situação de violência são dois fatores que comprometem a qualidade dos serviços prestados pela delegacia: o fato de o Hospital Estadual de Santana não dispor do kit de profilaxia de emergência para mulheres vítimas de violência sexual e, também, não ser realizada a perícia da Polícia Técnico-científica - POLITEC no município, comprometendo os exames periciais, principalmente no caso de lesão corporal grave.

Neste caso, a mulher vitimada tem sido encaminhada à POLITEC do município de Macapá, onde é examinada para se constatar se é virgem ou se já teve relações sexuais vaginais. Cabe informar que, devido à precarização das viaturas disponíveis, boa parte das mulheres atendidas tem de se deslocar à POLITEC/Macapá com meios próprios – o que reflete em muitos casos de subnotificação, de falta de exames que embasem as investigações e até mesmo de desistência das mulheres na busca pela intervenção estatal.”

A Coordenadora Municipal de Política para Mulheres de Santana entregou documento à CSSF mediante o qual reivindica novo espaço físico para funcionamento da Delegacia da Mulher de Santana, a disponibilização de veículo para que se possa fortalecer o atendimento, a contratação de profissionais para comporem equipe multidisciplinar, e ainda a contratação de perito.



Reunião com a vice-governadora do Amapá, Dora Nascimento



Foto de Cristiane Galvão

A **vice-governadora Dora Nascimento** saudou a comissão, agradecendo a visita, e especialmente a presença de homens na comitiva; a **Deputada Federal Nilda Gondim** agradeceu pela atenção dispensada pela vice-governadora, e contextualizou os trabalhos da Subcomissão Especial; o **Deputado Federal Dr. Paulo César** agradeceu a vice-governadora pela audiência, informando que o objetivo da Subcomissão Especial é contribuir para o aprimoramento das políticas para mulheres; a **Deputada Federal Fátima Pelaes** agradeceu à Subcomissão Especial e ao Governo do Estado, afirmando ter certeza de que os avanços acontecerão diante da convergência no reconhecimento das deficiências e na vontade convergente de querer acertar, em união de esforços para que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

isso ocorra; a **Deputada Federal Janete Capiberibe** agradeceu a Governadora em exercício em receber a comitiva, afirmando ter certeza de que a missão oficial vai provocar avanços, reiterando a expectativa de receber relatório para contribuir de forma objetiva, agindo a partir dele com emendas parlamentares e no contexto da reforma administrativa; a **Deputada Estadual Roseli Matos** ponderou que muitas vezes é preciso que venha um ator de fora para despertar mudanças, colocando a Assembleia legislativa do Amapá, em especial na figura de suas oito Deputadas, para a causa do combate à violência contra a mulher; a **Secretária Extraordinária Alice Lobato** tratou da presença considerável do movimento de mulheres no Encontro Sete Anos da Lei Maria da Penha, e destacou a importância da sociedade civil para que o Estado revise sua prática e para construir as políticas. O **Deputado Federal Dr. Rosinha** agradeceu a vice-governadora pela reunião e a Secretária Extraordinária Alice pela recepção da comitiva no Amapá. Ponderou que a violência contra a mulher é uma realidade nacional, e fez alguns registros do que a comitiva observou no breve período de tempo em que esteve no estado: a) ausência de envio de dados do Poder Executivo estadual para a CPMI da violência contra a mulher, indicando que ou houve pouco caso ou que os dados não existem, o que impede o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas; b) queixa sobre a falta de funcionários na segurança pública, e do despreparo e desrespeito de servidores no atendimento de vítimas; c) demora extrema para perícia técnica; d) inexistência de DEAM; e) solicitação de intermediação junto ao Presidente do Tribunal de Justiça para que seja viabilizada a concessão de medidas protetivas de urgência em plantão; f) inexecução de flagrantes por falta de policiais; g) consideração de que o Hospital da Mulher Mãe Luzia (HMML) tem atendimento bom dentro das possibilidades, mas precisaria de espaço dedicado para o atendimento dos casos de violência sexual; h) demora da coleta de material para a perícia no HMML, de modo que seria melhor ter perito disponível no próprio hospital; i) relatos de que a política para as mulheres já foi melhor no Estado; j) pedido para mais estabilidade do titular da Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres para ser viável continuidade nos trabalhos; l) queixa de que o Governador não recebeu o movimento de mulheres, ao que o assessor do governo respondeu que a reunião ocorreu logo no início do governo; m) necessidade de orçamento garantido para as políticas para mulheres, sendo que a Subcomissão Especial



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

desconhece o orçamento para a pasta já que o Governo do Estado não respondeu às questões da CPMI.

A **vice-governadora Dora Nascimento** informou que o Amapá conta com um Super Fácil, em espaço aconchegante financiado com recursos do governo federal, que comporta atendimento às mulheres. Informou também que o governo desenvolve capacitação de mulheres vítimas de violência para a construção civil dentro do programa Mulheres Mil. Afirmou que o governo é ciente de que existem falhas e de que se precisa melhorar, comprometendo-se a encaminhar as demandas apresentadas.

Questionado pela **Deputada Federal Fátima Pelaes** sobre a impossibilidade de concessões de medidas protetivas de urgência em regime de plantão, o **Juiz Augusto César, Titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher**, afirmou que sempre que a delegacia precisa o Poder Judiciário tenta atender, confirmando que o plantão é geral e não de temas específicos.

Reunião com o Prefeito de Macapá Clécio Luis

A **Deputada Federal Nilda Gondim** contextualizou os trabalhos da Subcomissão Especial, afirmou que um dos objetivos do colegiado é ter uma avaliação não apenas sobre o índice, mas também sobre o que os estados estão fazendo para aprimorar os serviços públicos às mulheres, agradeceu pelo recebimento da comitiva em visita de cortesia e pediu que o executivo municipal de Macapá também se engaje para oferecer às mulheres melhores condições de vida. O **Deputado Federal Dr. Rosinha** demonstrou preocupação com a denúncia de perda dos exames de PCCU; pediu autonomia orçamentária para a coordenadoria da mulher, já que sem orçamento não é possível desenvolver política de promoção e de prevenção. Afirmou da necessidade de se trazer o mais rápido possível a Casa da Mulher Brasileira (mediante o programa Mulher Viver sem Violência do governo federal) para o Amapá, a fim de que a vítima tenha acesso facilitado aos serviços de que precisa. O **Deputado Federal Dr. Paulo César** agradeceu a pronta iniciativa do prefeito em receber a comissão. A **Secretária Extraordinária Alice** ressaltou a importância da coordenadoria de mulheres do município, que integra a rede e participa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

de suas reuniões mensais, sendo importante que a coordenadoria se transforme em secretaria, com orçamento próprio e autonomia maior. Informou também que já estão fazendo gestões para implantar no Amapá o Programa Mulher Viver sem Violência. **Alzira Nogueira** relatou que no último 16 de junho ocorreu reunião sobre o PCCU, oportunidade em que se definiu que a Secretaria Municipal de Saúde instauraria comissão para identificar as milhares de mulheres que teriam tido material coletado para exame sem que este nunca tenha sido realizado, e que estabeleceria estratégia de busca ativa dessas mulheres. Pediu ao prefeito que tomasse as providências para que as medidas fossem efetivadas. A **Deputada Federal Fátima Pelaes** colocou-se à disposição para contribuir com emendas parlamentares e reiterou a preocupação com as milhares de mulheres que foram enganadas. A **Deputada Federal Janete Capiberibe** demonstrou satisfação com o empenho para o trabalho em conjunto da secretaria estadual e da coordenadoria municipal; ponderou que o HMML, estadual, está assoberbado porque o serviço de saúde municipal é deficiente, e, na medida em que a prefeitura ofertar serviço de saúde básica chegará ao hospital somente a média e alta complexidade, que é o que deve chegar. O **Prefeito de Macapá Clécio Luis** manifestou sua honra em receber a comitiva, e afirmou esperar poder fortalecer a atuação de proteção e defesa da mulher. Afirmou que o programa de governo foi construído a muitas mãos e de forma realista, concebendo as políticas públicas relacionadas com o orçamento. Relatou que a metodologia de Plano Plurianual Participativo adotada em Macapá, com a eleição de delegados sem delegados natos, e com capacitação de todos os delegados sobre noções de orçamento e gestão pública, tem surtido muitos efeitos. Afirmou que ainda o poder executivo municipal está impedido de criar novos órgãos por motivos orçamentários – assumiu a gestão com 81% do orçamento comprometido com a folha de pagamento, rubrica que hoje ocupa 62%. A esse respeito, **Alzira Nogueira** ressaltou que em seu planejamento estratégico a coordenadora deve pensar em qual estratégia de monitoramento que vai adotar. O **Prefeito** ainda reconheceu que os CRAMS municipais ainda não estão bons, mas possuem o diferencial positivo de estarem muito ligados às comunidades. Sobre o PCCU, o prefeito informou que já retomaram os exames das mulheres que não tiveram resultados. Afirmou que a prefeitura sabia que os exames para os quais foram coletados materiais não seriam realizados porque não havia contratos para tanto, e havia máquina incompatível com a leitura necessária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Considerações Finais

Os avanços conquistados e as propostas de ações futuras dos poderes executivos estadual e municipal são muito relevantes e devem ser todos estimulados – ainda que algumas iniciativas sejam bastante modestas, como a mudança de sede do órgão estadual e do órgão municipal de mulheres. Existem, porém, muitos empreendimentos ainda por começar – talvez reflexo da relatada constante mudança de titularidade da SEPM –, quando o tempo de mandato do chefe do poder executivo estadual já passou da metade. Espera-se que o tema da violência contra a mulher volte a ter a importância que aparentemente já teve para os poderes públicos do Amapá, considerando os diversos relatos de que a rede de atendimento à mulher já foi mais vigorosa. Anseia-se também que o tema possa efetivamente ter o caráter de uma política de Estado, com o tratamento contínuo.

Não sabemos qual o orçamento destinado às políticas para mulheres: informações não foram prestadas à CPMI da violência contra a mulher e o dado não foi mencionado pelas gestoras. Sem orçamento suficiente não há qualquer política pública. E, mais do que isso, a autonomia de administrativa e orçamentária do órgão de mulheres – felizmente já obtida em âmbito estadual – precisa também ocorrer nos organismos municipais.

Conforme foi destacado no Encontro, a Constituição do Amapá tem um capítulo exclusivo sobre os direitos das mulheres, que prevê como dever do Estado, dentre outros itens, a implantação de uma Ouvidoria da Mulher (artigo 329, inciso V). É relevante que esse item da Constituição Estadual seja efetivado.

A falta de dados sobre a violência contra a mulher no Amapá é assustadora. Apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública responderam às perguntas dirigidas a esses órgãos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher. Do Poder Executivo a missão oficial recebeu planilhas sobre os atendimentos no Hospital da Mulher Mãe Luzia, nos CRAMs de e no CAMUF de Macapá; é eloquente a falta de dados pormenorizados no que diz respeito à segurança pública. Em relação ao Poder Judiciário,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

que também não enviou dados à CPMI, a Subcomissão Especial recebeu planilha muito sucinta com o total de processos em andamento e arquivados.

Sem dados não se diagnostica, não se planeja, não se monitora nem se avalia qualquer política pública.

O Sistema de Cadastro dos Casos de Violência Doméstica – SICAVID – desenvolvido pelo Ministério Público de Macapá é um importante instrumento para o diagnóstico e para o planejamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, dando efetividade ao disposto no artigo 26 da Lei Maria da Penha. Por outro lado, o mecanismo precisa ser ampliado para todo o estado, não devendo ficar circunscrito à capital. Nem mesmo tivemos acesso a dados de atividades do Município de Santana, que também possui uma Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher.

Conforme os registros das atividades da Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher de Macapá, a maioria das vítimas não possui renda e o agressor recebe até um salário mínimo. A informação confirma a percepção geral de que a violência contra a mulher é diretamente proporcional à vulnerabilidade social das famílias em geral e das mulheres em particular. Assim, as estratégias de inclusão produtiva e de geração de emprego e renda são fundamentais para se combater estruturalmente o problema da violência doméstica.

O levantamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social para serem beneficiárias de Cursos Profissionalizantes e de Geração de Renda, conforme relatado pela Secretária Extraordinária, é uma boa iniciativa, assim como o projeto Transforma Amapá. Essas estratégias devem ser mantidas e ampliadas, assim como programas como o Renda para Viver Melhor.

É urgente a criação de DEAMs – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher --, com atribuição para os crimes de gênero. Isso se faz necessário por uma questão de logística, já que a Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher – que, segundo a Delegada Titular, investiga crimes também cometidos por mulheres – está sobrecarregada, com atribuições até mesmo para delitos de menor potencial ofensivo; e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

também para que a vítima de crimes de gênero possa ter um tratamento adequado às peculiaridades dessas situações.

Outro grande problema identificado em relação à segurança pública foi a falta de peritos em plantão, a excessiva demora na conclusão dos laudos periciais (de até um ano), a ausência de peritos fora de Macapá e ausência de perito atendendo diretamente no Hospital da Mulher Mãe Luzia. A contratação de novos quadros é essencial. A ausência de peritos no interior, além de causar imenso desgaste à vítima que deve viajar para submeter-se ao exame, causa severo problema à possibilidade de punição dos crimes de gênero, uma vez que muitas vezes quando a vítima entra em contato com o técnico as lesões já estão descaracterizadas. Nesse sentido, reitera-se especialmente a solicitação - feita por parte da Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres -- de disponibilização de peritos para o município de Santana. A disponibilização de peritos diretamente no hospital evita que as vítimas tenham o desgaste de saírem da rede de saúde e se dirigirem a um equipamento de segurança pública.

As queixas em relação à excessiva demora e ao mau e desrespeitoso atendimento na DECCM são preocupantes. Também é grave a reclamação de que flagrantes e prisões não são executadas ora por demora no atendimento na DECCM, ora por falta de funcionários na segurança pública. Há concurso previsto, segundo os relatos. Espera-se que o edital seja publicado, que o procedimento se realize e que os servidores sejam nomeados e tomem posse.

Conforme os registros das atividades da Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher de Macapá, no período da noite e da madrugada ocorrem 58% das agressões de gênero no ambiente doméstico. Entretanto exatamente em relação ao plantão foram recebidas muitas críticas de ausência de escrivão, delegado e agentes de polícia, e denúncias de simples impossibilidade de atendimento na DECCM fora de horário comercial. O plantão existe e deve ser cumprido pelos servidores responsáveis.

Em relação à DECCM, é também necessária efetivação da reforma, além de contratação e capacitação de servidores. A estruturação física e de recursos humanos também parece necessária nas delegacias dos outros municípios do Amapá. Ainda que a comitiva não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

tenha visitado esses espaços, foram recebidos relatos de fragilidade desses equipamentos públicos.

Por fim, é extremamente grave que um prédio construído com recursos públicos, destinado ao CAMUF de Santana, esteja completamente inutilizado. A situação precisa ser regularizada e os responsáveis pela má utilização dos recursos públicos devidamente investigados e sancionados. A Presidência da Subcomissão Especial apresentou a Proposta de Fiscalização e Controle nº 134/2013, para, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, investigar a aplicação dos recursos federais repassados ao governo do Estado do Amapá, mediante o Contrato 008/2010 O.E.S.Nº 017/2010/CIPP/SEJUSP, destinados à construção de prédio a abrigar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher e à Família no Município de Santana.

O CAMUF, experiência relevante criada no Amapá, possui inadequada proximidade com a política de segurança pública, como relatado pelas próprias gestoras. Seria mais adequada sua gestão pela Secretária Extraordinária de Políticas para Mulheres ou pela Secretaria de Estado de Assistência Social.

A sugestão da entidade da sociedade civil Rede de Mulheres do Amapá é de extrema relevância: equipamentos como o CRAM e o CAMUF não deveriam apenas ter uma postura passiva, mas também poderiam realizar buscas nos bairros das vítimas de violência, uma vez que uma série de obstáculos financeiros (dinheiro para transporte), físicos (distância dos locais) e familiares (responsabilidade pelos filhos e medo) desestimulam que as vítimas procurem os serviços. O CAMUF, segundo os relatos de sua coordenadora, possui dois veículos, de modo que seria viável a realização da busca, a qual aparentemente será iniciada com o projeto CAMUF de Mãos Dadas com a Comunidade.

O CRAM de Santana precisa ter a destinação adequada.

Registra-se também a reivindicação de criação de casa de passagem para mulheres que vêm de outras cidades em busca de atendimento, ainda que o ideal seja que o atendimento de segurança pública, saúde e assistência social à vítima de violência seja prestado em todo o Amapá, e não apenas na capital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sobre o atendimento à saúde, é de se notar que o foco da visita ao Hospital da Mulher Mãe Luzia não foi o sistema de saúde em si, mas sim o atendimento à mulher vítima de violência. Verificou-se que esse atendimento é prestado, mas que não existe estrutura específica para isso. Ainda assim, é de se registrar que a Subcomissão Especial recebeu notícia de que, no mês de setembro – após a visita, portanto –, uma jovem teria sido mandada embora do HMML com um feto morto no ventre, por não haver leitos no hospital – única maternidade pública do Estado. A confiar na informação, repercutida pela imprensa, trata-se de grave violação dos direitos fundamentais da mulher. **Mostra-se insuficiente uma única referência em todo o estado para atendimento de saúde da mulher.**

A incineração das amostras de PCCU de milhares de mulheres para exame do câncer de colo de útero é extremamente grave, e representa uma violação do direito humano à saúde e à vida, já que a doença, não diagnosticada, pode levar à morte. É urgente que as mulheres que tiveram material coletado sejam identificadas e novamente examinadas.

É preocupante também a afirmação da Coordenadora Municipal de que a distribuição dos kits para o exame passaria a ser distribuída apenas a partir do dia 10 de agosto de 2013, e o relato da Deputada Estadual Roseli Matos de que a oferta do exame passou a existir no município de Santana a partir de maio de 2013. É necessário que o PCCU passe a ser ofertado com regularidade pela rede pública de saúde de todos os municípios do Amapá.

É ainda necessário que seja investigada, pela polícia e pelo Ministério Público, a afirmação do Prefeito de Macapá Clécio Luiz de que gestores sabiam que as amostras para PCCU coletadas não seriam examinadas. Se tal for verdade, o fato possivelmente configura-se crime, que merece o tratamento penal adequado.

A Presidência da Subcomissão Especial apresentou a Proposta de Fiscalização e Controle nº 135/2013 para, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, investigar as denúncias relativas à não prestação do PCCU pela rede pública de saúde do Amapá.

É relevante a criação de um espaço exclusivo, equipado, acolhedor e com servidores para atendimento das vítimas de violência sexual no HMML, sendo insuficiente a pequena e improvisada “sala lilás”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Por fim, sobre a sugestão do aumento de pena dos crimes cometidos contra mulher com deficiência, conforme sugerido pela Promotora de Justiça Alessandra Moro Carvalho, é de se dizer que a legislação penal já contempla como majorante a circunstância de a vítima se “pessoa portadora de deficiência”. Veja-se o artigo 129, § 11, incluído pela Lei nº 11.340, de 2006), o artigo 40 § 3º, com redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003, o artigo 141, inciso IV, incluído pela Lei nº 10.741, de 2003, o artigo 217-A, parágrafo 1º, incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), e o artigo 218-B, incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), todos do Código Penal.

Em relação ao sistema de justiça, é de se anotar que o Conselho Nacional de Justiça realizou estudo que aborda percentual de processos julgados em relação aos ingressados. O Amapá, nesse cálculo, apresentou a maior média nacional, de 85%, ao lado do Distrito Federal. O problema anotado foi em relação à impossibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência fora do meio expediente em que funcionam o Poder Judiciário e o Ministério Público. Segundo os relatos, o plantão judiciário não aprecia casos que seriam de competência do Juizado Especializado de Violência Doméstica, e o plantão do Ministério Público funciona apenas para flagrantes. Essa situação precisa mudar, diante da vocação da MPU de ser providência que deve ser tomada com extrema rapidez. Nesse sentido, a presidência da Subcomissão Especial propôs Indicação ao Poder Judiciário, por intermédio do Conselho Nacional de Justiça, para a adoção de providências para viabilizar apreciação de Medidas Protetivas de Urgência, previstas na Lei Maria da Penha, em regime de plantão no estado do Amapá – Indicação nº 5206/2013 da Sra. Nilda Gondim.



MISSÃO OFICIAL A SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MATO GROSSO

12 de setembro de 2013

Estatísticas

No Mato Grosso, segundo o Mapa da Violência, 75 mulheres foram assassinadas em 2010, numa taxa de 6,1 homicídios por 100 mil mulheres, ocupando a 5ª pior posição no ranking nacional. De acordo com os dados corrigidos pela pesquisa “Violência contra a mulher: perfil dos feminicídios no Brasil” (IPEA), a taxa de homicídios é de 6,95. O estado, com significativa dimensão territorial, possui diferenças regionais importantes. São Félix do Araguaia fica na região nordeste, conhecida como “Vale dos Esquecidos”. A visita ao município aconteceu em atendimento ao requerimento formulado pela Deputada Marina Santanna, ainda à CPMI da Violência contra a Mulher.

Quinze municípios compõem a Prelazia de São Félix do Araguaia: Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Vila Rica, Santa Terezinha, Luciara, São Félix do Araguaia, Novo Santo Antônio, Bom Jesus do Araguaia, Confresa, Porto Alegre do Norte, Canabrava, Serra Nova, Alto Boa Vista, Ribeirão Cascalheira, Querência. Destes, apenas São Félix do Araguaia tem CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CAPS (Centro de Atenção Psicossocial); o Município de Alto Boa Vista tem CRAS e CREAS; os outros 13 municípios têm apenas o CRAS. Nenhum deles possui Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Debate sobre a situação da violência contra a mulher na região de São Félix do Araguaia e entorno



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

“Fé em Deus e teimosia”. Dom Pedro Casaldáliga.



Foto: Diego Gomes

A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher, em parceria com o Instituto Humana Raça Fêmeina e com o Escritório de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia, promoveu debate sobre a situação da violência contra a mulher na região de São Félix do Araguaia e entorno. A atividade aconteceu no dia 12 de setembro de 2013, no Anfiteatro do Centro Comunitário Tia Irene, em São Félix do Araguaia. No encontro estiveram presentes cidadãos e cidadãos dos municípios de Vila Rica, Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte, Luciara, Serra Nova Dourada, Alto Boa Vista e Bom Jesus. Compareceram ainda as seguintes autoridades: Prefeito de São Félix do Araguaia, Sr. José Antônio de Almeida; Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Eurípedes Tavares dos Santos; Juiz de Direito, Sr. Pedro Flory; Promotor de Justiça, Sr. Lizandro Alberto Ledesma; Defensor Público, Sr. Rubens Vera Fuzaro Jr.; Secretário de



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Saúde do Município de Santa Teresinha, Sr. Sandoval Torres Martins; Delegado de Polícia de São Félix do Araguaia, Sr. Vaner dos Santos Neves; a Secretária da Assistência Social do Município de Alto Boa Vista, Sra. Divina Eugênia de Souza; a Coordenadora do CRAS do Município de Alto Boa Vista, Sra. Magna Brabosa; a Coordenadora do CREAS do Município de Alto Boa Vista, Sra. Daniele R. A. Figueiredo; a Secretária de Saúde do Município de São Félix do Araguaia, Sra. Maria Gildene Vasconcelos; o Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga; a Vereadora do Município de Vila Rica, Sra. Maria Augusta e a Presidente da Associação Alvorada de Vila Rica, Sra. Ivanilde Tsha.

Maria José Souza Moraes, coordenadora do Instituto Humana Raça Fêmeina e do Escritório de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia, destacou a imensa importância da presença da comitiva, iniciando a reunião com a música de Milton Nascimento que, segundo ela, se tornou o hino do trabalho do grupo:

<i>Maria, Maria</i>	<i>Mas é preciso ter força</i>
<i>É um dom, uma certa magia</i>	<i>É preciso ter raça</i>
<i>Uma força que nos alerta</i>	<i>É preciso ter gana sempre</i>
<i>Uma mulher que merece</i>	<i>Quem traz no corpo a marca</i>
<i>Viver e amar</i>	<i>Maria, Maria</i>
<i>Como outra qualquer</i>	<i>Mistura a dor e a alegria</i>
<i>Do planeta</i>	
<i>Maria, Maria</i>	<i>Mas é preciso ter manha</i>
<i>É o som, é a cor, é o suor</i>	<i>É preciso ter graça</i>
<i>É a dose mais forte e lenta</i>	<i>É preciso ter sonho sempre</i>
<i>De uma gente que rí</i>	<i>Quem traz na pele essa marca</i>
<i>Quando deve chorar</i>	<i>Possui a estranha mania</i>



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

E não vive, apenas aguenta

O **Deputado Federal Dr. Rosinha** contextualizou os trabalhos da comissão. Demonstrou a honra com a presença de Dom Pedro Casaldáglia, referência no Brasil e no mundo na luta por direitos humanos, justiça e igualdade, sendo sua voz ouvida e respeitada em todo o planeta. Agradeceu ainda a presença dos cidadãos e autoridades. Destacou que o objetivo da comissão é saber o que o Estado faz para evitar a violência.



Dom Pedro Casaldáglia, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, afirmou que a violência contra a mulher é um grande problema na região, alimentado pela rotina familiar: a mulher já nasce em um ambiente em que é utilizada e não há formação por parte das famílias e escolas para reverter essa concepção. Em sua perspectiva, muitas mulheres já passaram de uma condição de escrava a uma autonomia, liderando na política, na Igreja, na educação, na saúde e em outras áreas; toda vez que se convoca uma campanha, por exemplo, as mulheres são as primeiras a responder. Mas nem todas



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

as mulheres conseguiram superar a submissão – muitas mulheres, por exemplo, sequer puderam comparecer àquela reunião – processo este que é lento e demanda persistência. O bispo afirma ser uma luta cotidiana aquela por dignidade e igualdade de direitos, que é travada com “fé em Deus e teimosia”, teimosia esta que significa esperança, vivenciada em conjunto, em comunidade.



Foto: Diego Gomes

Sra. **Maria José Souza Moraes** relatou que, em 2007, um grupo de mulheres preocupado com a violência doméstica criou organização para se voltar especificamente ao tema, amparando a mulher vítima para que esta denunciasse. Mesmo com os trabalhos, as dificuldades de acesso aos serviços públicos pelas vítimas permanecem. Relatou que não há, em nenhum município da região, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, mesmo com mobilização entorno do tema (foi realizado abaixo-assinado nos municípios da região). Em 2010, no oito de março, nas Delegacias de Polícia foram designadas salas, que receberam pintura cor- de- rosa, para o atendimento à mulher, funcionando,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

entretanto, com o mesmo quadro de servidores. Tampouco há juizado especializado. Em muitos casos, segundo sua experiência, as vítimas são desestimuladas a registrar ou até mesmo retirar as denúncias. Relatou que uma vez, a caminho do trabalho, ao passar em frente a uma casa, ouviu barulhos na esquina, às oito da manhã: uma voz agressiva de homem, uma criança que chorava, uma mulher que gritava, com barulho de móveis. E três pessoas paradas muito próximas à residência, sem qualquer atitude a respeito. Ela foi à delegacia. Lá havia dois agentes, sem delegado. O agente que a atendeu afirmou que não poderia ir sozinho verificar a ocorrência. E o outro não quis ir porque não era seu dia de plantão. Afirmaram que a Polícia Militar deveria fazer a averiguação. Ela retornou então à frente da casa e esperou muito tempo, sem ninguém comparecer, nem a polícia civil nem a militar. Chegou a ouvir de um agente que “aquela mulher está acostumada a apanhar”. Maria José, então, fez um relatório que entregou ao delegado para que este verificasse o comportamento dos agentes. Enfim, para ela, essa é a rotina da região. Em 2012 foram oferecidas 47 ocorrências de violência doméstica, 30 das quais com denúncia oferecida pelo Ministério Público, todas ainda em trâmite. Destacou ainda que é necessário o tratamento do agressor, para se evitar a perpetuação do ciclo de violência, mas que o tratamento não basta: “não punir é um tapa na cara de todas as mulheres que foram e que possam ser agredidas”. Sra. Maria José também ressaltou que os conselhos de direitos são os espaços privilegiados de debate para implantação de políticas públicas, sendo que na região não há nenhum conselho da mulher instalado. Em Vila Rica iniciara-se há três anos mobilização para criação de conselho dos direitos da mulher, sendo que um grupo apresentou uma proposta de anteprojeto de lei do prefeito, que recebeu o documento mas que não o encaminhou à Câmara de Vereadores. Apontou também o desafio que é a implantação de CRAS e CREAS, sendo este também constante objeto de reivindicação ao Estado. Ela destacou que permanecem na luta pela DEAM e pela efetivação de todos os equipamentos e instituições que a Lei Maria da Penha prevê.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto: Diego Gomes

Maria Guedes, da AMMA - Associação Mercantil de Mulheres Assentadas, que abriga oito assentamentos, afirmou que nesses espaços a violência sexista está presente. Relatou que há um ano e dois meses uma amiga foi estuprada, mas que o procedimento sequer saiu da polícia. Reclamou da violência moral perpetrada por servidores do Instituto de Colonização e Reforma Agrária.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto: Diego Gomes

Sra. **Ivanilda**, do município de Vila Rica, afirmou que as mulheres de toda a região vêm travando em conjunto uma luta pela implantação de uma DEAM, necessidade urgente. Relatou que quando acontecem casos de violência, esses ficam “engavetados”.

Sra. **Luciana**, do CRAS do município de Porto Alegre, relatou que há um mês uma adolescente foi violentada por um cabo da Polícia Militar, e que desde que isso aconteceu a menina vem sofrendo humilhações, até mesmo na sala de aula, em que os colegas comentam a situação que a vitimou. Segundo a profissional, tenta-se acompanhar o caso, mas a ausência de CREAS o dificulta. Relatou que em casos de violência contra a mulher as vítimas muitas vezes não procuram nem o hospital nem a delegacia: envergonham-se porque os agentes de polícia são vizinhos ou conhecidos, e porque os servidores em geral são incapacitados para prestar atendimento especializado. A ausência de delegacia especializada contribui para maior estigmatização das vítimas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sra. **Vânia**, da Associação Nossa Senhora da Assunção, ressaltou a importância de os servidores, professores e trabalhadores estarem presentes em atividades como aquele debate. Sem isso, segundo ela, será difícil reverter a desinformação sobre o tema.

Sra. **servidora da assistência social** de São Félix do Araguaia relatou que, vítima, foi várias vezes à delegacia, e que o agressor chegou a ficar preso por três meses, mas que agora está em liberdade novamente. “E eu quero saber o que eu faço. Tenho muito medo por mim e por minhas filhas”.

Outra Sra. **cidadã de São Félix do Araguaia**, da pastoral carcerária, relatou que em frente ao Centro Comunitário Tia Irene, onde a reunião acontecia, um homem esfaqueou a esposa. Várias pessoas assistiram e nada foi feito. E que em Santo Antônio um rapaz matou a sogra e a companheira – este foi condenado em júri popular.

Sra. **Marli**, cidadã de São Félix do Araguaia, relatou que na década de sessenta a normalidade era a morte: homem matando mulher, peão matando peão. Para ela, a violência persiste, contra mulher, idoso, família e criança, e em outras formas, como a corrupção. “E até contra o nosso salário, que é o mínimo do mínimo”. “Até quando vamos viver a violência?”. Relatou que há muita violência doméstica em São Félix do Araguaia, causada, sobretudo, pelo consumo de álcool e outras drogas, que deixa os homens desorientados. Queixou-se da falta de atendimento especializado na segurança pública e nos hospitais.

Sra. **indígena da etnia Carajás**, vinda da aldeia São Domingo, do município de Luciara, relatou que sua mãe faleceu e que está dando seguimento a suas lutas. Relatou que as mulheres indígenas sofrem muita violência, mas nenhuma autoridade pública as ajuda, porque estas argumentam que o “cacique é quem resolve”. Segundo ela, na delegacia não se aceita fazer boletim de ocorrência, argumentando que a Lei Maria da Penha não se aplica às indígenas: dependeria do cacique, da FUNAI e só quem poderia atuar seria a polícia federal.

Sr. **Jonas Batista**, presidente Conselho de Pastores de São Félix do Araguaia, afirmou que vem lidando com o problema da violência contra a mulher há muito tempo. Para ele, a causa é a educação que os homens recebem, assim como o machismo e o alcoolismo, e não tanto a questão financeira, já que as mulheres mais agredidas seriam de classe média alta. Afirmou que outro grande problema enfrentando é o fato de que policiais e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

juízes fazem pouco caso da situação pela qual as vítimas passam. Segundo ele, oitenta por cento das mulheres deixam de ir à delegacia, porque lá não se resolve nada. Elogiou as iniciativas governamentais, mas reiterou que o governo precisa dar mais atenção ao tema. Apontou também o problema da desinformação. Questionou quantas, das mais de cem pessoas presentes, conheciam o número do disque denúncia (Ligue 180). Apenas duas mulheres sabiam. Parabenizou, por fim, a comitiva e a iniciativa da Igreja Católica.

Sra. **Odília**, assistente social de Serra Nova Dourada, afirmou que a agressão psicológica muitas vezes é pior do que a física, causando vergonha e depressão. Destacou, assim, o importante papel a ser desempenhado pelos profissionais da assistência social e da psicologia.

Sra. **cidadã de São Félix do Araguaia**, que vive desde 1954 no município, relatou que foi professora por 31 anos, além de atuar como assistente social e evangelista. Relatou que, em sua perspectiva de professora, o que gera a violência é o álcool e a pobreza: enquanto lecionava, ouviu muitas histórias de surras, falta de respeito e agressões em geral no ambiente doméstico dos alunos. Reiterou a importância de criação de uma DEAM e de um espaço para cuidar de adolescentes dependentes químicos.

Sr. **Sandoval**, Secretário de Saúde de Santa Teresinha, afirmou que há 34 anos tem trabalhado com a saúde na região, sobretudo em comunidades indígenas. Parabenizou a todos os presentes pela realização daquele momento ímpar, que contribui para avanço nesse lento e difícil processo de combate à violência contra a mulher. Destacou a importância da união de esforços para a melhoria das políticas públicas, que precisam abranger toda a região, sendo que a população dos quinze municípios grande – cerca de 90 mil pessoas. Na sua experiência, as drogas, o alcoolismo e a pobreza são os principais fatores para o aumento da violência doméstica.

Sra. **Geane**, agente pastoral da Prelazia – tendo atuado por 22 anos na região, em cinco municípios diferentes –, questionou como se realizam as investigações e as perícias em casos de violência contra a mulher sendo que não existe DEAM. A essa questão, Sra. **Maria José** respondeu que o problema é anterior: muitas mulheres violentadas sequer denunciam, diante da vergonha de relatar o que sofrem diante de um agente homem que não raro faz piadas e deboches. É preciso um espaço próprio e adequado em que ela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

tenha segurança psicológica para chegar e relatar, além da necessária formação e preparo para esse tipo delicadíssimo de atendimento.

O **Prefeito de São Félix do Araguaia**, Sr. Antônio de Almeida, Baú, cumprimentou a Prelazia pela organização do evento, assim como os deputados presentes e Dom Pedro Casaldáliga. Relatou a honra de ter sido prefeito dessa comunidade entre 1988 e 1992 e a partir de 2013; afirmou que tem lutado para “correr atrás do prejuízo”, diante do constante déficit da saúde, da educação e da seguridade social; que naquele mesmo dia estava solucionando o problema de duas pessoas que precisavam de cirurgias urgentes; que o centro cirúrgico não é bom, e que os médicos ganham R\$ 45.000,00 mensais e que mesmo assim não conseguem profissionais; que o prefeito deve resolver problemas até como providenciar caixões para enterros; que é muito difícil lidar com o orçamento; que os conselhos funcionam; que a corrupção é uma praga, assim como o desemprego; que as leis não funcionam; que o corporativismo é um problema grande; que a Lei de Licitações é inadequada.



Foto: Diego Gomes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sr. **trabalhador rural** presente à reunião afirmou que no campo é onde mais há violência contra a mulher. Destacou a necessidade de pessoas capacitadas para lidar com esse problema; destacou que, “nós, machistas, não temos condições de resolver o problema em nossa casa” e que “precisamos ter vergonha na cara e respeitar os direitos da mulher”. Considerou que os homens precisam de educação, para entender os direitos dos homens e das mulheres. Foi fortemente aplaudido ao final de sua intervenção.

Sra. **assistente social** de Alto Boa Vista afirmou que, naquele município, o Delegado de Polícia tem mandado prender imediatamente os agressores, sendo que a principal dificuldade é atender às vítimas que se escondem. Relatou que há grupo de apoio às quintas-feiras, com psicólogo e assistente social, mas que as vítimas não comparecem. À questão do **Deputado Federal Dr. Rosinha**, se o grupo de apoio trataria também o agressor, para interromper o ciclo da violência, a assistente social afirmou que o foco não é esse, já que o agressor normalmente encontra-se preso.

O **Promotor de Justiça** da comarca, Sr. Lisandro, parabenizou a convocação da reunião. Em sua visão, são dois os elementos essenciais para o combate à violência contra a mulher: punição e prevenção, que atinja homem e mulher. Destacou a importância da punição dos agressores, o que se torna difícil diante das reiteradas reconciliações familiares, que impedem o prosseguimento dos processos penais. Salientou a importância de se reforçarem políticas públicas contra o alcoolismo, já que, segundo ele, a maior parte dos crimes ocorre devido ao consumo excessivo tanto da parte do agressor quanto da parte da vítima. Salientou também a importância de políticas de inclusão social e econômica, já que a punição do agressor, quando é o provedor, faz com que a família passe por dificuldades. Destacou a importância de inclusão da mulher no mercado de trabalho, de modo que a mulher conquiste possibilidade de evoluir financeiramente mesmo sem auxílio do companheiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Diego Gomes

O **Juiz de Direito** da comarca, Sr. Pedro Flori, ressaltou que não é juiz titular de vara especializada na violência contra a mulher. Parabenizou as organizadoras pela iniciativa em promover o debate, oportunidade esta que deveria ser ampliada para se falar sobre improbidade administrativa e nepotismo. Destacou que a atividade é importante porque “nos sentimos desamparados, pensamos que autoridades não olham para nós”, sendo relevante a presença da comitiva de parlamentares para ouvirem a população. O **Deputado Dr. Rosinha** perguntou ao magistrado sobre a perícia médico-legal, resposta que o juiz delegou ao Defensor Público presente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



O **Defensor Público**, Sr. Anderson, parabenizou os deputados pela iniciativa da reunião, já que, segundo ele, os operadores do sistema de justiça deparam-se com esse problema diariamente, situação que, para ele, está muito ligada à exclusão social. A marginalização financeira e psicológica das famílias, que “vivem por aí sem ajuda de ninguém”, e que ingressam no consumo de álcool e outras drogas, faz com que a história se repita. Tratou do problema da falta de local especializado para atender às mulheres, que é uma barreira para que as vítimas denunciem e procurem ajuda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto: Diego Gomes

O **Deputado Federal Dr. Rosinha** questionou o que acontece quando a mulher precisa de exame, ao que o **Defensor Público** respondeu que as agressões na maior parte das vezes não deixam marcas, e que, quando deixam, a vítima é encaminhada ao perito para fazer exames. De acordo com o defensor, a palavra da mulher é muito importante na instrução processual relativa à violência doméstica. Salientou o importante papel desempenhado pela pena restritiva de liberdade do agressor.

O **Delegado de Polícia** parabenizou e agradeceu pelo evento. Relatou que responde por três delegacias de polícia, encontrando dificuldades para exame de corpo de delito. Afirmou que só em 2013 foram instaurados 46 procedimentos envolvendo violência doméstica e familiar em São Félix do Araguaia, número maior do que qualquer outro tipo de crime. Demonstrou preocupação com os casos de estupro de menores, tendo sido registrados três casos graves apenas em 2013, com quatro vítimas, tendo todos os crimes ocorrido no ambiente doméstico. Ressaltou que não há DEAM nem estrutura na delegacia de polícia – a única regional do estado do Mato Grosso sem DEAM é a de Porto Alegre, da qual São Félix do Araguaia e entorno fazem parte. Não há equipe multiprofissional. Às



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

vezes o município cede funcionário ou psicólogo. Para ele, é preciso de atenção abrangente à vítima e ao agressor: com o agressor ninguém se preocupa; é apenas colocado na cadeia, desconsiderando-se que ele vai voltar ao convívio social e que pode continuar na prática da violência – a reiteração delituosa é frequente, tanto que, segundo ele, há agressores que já passaram até seis vezes pela Delegacia. É preciso também, para ele, se preocupar com a vítima, que no mais das vezes não tem como se sustentar autonomamente. Afirmou que realizam flagrantes e que os detidos são encaminhados para a cadeia pública.



O **Presidente da Câmara de Vereadores** de São Félix do Araguaia, Sr. Tavares, reclamou da falta de DEAM, destacando que o Governo do Estado destinou R\$ 14 milhões para a construção de um presídio feminino, sem consultar à população qual era a prioridade: “a percepção de quem está há quilômetros de distância, sob o ar condicionado, é diferente da percepção de quem está aqui”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Psicólogo do município de Alto Boa Vista afirmou que a sociedade como um todo vive um momento de muita violência. Para ele, as leis são ótimas, mas a estrutura para que sejam efetivadas é que é deficiente: “temos leis de primeiro mundo com realidade de terceiro”. O Delegado, por exemplo, deve-se deslocar por cerca de 220 quilômetros para mudar de comarca.

A **Deputada Federal Marina Santanna** parabenizou o emblemático trabalho desenvolvido por Dom Pedro Casaldáliga, e a Comissão de Seguridade Social e Família pela realização do evento, destacando que o tempo todo o Congresso Nacional promove debates e exerce seu papel fiscalizatório, mas que isso não é destacado pelos meios de comunicação. Ponderou que toda forma de violência é inaceitável, e que ao agressor também precisa receber o devido tratamento para o seu problema, porque quem agride tem problemas psicológicos. Mas que, de outro lado, é preciso punir. A lei oferece condições para isso, que precisam ser efetivadas pelo Município, pelo Estado e pela União. “Se a mulher denuncia e depois o desdiz é porque as condições estão faltando: Casa Abrigo, Centro de Referência, acesso a trabalho e renda, etc”. A parlamentar destacou que a Lei Maria da Penha é a mais conhecida do Brasil, mas que homens,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

mesmo sabedores da norma, homens que são bons vizinhos e bons amigos, em casa escolhem agredir. Essa cultura, segundo ela, precisa mudar: a vítima deve denunciar, e as autoridades devem fazer sua parte, o que contribui para lutar-se contra qualquer tipo de violência, por uma cultura de paz.



A **Deputada Federal Rosane Ferreira**, relatora da Subcomissão Especial, relatou que participou da CPMI da violência contra a mulher, que apresentou relatório de mais de mil páginas, visitando 18 estados, sendo que as visitas promovidas pela Subcomissão Especial visam a contribuir para diagnóstico mais preciso a situação da violência contra a mulher, para que existam subsídios para a melhora das políticas públicas. Relatou que o Paraná, seu estado de origem, que fica no “Sul Maravilha”, ocupa o terceiro lugar no ranking, o que revela o quão disperso é o problema. Destacou a grande lição que ouviu de cidadã do Tocantins, sobre a “violência da precisão”, demonstrando que a questão da violência contra a mulher é complexa. Demonstrou preocupação com a questão do atendimento à saúde na região. O combate contra a violência, para ela, é para a construção de uma sociedade harmônica. Isso passa pelo resgate da religiosidade nas famílias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



O **Deputado Federal Dr. Paulo César** agradeceu a recepção da equipe pela Prelazia, pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara de Vereadores e pelo Secretário de Saúde de Santa Terezinha. Parabenizou a comunidade pela mobilização. No seu estado, Rio de Janeiro, foram 5000 estupros somente em 2012, sendo este um panorama assombroso e temeroso. Destacou os efeitos positivos que o trabalho da Subcomissão tem causado. Demonstrou preocupação com o desestímulo ao registro da violência contra a mulher e com a demora nas medidas judiciais. Repudiou a cultura do “um tapinha não dói”, conceito presente também no comportamento de servidores públicos que desdenham do problema da violência contra a mulher. Felicitou, em especial, o cidadão que tomou a iniciativa de manifestar-se sobre a violência contra a mulher.

O **Deputado Federal Dr. Rosinha** lamentou a ausência de qualquer autoridade indicada pelo Governo do Estado à reunião; destacou que a luta contra violência contra a mulher deve envolver toda a sociedade, inclusive homens, para que a mulher não seja mais vista e tratada como objeto e pela igualdade de gênero; observou que a atuação estatal para o tema é muito frágil; informou que, como fruto da CPMI da violência contra a mulher, será criada comissão mista que funcionará por 12 anos, dedicando-se exclusivamente ao tema



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

da violência contra a mulher; felicitou a presença de todos, estimulando que prossigam na luta, como o mote de Dom Pedro Casaldáliga: “Fé em Deus e Teimosia”.

Sra. **Maria José** encerrou a reunião resgatando as figuras de **Tia Irene** e **Chiquinha**, precursoras das lutas na região, e entoando “Primavera”, de José Miguel Wisnik:

<i>A primavera é quando ninguém mais espera</i>	<i>A primavera é quando ninguém mais espera</i>
<i>A primavera é quando não</i>	<i>E desespera tudo em flor</i>
<i>A primavera é quando do escuro da terra</i>	<i>A primavera é quando acredita E ressuscita por amor</i>
<i>Acende a música da paixão</i>	



Considerações Finais

A Subcomissão Especial, que até então visitara apenas capitais, pôde tomar contato da absoluta negativa de prevenção, atendimento e punição à violência contra a mulher no interior. Se nas capitais os serviços existem, ainda que com enormes falhas, na região de São Félix do Araguaia falta tudo: delegacia especializada, juizado, promotoria e defensoria especializados, centro de referência de atendimento à mulher, casa abrigo – todos devidamente equipados e com recursos humanos capacitados –, conselho de direitos, etc. O atendimento à saúde foi objeto de inúmeras críticas. Trata-se de um interior especialmente objeto de negligência: é única regional do estado do Mato Grosso que não conta com DEAM. O descaso torna-se ainda mais escancarado em se considerando a ausência de qualquer representante do Governo do Estado ao debate promovido.

Foram muitos os relatos sobre os graves desestímulos à realização de denúncia por parte da vítima (despreparo dos funcionários, medo, descaso, não processamento dos casos, etc.). Ainda assim, segundo o Delegado de Polícia, o número de procedimentos instaurados envolvendo violência doméstica e familiar em São Félix do Araguaia supera o de qualquer outro tipo de crime. Isso demonstra o quão grave é o quadro.

A falta de atendimento especializado contribui para estigmatização das vítimas e para o não registro de denúncias, e até mesmo para a indevida averiguação e processamento dos casos. O registro das ocorrências, a produção probatória e instrução processual, o devido processamento e a condenação dos culpados é essencial para se conter o ciclo da violência. De fato, como colocado na reunião, “não punir é um tapa na cara de todas as mulheres que foram e que possam ser agredidas”.

O consumo de álcool e de outras drogas foi reiteradamente apontado como causa ou agravante da violência de gênero. Isso reforça a necessidade de implantação de CAPS nos municípios da região de São Félix do Araguaia (segundo as informações recebidas, apenas este possui o serviço). Além da rede especializada de atendimento à mulher, é



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

necessária a consolidação, nos municípios, da rede de assistência social (com CREAS E CRAS).

O poder público precisa também atender às mobilizações para a criação de conselhos de direito das mulheres.

O atendimento psicossocial às vítimas é fundamental para se lidar com as consequências de um problema tão delicado quanto o da violência familiar. Mas, além disso, é necessária a implantação de serviços que atendam ao agressor, considerando esta medida, ao lado da punição, fundamental para se interromper o ciclo da violência.

A concepção de que a mulher indígena deve recorrer à FUNAI para proteger-se da violência doméstica e familiar remete ao Estatuto do Índio, de 1973, que tinha o indígena como tutelado. Ocorre que o regime de tutela não foi recepcionado pela Constituição de 1988. Não existe nenhuma razão jurídica para que a mulher dependa da FUNAI para procurar atendimento da DEAM. Além disso, a concepção de que a indígena deve recorrer à polícia federal não atende ao que dizem as normas brasileiras. A Constituição da República estabelece que a disputa sobre “direitos indígenas” é de competência federal. Mas os direitos da mulher vítima de violência não são propriamente direitos indígenas, e sim direitos das mulheres, de toda e qualquer mulher. A DEAM e as delegacias de polícia devem, sim, acolher as mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou sexual. Representantes do Estado brasileiro não podem exigir, ademais, que a mulher vítima primeiro tenha o consentimento do cacique para procurar o atendimento que a lei determina. As mulheres indígenas são cidadãs brasileiras e o Estado não pode negar-lhes proteção. É certo que existem debates acerca da necessidade de que a aplicação da Lei Maria da Penha respeite a autonomia dos povos. Nada justifica, entretanto, a negativa de atendimento quando a própria mulher indígena busca o serviço de segurança pública. É de ressaltar que essa concepção remete ao regime de tutela dos indígenas, revogado tacitamente pela Constituição de 1988. A esse respeito, é de se frisar a importância da votação, por esta Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 2.057/1997, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, o qual está pronto para pauta no Plenário.



MISSÃO OFICIAL A PORTO VELHO - RONDÔNIA

10 de outubro de 2013

Estatísticas

De acordo com o Mapa da Violência (FLACSO), Rondônia ocupa a 15ª posição no ranking, com uma taxa de 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres. Segundo os dados corrigidos expostos na pesquisa “Violência contra a mulher: perfil dos feminicídios no Brasil” (IPEA), no período 2009-2011 foram 7,42 assassinatos para cada 100 mil mulheres. Por esse estudo Rondônia ocupa a 7ª posição no ranking.

De janeiro a dezembro de 2012 a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou mais de 3.000 denúncias do estado, representando o índice de 392 registros para cada grupo de 100 mil mulheres, ocupando a 23ª posição no ranking organizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

A confiar nos dados, agride-se muito e denuncia-se pouco.

Os poderes públicos de Rondônia praticamente não prestaram informações à CPMI da violência contra a mulher. Apenas o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Saúde enviaram dados, sendo que os dois primeiros de forma bastante incompleta.

Participaram da comitiva dos Deputados Federais Dr. Rosinha, Nilda Gondim, Rosane Ferreira, Dr. Paulo César, Marinha Raupp e Padre Tom.

Visitas

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

A primeira atividade da comitiva foi visitação à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Centro de Porto Velho, onde foi recebida pela Delegada de Polícia Titular da DEAM, Sra. Márcia Gazoni. Havia treze pessoas aguardando atendimento. O espaço físico é razoável, ainda que necessite de reformas (as paredes são sujas e a construção bastante antiga).

O horário de funcionamento é exíguo: das 7:30 às 13:30 horas, em todos os dias, inclusive sábados e domingos. Os registros de boletins de ocorrência são feitos até às 19 horas. Outros casos devem ser atendidos nas

outras delegacias, não especializadas, ou na central de flagrantes. A DEAM não apura

homicídios.

A DEAM possui carências em estrutura física e em recursos humanos. Não há equipe multidisciplinar – os casos por vezes são encaminhados ao CAPS ou à Casa Abrigo. Representante da Governadoria do Estado de Rondônia, Sr. Basílio, informou que após entrega de moradias, no dia 23 de outubro, serão disponibilizados pelo menos quatro assistentes sociais para atuarem na DEAM.

A Delegada Titular, Sra. Márcia – que atua com outras três delegadas --, informou que está na função há 45 dias, sendo este um assunto novo para ela.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Segundo a delegada, as medidas protetivas de urgência são concedidas no prazo legal, de 72 horas.

Estima-se que sejam trinta ocorrências em média por dia, em maior número às segundas-feiras, após o final de semana, e às quintas, após o jogo de futebol na quarta à noite. Desde o início de 2013 foram registradas cerca de 4600 ocorrências.

Das planilhas entregues à comitiva, extrai-se que, em média, apenas menos de 10% das ocorrências registradas geraram inquéritos policiais entre os anos de 2006 e 2013.

Mesmo entre as ocorrências relativas a crimes de ação penal incondicionada lesão corporal (as mais frequentes), homicídio e tentativa de homicídio, o percentual do total de inquéritos policiais instaurados em relação ao número de registros é pequeno:

2006	2007	2008	2009	2010	2011
14%	38%	43%	32%	39%	20%



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Não há dados discriminados sobre os anos de 2012 e 2013.

Segundo a delegada, estava em trâmite um mutirão para dar andamento aos casos de 2012. Ainda segundo ela, é boa a parceria entre a polícia, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário.

Maternidade Municipal Mãe Esperança



Foto de Diogenis dos Santos

A comitiva foi recebida pelo Diretor do Hospital, Dr. Humberto, e pela assistente social Carina. A maternidade é a única referência em atendimento a casos de abuso sexual e em abortamento no estado. Além disso, o atendimento de emergência em saúde da mulher de toda a região é feito no hospital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Nos casos de violência sexual, segundo ela, realiza-se o procedimento padrão: atenção médica e psicossocial, realização de exames e administração de medicamentos profiláticos. Quando há gestação fruto da agressão, orienta-se sobre as opções de realização de abortamento e de manutenção da gravidez, nesse último caso existindo também a possibilidade de dar o filho à adoção. A manutenção da gravidez é a opção mais escolhida. Poucas decidem pela interrupção. Em 2012, segundo a assistente social, foram realizados cem atendimentos de violência sexual, sendo um ou dois casos de abortamento por ano.

Ainda segundo a assistente social, a faixa etária das vítimas de violência sexual é bem ampla: de onze a cinquenta anos. Mais da metade, porém, é composta de adolescentes.

Para a profissional, a maior dificuldade enfrentada é a questão do território: muitas mulheres, que vivem em locais mais distantes da capital, não têm acesso ao atendimento; chegam ao hospital já para dar à luz a bebê fruto de violência sexual, sem saberem que tinham direito de interromper aquela gestação. Popularmente diz-se que a gravidez resultante de estupro é “do boto”, em referência à lenda da região amazônica.

O Instituto Médico Legal pertence à Polícia Civil. No IML não há atendimento privativo para vítimas de violência de gênero. Em relação à perícia, foi apontada a deficiência na coleta de sêmen: o hospital não possui recursos para fazê-lo, e não se sabe se o IML faz esse tipo de exame, o que inviabiliza a responsabilidade criminal e civil.

Dra. Ida Pereas, médica representante de Rondônia para temas de violência contra a mulher no Ministério da Saúde, ressaltou que somente o exame feito pelo IML tem validade para o processo criminal, de modo que se tem pleiteado que em todos os hospitais especializados exista perito para realização de exame no próprio hospital.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

A médica reiterou que o atendimento à violência sexual tem uma rota diferente daquele da violência doméstica, ainda que exista intersecção. Relatou que há muitos anos se tenta, nos hospitais de cidades com mais de 100 mil pessoas, realizar capacitação de profissionais para o atendimento de vítimas de violência sexual. Em Rondônia, até o final de 2013, serão realizadas capacitações em Guajará, Ji Paraná e Vilhena. Foi apontado o problema de que os médicos capacitadores devem, mesmo com essa função, cumprir a carga-horário de atendimento clínico, realizando as capacitações aos finais de semana.

Questionada a respeito, informou que na construção das usinas hidrelétricas no complexo do Rio Madeira aumentaram os casos de violência sexual, e o parto em adolescentes disparou. Segundo ela, é viável realizar trabalho preventivo à realização de grandes obras, mas isso não é feito.

Questionada sobre violência em sala de parto, a médica informou que não receberam notícias disso no hospital, e que existe trabalho para evitar que a violência institucional ocorra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Centro de Referência para o Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar - Sonho de Liberdade

A comitiva foi recebida pela Diretora do Centro de Referência, Sra. Bethânia Cristina, que se mostrou servidora muito engajada. Segundo ela, a experiência da Casa Rosa Mulher, de Rio Branco, no Acre, foi referência para o desenvolvimento do trabalho em Porto Velho. O Centro funciona oficialmente desde 2008, implantado com recursos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



Foto de Diogenis dos Santos



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Sempre segundo a servidora, é prestado atendimento psicológico, social e jurídico a vítimas que procuram o centro espontaneamente ou que são encaminhadas por algum outro elo da rede de atendimento à mulher. O atendimento é voltado às vítimas de violência doméstica e familiar, da zona rural e urbana de Porto Velho e de seus distritos – o distrito mais distante é Extrema, a trezentos quilômetros do centro da capital. Na percepção da diretora, o Centro supre a necessidade de Porto Velho, mas é insuficiente para as mulheres dos distritos e de outras regiões. Além disso, a Zona Leste de Porto Velho, que possui mais episódios de violência, mereceria um centro próprio.

Há duas equipes, uma que atende no período da manhã e outra no período da tarde – o Centro funciona das 7 às 19 horas. Há, entretanto, apenas uma psicóloga, que atende pela manhã. E há apenas uma advogada, funcionária pública do município, que, por ser de outra função, não pode atuar no contencioso. O quadro é insuficiente para a demanda. Houve concurso para servidores, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal impediu a nomeação dos aprovados.

Existem 520 mulheres cadastradas no Centro. O número de atendimento é menor do que o da delegacia porque nem todas as mulheres se interessam e porque o atende apenas casos de violência doméstica e familiar. Segundo a diretora, ocorrem em média vinte atendimentos de novos casos por semana. Todo mês promovem roda de conversa com as vítimas.

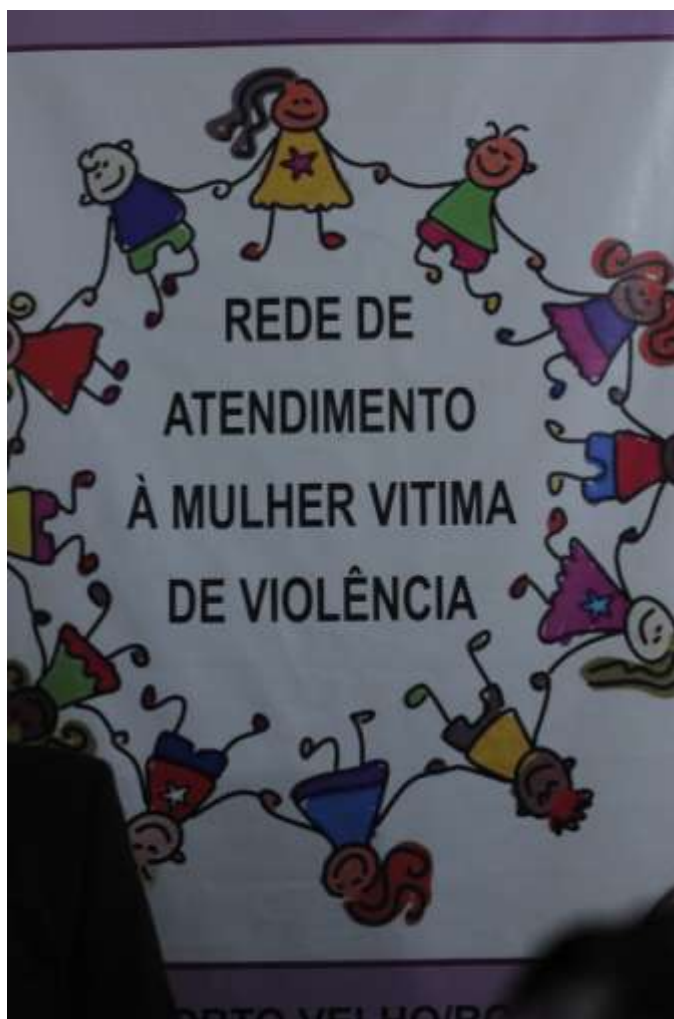


CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Uma peculiaridade do Centro é que este não possui identificação na porta: isso se deve, segundo a diretora, porque a mulher vítima tem dificuldade em procurar ajuda. “É muito difícil para a vítima chegar até aquele portão”. Assim, evita-se expor a vítima.

O serviço é acessível às moradoras da zona urbana da capital. Fica no centro da cidade, próximo à delegacia, ao juizado e à promotoria.



O espaço físico do centro é grande, mas precisaria de reforma – algumas paredes, por exemplo, estão bastante mofadas. A sede, entretanto, em breve mudará de lugar. Há, sempre segundo a diretora, prédio pronto ao lado da maternidade para isso. É espaço da administração municipal, em que funcionarão, além do Centro de Referência da mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, entre outros equipamentos. Não se trata, entretanto, da Casa da Mulher Brasileira, financiada pelo governo federal: segundo a gestora, Rondônia ficou fora do Programa Mulher, Viver sem Violência.

Questionada sobre qual a maior queixa das atendidas, a diretora respondeu que essa é a demora em processos, a falta de providências da DEAM e a da demora na efetivação da medida protetiva de urgência, a qual depende de intimação do agressor, o qual muitas vezes é localizado com dificuldade pelo oficial de justiça. Por outro lado, segundo ela, a rede atua de forma integrada.

Para minimizar a inexistência de plantão na Delegacia Especializada, as técnicas do Centro de Referência ficam de sobreaviso, de modo que podem ser acionadas pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

madrugada para acompanhar a vítima até o abrigo, se for o caso, e para tomar outras providências cabíveis.

A diretora queixou-se da excessiva facilidade com que os agressores são colocados em liberdade após os flagrantes. Ilustrou a reclamação narrando o caso que ocorreu no último três de abril: em uma madrugada um homem, que veio do município de Ariquemes para trabalhar em uma obra, estava com a mulher em um bar, onde quase a matou com uma barra de ferro. Foi preso em flagrante. Dois dias depois ele foi solto.

Sobre o abrigamento, relatou que há casos que precisam extrapolar o prazo regulamentar de três meses, sobretudo quando trabalhadores vão a Rondônia oriundos de outros estados para trabalharem na construção de usinas – nesses casos, a localização da família é mais difícil.

Não há trabalho desenvolvido com o agressor. Há, entretanto, parceria com faculdades de psicologia. Por vezes agressores são encaminhados para tratamento nas respectivas clínicas. Segundo ela, muitos agressores são envolvidos com álcool e drogas. O SUS e a rede de assistência social têm atendimento para essas pessoas, não focado na violência doméstica, entretanto.

A diretora destacou o bom trabalho desenvolvido pelo poder judiciário, na figura do magistrado Álvaro.

Relatou ainda que em 2013 houve passeata em nome das mulheres vítimas de homicídios de gênero, dentre as quais Naiara, que tinha 15 anos quando foi assassinada pelo ex-namorado, que não aceitara o fim do relacionamento.

Debate sobre Violência Contra a Mulher no Estado de Rondônia

O debate realizou-se no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Rondônia. Estiveram presentes os parlamentares Deputada Estadual Epifânia Barbosa; Deputada Estadual Glaucione Rodrigues; Vereadora Fatinha; Vereadora Ana Maria Negreiros e o Vereador Zequinha Araújo, e os seguintes representantes dos Poderes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Públicos: Prefeito de Porto Velho, Sr. Mauro Nazif; Sr. Marco Antonio de Faria, Secretário Chefe da Casa Civil; Sr. Márcio Antônio Félix Ribeiro, Secretário de Estado de Ação Social; Sra. Elizete Gonçalves de Lima, Secretária de Estado de Justiça; Sra. Maria da Penha, Secretária de Estado da Paz; Sra. Josélia Ferreira, Secretária Municipal de Assistência Social; Sr. Luis Eduardo Maiorquim, Secretário de Estado Adjunto de Saúde; Sra. Antônio Ferreira, Coordenadora Municipal da Mulher de Porto Velho; Sra. Luiziana Teles, Defensora Pública representando o Defensor Público Geral; Sra. Mari, da Secretaria de Estado de Agricultura; Sr. Lindomar Beserra, Delegado de Polícia representando o Secretário de Defesa e Cidadania; Sr. Osmar Casa, Delegado de Polícia representando o Diretor-Geral da Polícia Civil; Sra. Márcia Gazoni, Delegada de Polícia Titular da DEAM; Professora Cristina, Vice-Reitora da Universidade Federal de Rondônia; Sra. Marina Inês Soares de Oliveira, Assistente Social Coordenadora do Núcleo Psicossocial do Juizado da Mulher de Porto Velho, representando o Juiz Álvaro Kalix Ferro, Titular do Juizado; Sra. Bethânia Cristina, Diretora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher. E, ainda, Sra. Maria Valverde, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia; Sra. Helena Costa Bezerra, representando o Senador Valdir Raupp; Sra. Marli Mendonça, representando o Senador Acir Gurgacz.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Compareceram também os seguintes representantes da sociedade civil: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia, Andrey Cavalcante; Sra. Elda Luciana Oliveira Melo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/RO; Sra. Francinete S. Barros, Presidente do Conselho Estadual da Mulher; Sra. Carlene Regis, Coordenadora Estadual da União Brasileira de Mulheres; Sr. Iremar Ferreira, do Instituto Madeira Viva; Sra. Jamile, da União de Negros pela Igualdade Racial e do Fórum Nacional de Mulheres Negras; Sra. Daniela Lorenzo, do Movimento dos Atingidos por Barragens; Sra. Geovana, do Sindicato dos Urbanitários; Sra. Roberta Magesko, do Coletivo Feminista da União da Juventude Socialista; Engenheira Cely Arruda Lisboa, do coletivo de mulheres do Sindicato dos Engenheiros de Rondônia; Sra. Irisvone Magalhães, funcionária da Emater e fundadora da Federação Rondoniense de Mulheres – FEROM; Sra. Maria de Lourdes, presidente da Associação Madre Tereza de Calcutá; Sr. Itamar Ferreira, Presidente da Central Única dos Trabalhadores e integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Após a execução do Hino do Estado de Rondônia, o **Deputado Federal Dr. Rosinha** abriu os trabalhos, contextualizando as atividades da Subcomissão Especial e os dados sobre violência contra a mulher no Brasil.

O **Prefeito Mauro Nazif** cumprimentou os Deputados Marinha Raupp e Padre Tom por levarem para Rondônia tal evento com importância nacional, que traz a possibilidade de lutar por melhorias em relação às várias formas de violência: física, moral e institucional. Afirmou que a tarefa de prevenir e enfrentar a violência contra a mulher é de todos os Poderes Públicos, das três esferas da federação.



Sr. Itamar Ferreira, Presidente da Central Única dos Trabalhadores e integrante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, afirmou que na visão da CUT o combate à violência passa pela ocupação dos espaços de poder pelas mulheres. E que, para avançar nesse sentido, a CUT estabeleceu paridade de gênero em suas instâncias decisórias. A Central propõe que a Subcomissão defenda políticas afirmativas de gênero, desde a formação escolar até na programação da mídia, uma vez que considera haver certa aceitação social desse tipo de violência. Afirmou que é preciso acabar com mentalidade antiga de que ninguém mete a colher em briga de marido e mulher: mete-se a polícia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sra. Irisvone Magalhães, funcionária da Emater e fundadora da Federação Rondoniense de Mulheres – FEROM, relatou que o movimento começou em 1983, quando Rondônia ainda era território, e que a Federação chegou a participar de Conferência na China. Criticou a falta de estrutura para vítimas, em especial a ausência de atendimento em regime de plantão na DEAM – que àquela hora, cerca de 15h30minh, já estava fechada. Relatou que essa demanda sempre foi reivindicada perante os governadores, que nunca a atenderam.

Sra. Daniela Lorenzo, do Movimento dos Atingidos por Barragens, afirmou que no processo de construção de grandes obras as mulheres são as grandes sofredoras: violência sexual, violência moral e psicológica, perda dos meios e modos de vida, etc. Relatou que muitas denúncias de violações de direitos humanos sequer são realizadas. Defendeu o projeto de Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens.

Sra. Francinete S. Barros, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, afirmou que o conselho não está muito ativo, tendo ocorrido recente alteração na composição. O conselho existe há cerca de oito anos e ela é presidente há três meses. Reclamou da dificuldade financeira até para material de divulgação: o conselho funciona sem ter nem mesmo secretária administrativa. Afirmou que a violência em Rondônia é muito alta, e que há imensa dificuldade de as vítimas denunciarem e de serem efetivamente atendidas. Reiterou a reclamação de não atendimento da DEAM em plantão, e afirmou que nas outras delegacias de polícia, que funcionam 24 horas por dia, não se faz o atendimento à vítima, dizendo-se que deve buscar a delegacia especializada (no seu exíguo horário de funcionamento). E, quando aceitam registrar, a mulher volta para casa porque os profissionais não têm orientação de como orientar a vítima caso ela esteja correndo risco de morte. Ou, em outros casos, a autoridade policial não registra a ocorrência e aconselha a vítima a voltar para casa: “foi só uma crise, já passa”. Relatou que muitas vezes o profissional de saúde também não notifica compulsoriamente a violência, porque não tem a orientação devida. Enfim, existe ou negação ou precariedade do atendimento devido à falta de estrutura. Para ela, as políticas públicas para a mulher em Rondônia são insipientes e não têm avançado: “não se pode nem dizer que estão tentando”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

A **Deputada Estadual Epifânia Barbosa**, parlamentar que tem atuação relevante no tema da violência contra a mulher, afirmou ser um marco político a presença da comitiva. Resgatou a adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pelo Estado de Rondônia, em 24 de setembro de 2010. Segundo a deputada, está muito longe de efetivarem-se, em Rondônia, os eixos do Pacto: garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência, garantia da segurança cidadã e acesso à justiça, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos. Informou que houve retrocesso: antes a DEAM atendia 12 horas por dia, e hoje apenas seis. O principal clamor é pelo atendimento 24 horas da DEAM, existindo inclusive ação civil pública ajuizada para isso. Afirmou que o conselho estadual, embora criado em 2002, só em 2013 foi regularizado juridicamente. Destacou debate realizado com a presença de quarenta mulheres, sobre as políticas públicas de combate à violência, e os trabalhos da Assembleia Legislativa, que aprovou duas leis sobre o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

combate à violência de gênero. Afirmou que se está tentado promover capacitação para profissionais de educação sobre o tema.

A **Deputada Estadual Glaucione Rodrigues** afirmou que é preciso amparar mães e filhos e que a Justiça precisa agir com severidade, porque a vítima fica presa enquanto o agressor solto. Para ela é preciso educar, mas também punir.

Sr. Iremar Ferreira, do Instituto Madeira Viva, destacou a importância do direito à informação sobre o que é violência, e que esse conhecimento precisa chegar às aldeias, aos seringais, aos quilombos, às comunidades ribeirinhas, etc. Destacou que os municípios não foram preparados nem para o início nem para o fim das grandes obras: com a chegada em massa dos trabalhadores, inúmeros problemas sociais ocorrem, o que também se passa com o fim dos empreendimentos, que deixam grande quantidade de demitidos. As mulheres são muito vitimadas nesses processos.

Sra. Carlene Regis, Coordenadora Estadual da União Brasileira de Mulheres, afirmou que a entidade vem atuando há décadas para o empoderamento das mulheres, sobretudo daquelas mais carentes. Afirmou que todos conhecem a Lei Maria da Penha, ou mais propriamente, o nome da Lei, mas não sabem como usá-la a favor das vítimas: muitas mulheres nem sabem que existe delegacia da mulher. Afirmou ser essencial a autonomia financeira da mulher e o combate da discriminação racial, aliada àquela de gênero.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Sra. Geovana, do Sindicato dos Urbanitários, afirmou que a luta dos sindicalistas é muito grande diante da ausência de políticas públicas: reivindicam DEAM 24 horas há cerca de quinze anos. Afirmou que o atendimento da polícia é péssimo; apesar de as Delegadas terem boa vontade, não têm estrutura. Apresentou a reivindicação de criação de secretaria de política para mulheres no Estado equipada e estruturada, e de políticas públicas consistentes para as mulheres rondonienses – tendo sido muito aplaudida. Afirmou que a violência é constante, com requintes de crueldade, o que não gera medidas estatais, mas apenas audiência para programas policiais. Afirmou que a mídia reproduz o preconceito de gênero de forma absurda. Destacou que recentemente participaram da Marcha Mundial “feminismo e marcha para mudar o mundo” em São Paulo, com militantes de 48 países presentes, sendo que o evento, apesar da magnitude, foi ignorado pela mídia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Professora Cristina, Vice-Reitora da Universidade Federal de Rondônia, parabenizou a audiência, “porque todos nós estamos preocupados com nossos problemas”. Para ela, o problema e a resposta são a educação: “não há mais nada a fazer que não investir em educação”. Afirmou que a universidade está à disposição para ser parceira nesses diagnósticos.

Sra. Maria da Penha, Secretária de Estado da Paz, relatou que em 1979 iniciou-se movimento negro voltado a políticas públicas para mulheres em Rondônia, e que foi a primeira presidente de conselho municipal de direitos da mulher do estado, no município de Cacoal. Em sua perspectiva ocorreram muitos avanços, os quais, por sua vez, implicam em novos desafios. Para ela o maior avanço foi a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, e a implantação dos conselhos, que vieram para controle social e para fortalecer compromisso do poder público. Afirmou que o governo tem atuado e que cada vez mais se avançará.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sra. Marina Inês Soares de Oliveira, Assistente Social Coordenadora do Núcleo Psicossocial do Juizado da Mulher de Porto Velho, representando o Juiz Álvaro Kalix, informou que há trabalho relevante desenvolvido pelo Poder Judiciário, ainda que não seja função deste desenvolver políticas públicas. Para ela, o atendimento na delegacia não é satisfatório: faltam psicólogo, assistente social, funcionários, carros, etc. Segundo ela – o que foi posteriormente confirmado por ativistas --, em Rondônia somente o Poder Judiciário desenvolve trabalho educativo com mulher, criança e agressor. A carência das políticas públicas para mulheres atravessa governos, e pouco se sai do discurso.

A **Vereadora Fatinha** lamentou Rondônia não ter respondido às questões da CPMI, porque, segundo ela, são desencadeadas políticas públicas em Porto Velho: com apoio do governo federal foram criados espaços importantes. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Velho tem orçamento próprio, mas não tem conseguido executar as ações porque o Prefeito Municipal não realizou as nomeações das conselheiras representantes da sociedade civil. Essa situação, segundo ela, perdura desde 2006, e tem sido objeto de cobrança.

A **Vereadora Ana Maria Negreiros** endossou a reivindicação de DEAM 24 horas, mas afirmou que o mais importante é que a prefeitura e Estado tenham planejamento com a família, a “reflexão familiar”.

Sra. Jamile, da União de Negros pela Igualdade Racial e do Fórum Nacional de Mulheres Negras, afirmou que, ainda que seja reflexão sobre a perspectiva da família, o foco de movimento social é outro: o de denunciar o preconceito de raça, de gênero e de classe social, e o de reivindicar o fim da violência contra mulheres, negros, travestis e outras minorias. Relatou manifestação realizada contra o grande número de mortes de mulheres. O protesto ocorrera na frente da DEAM, sendo que na oportunidade a Delegada titular não recebeu o movimento social. Relatou que em outras delegacias, que não a especializada, existe pouco caso em relação à violência contra a mulher: “volta para casa, seu marido bebeu, o time dele perdeu, logo isso passa”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Sra. Maria Valverde, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, destacou que uma vida sem violência é direito das mulheres, e que ainda há tempo de fazer políticas acontecerem no mandato atual, porque quando um novo governo começa, tudo parte do zero.

Sra. Josélia Ferreira, Secretária Municipal de Assistência Social, ponderou que cada um está fazendo um pouco, como uma colcha de retalhos, de modo que é preciso unir as forças.

Sr. Márcio Antônio Félix Ribeiro, Secretário de Estado de Ação Social, garantiu para primeiro de novembro secretaria executiva para tratar de políticas para mulheres. Relatou investimentos realizados em parceria com o programa Minha Casa, Minha Vida, e sobre a futura inauguração de Centro Referência em Direitos Humanos em parceria com o governo federal. Ponderou que há muito que avançar, mas que a SEAS se faz presente em todos os momentos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A **Sra. Antônio Ferreira**, Coordenadora Municipal da Mulher de Porto Velho, agradeceu a presença da comitiva e reforçou o pedido de criação de organismo especializado em políticas para mulheres no Estado.

A **Deputada Federal Rosane Ferreira** destacou que a Câmara dos Deputados está empenhada em buscar soluções para os problemas concretos das mulheres; O **Deputado Federal Dr. Paulo César** destacou a importância de a sociedade civil cobrar que o Estado cumpra seu papel; o **Deputado Padre Tom** lembrou dados da ONU segundo os quais sete em cada dez mulheres no mundo vão sofrer algum tipo de violência, e que todos convivem com mulheres agredidas, o que decore da ideologia patriarcal, que precisa ser combatida; lembrou caso de vereadora que foi assassinada pelo marido e o caso da jovem Naiara; demonstrou especial preocupação com os alarmantes dados de mortes em parto de mulheres negras e clamou pela criação de uma secretaria de Estado de políticas para mulheres, para organizar o fomento o investimento público no tema; a **Deputada Federal Marinha Raupp** lamentou os dados sobre o estado de Rondônia não terem chegado à CPMI da violência contra a mulher, e que a vinda da comitiva deu-se para se poder verificar qual é a real situação das políticas públicas; propôs a continuidade desse trabalho no Estado, tendo como primeiro passo reunião com a câmara técnica de gestão do pacto para se saber quais os trabalhos o governo vem desenvolvendo; reivindicou a implantação do programa Casa da Mulher Brasileira em Rondônia, do qual o estado, diferente do anunciado pela Presidenta da República, ficou excluído; destacou que a Lei Maria da Penha é um grande instrumento que precisa ser efetivado; a **Deputada Federal Nilda Gondim** pediu que a vontade que viu nas pessoas presentes se reflita em ações concretas: secretaria especializada, contratação e capacitação de profissionais, atendimento especializado em plantão, etc.; o **Deputado Federal Dr. Rosinha** afirmou que irá fazer gestões para a implantação do Programa Casa da Mulher Brasileira em Rondônia e reiterou que o machismo, a violência e a impunidades compõem cíclico vicioso que precisa ser rompido.

Considerações Finais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A reclamação da ausência de atendimento das delegacias especializadas é uma constante, mas Rondônia é o pior quadro encontrado pela Subcomissão Especial. A DEAM funciona durante apenas seis horas por dia. E, como de costume, a reclamação é de que nas outras delegacias de polícia, que funcionam 24 horas, não se faz o atendimento adequado à vítima, sendo este negado muitas vezes, inclusive com desestímulo das denúncias e ridicularização da violência de gênero.

Demonstra a precariedade do serviço o relato de que técnicas do Centro de Referência, que não é estrutura de segurança pública, voluntariamente alternam-se em sobreaviso, para acompanharem eventuais vítimas na madrugada, minimizando assim a inexistência de plantão na Delegacia Especializada.

A Delegada Titular, Sra. Márcia, informou que está na função há 45 dias, sendo este um assunto novo para ela. Ainda que tenha demonstrado boa vontade, o caso revela a falta de capacitação em gênero da qual padecem os mais diversos servidores que atuam com o tema da violência contra a mulher. É o que revelam os relatos sobre agentes de polícia desestimulando denúncias e expondo vítimas a vexame.

A não investigação dos crimes também é preocupante. Segundo dados recebidos pela comitiva, menos de 10% das ocorrências registradas na DEAM geraram inquéritos policiais entre os anos de 2006 e 2013. Em Porto Velho, que tem quase 400 mil habitantes, deveria haver pelo menos duas DEAMs, atendendo também em regime de plantão.

O Centro de Referência de Porto Velho trata apenas das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Não é propriamente um CRAM. A Norma Técnica respectiva orienta que esses se devem voltar às mulheres em situação de violência de gênero, conceituada pelo artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará): violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Ou seja, é mais amplo do que violência doméstica. O serviço, ademais, precisa ser ampliado no território, estendido para outras regiões de porto velho e para outros municípios do estado, e devidamente equipado com recursos humanos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A iniciativa de capacitação para profissionais de educação sobre o tema, anunciada na reunião, é uma boa prática que precisa ser efetivada no estado. Essa é uma das formas de combate ao machismo, causa da violência de gênero.

O Conselho Municipal de Porto Velho tem a extraordinária vantagem de ter orçamento próprio. É preciso que o Prefeito Municipal nomeie as conselheiras representantes da sociedade civil para que o conselho possa ter funcionamento e desempenhar seu importante papel de articulador, elaborador e fiscalizador das políticas públicas. O Conselho Estadual, por sua vez, precisa ter mínimas condições de funcionamento, para que possa desempenhar suas funções.

A Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família, por meio do Ofício nº 825/2013, de 15 de outubro de 2013, reiterou à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República os termos da Indicação nº 4342/2013 desta Casa Legislativa, enviada à Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 310/2013. Trata-se de sugestão de implantação em Rondônia da “Casa da Mulher Brasileira”, prevista no Programa Viver sem Violência.

A Subcomissão Especial endossa estudo do CNJ, segundo o qual é necessária a criação de juizado especializado em violência doméstica em Ji Paraná.

É necessária, ainda, a ampliação dos serviços de saúde. Notadamente a Maternidade Municipal Mãe Esperança não pode ser a única referência no estado para atendimento especializado em saúde da mulher.

Como em outros estados, não há perito diretamente no hospital, tampouco atendimento privativo no IML para vítimas de violência de gênero, o que é um fator a dificultar o processamento e punição de crimes de gênero.



ATENDIMENTO ESPECIAL ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

10 de outubro e 06 de novembro de 2013

Em 10 de outubro os Deputados Federais Dr. Rosinha e Nilda Gondim visitaram o Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), para reunião sobre o atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual. Dialogaram com a Professora Dra. Angela Maria Bacha, Diretora Executiva do CAISM, o Professor Dr. José Roberto Erbolato Gabiatti, Diretor Associado do CAISM, a Profa. Dra. Arlete Fernandes, do Departamento de Tocoginecologia do CAISM e coordenadora do atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual, o Professor Dr. Aloísio Bedone e o Professor Dr. Aníbal Faundes, ex-coordenadores do atendimento especial, a Dra. Graciana Alves Duarte, Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas, e também membros da equipe multidisciplinar de atendimento às vítimas de violência sexual: Sra. Rosângela Higa, enfermeira, Sra. Janete Aparecida de Lima, assistente social, Sra. Patrícia Dargiachi Sanches, assistente social, e Sra. Maria José dos Reis, psicóloga. A Subcomissão dialogou ainda com o Professor Oswaldo da Rocha Grassiotto, Vice-Reitor Executivo de Administração da UNICAMP e o Professor Dr. Paulo Cesar Montagner, Chefe de Gabinete da Reitoria da UNICAMP.

Em seis de novembro esteve em Brasília, em diálogo com os Deputados Federais Dr. Rosinha e Nilda Gondim, a Dra. Verônica Gomes Alencar, coordenadora da Rede Iluminar Campinas de cuidado as vítimas de violência sexual.



Histórico

Conforme exposição da Dra. Arlete Fernandes, o CAISM iniciou seus trabalhos em 1986. Os professores Dr. Aloísio Bedone e Dr. Aníbal Faundes, pioneiros no projeto, explicaram que a preocupação com o atendimento à violência sexual é muito recente no Brasil: em 1996 apenas três cidades tinham atendimento especializado, São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, com cinco serviços ao total. Em 1998 a UNICAMP protagonizou o início do debate mais amplo, em termos de política pública, para a questão. Ou seja, há apenas quinze anos. Nesse ano criaram-se protocolos e fluxogramas internos do que era conhecido como “Programa de Atendimento Especial”. Foi quando o Ministério da Saúde publicou a primeira norma técnica sobre o tema, que já está em sua terceira edição. Trata-se da NT sobre “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

sexual contra mulheres e adolescentes”. Em parte o conteúdo da NT foi disposto na recente Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.



Em 2001 foi criada a Rede Iluminar Campinas, que montou serviço organizado de identificar vítimas e encaminhá-las o mais rapidamente à Justiça. Em 2006 foram incorporados ao atendimento especializado residentes de psiquiatria e ginecologia. E, em 2010, graduandos em medicina.

Hoje a disseminação da experiência é feita com o Projeto “Superando Barreiras”, que leva treinamento de profissionais da ginecologia para tecnologias avançadas sobre aborto previsto em lei, em parceria com o Ministério da Saúde. O projeto existe desde 2005 e é realizado de forma voluntária – o Dr. Aníbal Faundes colhe doações.

Perfil das vítimas

Há populações distintas. Uma, composta por vítimas de abuso doméstico crônico, em boa parte dos casos contra crianças e adolescentes ou contra pessoas com deficiência. Nessas situações em geral a demanda não é por atendimento emergência. Outra, de vítimas de episódios causados por autor desconhecido – casos de “violência urbana”.

Nos casos de meninos e meninas, cujas situações de abuso normalmente se estendem no tempo, a rede de assistência social promove um acompanhamento “estrito e sistemático das vítimas”.

O atendimento especializado do CAISM, voltados às mulheres, dirige-se preferencialmente ao segundo tipo, que compreende cerca de 70% dos casos. Dentre esses, cerca de 40% é contra adolescentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A Rede Iluminar atende todas as pessoas vítimas de violência sexual (mulheres, homens, crianças e adolescentes). Em 2012, foram atendidos 18 homens ou adolescentes violados sexualmente, a maior parte deles vivendo em regime de prisão ou de tutela.

Estima-se que a maior parte das mulheres vítimas de violência sexual não procura ajuda profissional. As causas de as mulheres esconderem o drama passam pelo medo, pela vergonha e até pela culpa. Entretanto, 90% das mulheres que procuram o CAISM o fazem nas primeiras 12 horas após a violência.

Rede Iluminar

A Rede Iluminar foi criada em 2001, financiada então pelo Ministério da Saúde e executado pela Prefeitura Municipal de Campinas em parceria com a Universidade de Campinas – UNICAMP. O nome foi escolhido porque se identificou que tanto vítimas quanto cuidadores sentiam-se com medo, vergonha, sem saber o que fazer. Enfim, na escuridão. Seus agentes da rede são considerados pontos de luz. A rede conseguiu agregar os serviços e criar sinergia de esforços.

São duas redes interligadas. Uma, de cuidados indiretos, composta por escolas, creches municipais, serviços de assistência social, Guarda Municipal, conselhos de direitos da criança e do adolescente, da mulher, do idoso, da pessoa com deficiência, conselhos tutelares, ONGs que trabalham com mulheres, crianças e adolescentes, centros de perícia científica, delegacias da mulher e de polícia, Centro de Referência e Apoio à mulher - CEAMO, serviços de assistência jurídica e psicológica da PUC Campinas e da Universidade Paulistana e abrigo de mulheres. Essa rede recebe denúncias, acolhe as vítimas e realiza os cuidados dentro de suas responsabilidades.

A rede de cuidados diretos é integrada pelo CAISM e por centros de saúde, pronto-socorros municipais, pronto-socorro infantil da UNICAMP, serviço de atendimento municipal de urgência (SAMU), centros de apoio psicossociais (CAPS) e centro de referência de DST/AIDS.

O fluxo é assim representado:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

ILUMINAR CAMPINAS

Cuidando das vítimas de violência sexual

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA/ADOLESCENTE

Sexo feminino pré-púbere e sexo masculino até 16 anos

PORTA DE ENTRADA:

- Centro de Saúde, Pronto Atendimento, Pronto Socorro, Consultórios, CAPS i, DAS, CRAS, CREAS, Escolas (Estadual e Municipal), Creches, Guarda Municipal, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, ONGs cofinanciadas, Disque denúncia.

OBS: Acolher a vítima, Identificar a queixa e encaminhar ao atendimento médico:

Caso agudo (até 72 hs):

- PS infantil Hospital Municipal Mário Gatti
- PS pediatria da UER (unidade de emergência referenciada) HC Unicamp

Acompanhamento dos casos agudos que necessitam de medicação e seguimento.

- Amb pediatria do HC Unicamp

Casos crônicos e casos agudos que não necessitam de medicação.

Atendimento e acompanhamento

- Centro de Saúde

Obs: CAPS i: matriciamento e fluxo através dos Centros de Saúde.

1. Notificar todos os casos no SISNOV e ao Conselho Tutelar

2. B.O. na Delegacia da Mulher

3. Articular a rede intersetorial de cuidados e de proteção na Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura, Habitação e demais parceiros

Fonte: Ministério da Saúde - Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas famílias em situação de Violências (Brasil, 2010)

Em Campinas a notificação da violência é feita por toda a rede (saúde, segurança e assistência), e não apenas pelos serviços de saúde. Há capacitação dos agentes de todos os elos, inclusive da guarda municipal, que faz o transporte da vítima, momento em que já se inicia o acolhimento. Investe-se muito em divulgação do atendimento especializado. Anúncios são transmitidos 15 vezes ao dia em rádio.

A rede promoveu importantes parcerias com a segurança pública. Capacitam-se até mesmo os observadores das câmeras para segurança das ruas, a fim de que identifiquem pessoas em situação de risco e imediatamente o comuniquem à guarda municipal. Promoveu-se iluminação de lugares mais escuros. Equiparam centos de perícia.

O monitoramento e a avaliação são constantes. As planilhas de avaliação dos serviços são avaliadas em reuniões bimensais.

Um dos problemas apontados é a ausência de recursos para que se cuide do cuidador. O atendimento de vítimas de violência sexual é muito desgastante emocionalmente, de modo que os atendentes precisariam de acompanhamento psicológico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

O atendimento do agressor é feito pela ONG SOS Ação Mulher, apenas quando se trata de violência doméstica e familiar, e pela ONG TABA.

Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Universidade de Campinas

O Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) presta atendimento integrado nas áreas de ginecologia e obstetrícia. É referência para toda a região, incluindo o sul de Minas Gerais. De fato, havia vans do governo desse estado no estacionamento do hospital. O encaminhamento dos pacientes é direto, em emergência, ou via Secretaria de Estado de Saúde, a partir dos atendimentos nas unidades de saúde municipais. A demanda, segundo os relatos, é maior do que a capacidade de atendimento. O CAISM realiza cerca de 9.000 consultas por mês, e, exemplificativamente, cerca de 25 mil leituras de lâminas de exame Papanicolau mensalmente, enviadas pelos postos de saúde da região. O CAISM atende aquelas que apresentam resultados positivo para o vírus HPV.

O CAISM abriga ambulatório de atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual, o qual é não apenas referência, mas pioneiro no tema. Esse foi o motivo da visita da Subcomissão Especial. A OMS reconhece a violência sexual como problema de saúde pública -- que gera agravos como transmissão de DSTs, problemas de saúde mental, alterações menstruais, distúrbios da sexualidade, etc.

Na concepção do Professor Oswaldo da Rocha Grassiotto, Vice-Reitor Executivo de Administração da UNICAMP, ex-Diretor do CAISM, a rede de atendimento à mulher tem um importante papel indutor: o que se faz em prol da mulher reverte-se em benefício da família e da comunidade, considerando ser a mulher um núcleo de organização social. Por isso, desde a década de 70 a UNICAMP trabalha com saúde integral e integrada da mulher, trabalho este protagonizado pelo Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti, que foi reitor da UNICAMP e Deputado Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Atendimento

O atendimento é prestado por equipe multidisciplinar, composta de enfermeira, psicólogas, assistentes sociais, ginecologistas, psiquiatras e técnicos em enfermagem. Com exceção dos profissionais de psicologia, assistência e social e psiquiatria, há atendimento 24 horas em todos os dias da semana.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Foto de Diogenis dos Santos

Todos os profissionais são capacitados com técnicas de acolhimento.

O atendimento de emergência é aquele realizado até no quinto dia após a violência sexual. Depois disso não se considera mais emergência porque não há mais ferramenta de prevenção de doenças e de gravidez. O tratamento, então, é apenas ambulatorial.

Na emergência atendem-se às necessidades básicas e imediatas da vítima: profilaxia da gravidez, profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis, apoio psicológico, assistência social e orientação legal. Além disso, realizam-se cirurgias quando há dilaceração vaginal ou anal, por exemplo.

A profilaxia com antirretrovirais deve ser realizada em até 72 horas da agressão. Na experiência dos profissionais percebe-se que na década de 90 a maioria das mulheres chegava depois do período, quando nada mais se podia fazer.

Sobre a profilaxia da gravidez, realizada com a administração do medicamento Levonorgestrel, a Dra. Arlete Fernandes explicou que não se trata de substância abortiva. O progestágeno prejudica a ovulação e encontro dos gametas, o que ocorre antes da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

fecundação. É usado em mais de cem países. Quando ministrado antes de 24 horas do estupro, a eficácia da contracepção é de quase 95%.

Segundo o Conselho Federal de Medicina -- Resolução CFM nº 1.811/2006 -- cabe ao médico a responsabilidade pela prescrição da Anticoncepção de Emergência como medida de prevenção, visando interferir no impacto negativo da gravidez não planejada e em suas consequências na Saúde Pública, particularmente na saúde reprodutiva.

Toda mulher vítima de violência sexual atendida em emergência deve ser acompanhada por seis meses, pelo ambulatório especializado. O ambulatório reúne-se às quintas à tarde. Por outro lado, o atendimento com assistente social e psicólogo é realizado a qualquer momento, se a vítima sentir necessidade. A equipe presta orientações também por telefone.

Do atendimento de emergência, que inclui acolhimento, atenção médica e realização de exames, a vítima sai com consulta agendada, e também com a medicação prescrita, com destaque para o coquetel contra o HIV se indicado, que deve ser tomado por 28 dias. O retorno durante os seis meses (tempo para a chamada “viragem sorológica”) abrange monitoramento das possíveis doenças adquiridas, assistência social, saúde mental, etc. Cerca de dois terços das vítimas comparecem efetivamente durante todo o tratamento, o que é considerado um índice alto.

Segundo a direção do hospital, a medicação fornecida à vítima ainda não é remunerada pelo SUS, sendo paga pela UNICAMP. Esse é um fator inibitório do atendimento em cidades pequenas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA



Atendimentos de emergência no período

Variáveis	2007-2008		2009-2010		Total	P
	n	%	n	%		
Número de atendimentos	381	55,5	306	44,5	687	na**
Atendimentos em até 24h	220	60,6	210	71,2	430	0,005†
Atendimentos em até 72h	298	82,1	263	89,2	561	0,011†
Realizou Boletim Ocorrência	236	65,2	171	57,2	407	0,035†

Facuri, 2013

Em média o CAISM realizou 171 atendimentos de emergência de vítimas de violência sexual por ano, dos quais 62% nas primeiras 24 horas. Apenas 59% das mulheres registraram boletins de ocorrência.

O CAISM tem o procedimento de comunicar a violência ao Conselho Tutelar, quando a vítima é criança ou adolescente, e à polícia, quando a vítima não é mulher capaz. Quando a mulher capaz, entretanto, é aconselhada a comunicar a autoridade policial. A equipe destaca que jamais se pode condicionar o atendimento médico à denúncia policial.

O acompanhamento das assistentes sociais foca-se também na eventual vulnerabilidade social das vítimas. A articulação da rede é fundamental, inclusive para que se possa acionar as visitadoras da rede municipal de saúde e o CRAS quando outros agravos impedem que a vítima prossiga o tratamento ambulatorial, e para que se auxilie a mulher de forma integral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Aborto legal

A gravidez fruto de um estupro é considerada um agravo da violência. A mulher que engravida não teve atendimento de emergência em lugar nenhum. É aquela que optou por esquecer a agressão, por não contar sobre ela para ninguém.

A gestante que procura o CAISM recebe o primeiro acolhimento de assistente social e de psicóloga. Em seguida, passa por atendimento médico e por ecografia que revele a idade gestacional. São então avaliados os critérios legais – especialmente a duração máxima de 20 semanas de gestação – por reunião de equipe multidisciplinar.

Quando não se cumprem os requisitos legais, há acolhimento, cuidado pré-natal e, quando for do desejo da mãe, indicação para adoção. Nesse caso, a mãe biológica vai à Vara da Infância e Juventude para formalizar a autorização, e os pais adotivos buscam a criança diretamente no hospital.

Em 18 anos de atendimento, ocorreram 192 solicitações de interrupção legal da gravidez. Dessas, três mulheres haviam usado contracepção de emergência. 60% das solicitantes realizaram efetivamente a interrupção. 20% tiveram os pedidos negados. 20% desistiram e ficaram com a criança ou as entregaram à adoção.

A maioria das mulheres não chega decidida a interromper a gravidez. Chega com dúvidas, para colher informações. Boa parte delas, segundo a experiência dos médicos, também não se sente grávida. Se sente portadora de uma consequência de uma agressão.

Quando a vítima é menor de 18 anos, o aborto legal deve ser realizado com autorização do responsável legal. Se os pais querem a interrupção e a menina não quer, respeita-se vontade dela. Se a menina quer e os pais não querem, é necessária autorização judicial. Já ocorreram casos assim.

A objeção de consciência de médicos para a não realização do aborto legal é muito alegada no serviço público, implicando em imensa dificuldade de acesso ao direito, a ponto de mulheres até mesmo do estado de Santa Catarina procurarem a interrupção legal em Campinas; mas, segundo a percepção dos pesquisadores, há impressão de que o mesmo comportamento não é adotado na esfera privada, dos abortos ilegais e remunerados; pesquisa com médicos brasileiros indica que quase um quarto das médicas e um terço dos médicos tiveram gravidezes indesejadas, dos quais 80% abortaram (Aníbal Faúndes, Graciana Alves Duarte, Jorge Andalaft Netoc e Maria Helena de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Sousad. The Closer You Are, the Better You Understand: The Reaction of Brazilian Obstetrician–Gynaecologists to Unwanted Pregnancy. *Reproductive Health Matters* 2004;12(24 Supplement):47–56).

Os pesquisadores ressaltaram ser equivocada a concepção de que ser a favor do aborto legal significa ser a favor do aborto; pelo contrário: os que realizam abortos privados, que lucram com isso, querem que o aborto se repita, ao passo que o aborto como parte de um atendimento público implica em medidas para que o procedimento não volte a ocorrer.

Perícia

O paradigma de atendimento é que a primeira questão a se resolver é a médica, e depois os aspectos legais é que devem ser atendidos. Tanto que hoje a polícia em primeiro lugar leva a mulher para o hospital e depois a conduz à delegacia.

De acordo com a lei processual penal, laudos e prontuários médicos não substituem a prova pericial. (De acordo com a Lei Maria da Penha, apenas para as situações de violência doméstica e familiar, serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde; discute-se, entretanto, se os laudos são substitutos da perícia criminal para condenações penais ou se são válidos apenas para medidas civis e para decretação de medidas protetivas de urgência.) O prontuário médico, entretanto, também pode ser um instrumento de prova no processo penal a critério do juiz, ou para que a perícia científica elabore laudo indireto. O ideal, segundo os professores, seria atendimento médico imediato e logo em seguida exame pelo médico legista.

A coleta de material para perícia é feita no CAISM, mesmo porque, se a mulher não for ao IML na sequência – e a maioria das vítimas não quer fazê-lo –, não haverá prova nenhuma da agressão. O colhimento deve dar-se sob consentimento da vítima. A valoração do exame como prova, entretanto, dependerá do juiz.

Boa experiência narrada foi a de Ribeirão Preto, onde há posto do IML dentro do hospital das clínicas. Diferentemente, em Campinas o IML fica em região ruim, com muitas ocorrências criminosas, desestimulando que a vítima vá até lá para submeter-se a exame. Em Campinas o costume é o policial ficar esperando a mulher ser atendida no CAISM para depois leva-la ao IML. Mas nem todos os municípios fazem isso.



Considerações Finais

Recente estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública -- 7ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública – indica que o número de estupros no Brasil cresceu 18% em 2012. Foram 26,1 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Pesquisador ouvido estima que não se trate apenas de aumento dos registros, e sim de efetivo recrudescimento dos crimes; isso porque todos os outros dados criminais vêm diminuindo no Brasil, sendo o avanço dos estupros um desvio no padrão, e ainda porque não teria ocorrido qualificação do trabalho na segurança pública a ponto de estimular crescimento significativo de boletins de ocorrência de violência sexual.

Isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a prevenção e para o tratamento das consequências desse grave crime.

O que se observou em Campinas não se viu nos estados visitados pela Subcomissão Especial. Os atendimentos especializados em Piauí, Amapá e Rondônia não atendem os seis meses de acompanhamento da vítima. Em São Félix do Araguaia sequer há atendimento especializado, como na maior parte dos municípios do interior. As equipes multidisciplinares, segundo os relatos, são incompletas. Não há divulgação consistente dos serviços. Segundo informações recebidas pelos professores, todos os hospitais do Brasil teriam condições de fazer o atendimento especializado para violência, mas apenas 400 alegam fazê-lo. O aborto legal é realizado apenas por 74.

Pesquisa sobre a situação do atendimento às mulheres e crianças vítimas de violência sexual nos serviços públicos de saúde no Brasil, de autoria de Aníbal Faúndes, Maria José Duarte Osis e Karla Simônia de Pádua (FEMINA | Novembro/Dezembro 2012 | vol 40 | nº 6) é reveladora. Dos 1.395 estabelecimentos que referiram atender mulheres e crianças que sofrem violência sexual, apenas cerca de 8% deles seguiam norma técnica do Ministério da Saúde. Dentre os 874 hospitais e prontos-socorros estudados, apenas 30% declararam realizar a interrupção legal da gestação nos casos de estupro. E somente 5,6% haviam realizado ao menos uma interrupção no ano anterior à pesquisa. Na percepção dos estudiosos, houve progresso no reconhecimento de que a violência sexual existe, mas falta “muito esforço para que esse reconhecimento se transforme em realidade prática, a fim de que todas as mulheres e crianças agredidas sexualmente tenham o atendimento de emergência e o seguimento de que precisam”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

De fato, é na divulgação do atendimento previsto na legislação e nas normas do Ministério da Saúde, entre cidadãos e profissionais, que se precisa investir. Nesse sentido, destaca-se a boa experiência do projeto Superando Barreiras.

Outro ponto sensível é a inexistência de centros de perícia nos hospitais. De um lado, argumenta-se que essa medida seria importante para o processamento e punição dos crimes de violência sexual, facilitando o exercício do direito de representação pela vítima, evitando que esta tenha que se submeter a atendimento não especializado, em local distante, e que, muitas vezes, deixe de produzir prova indispensável para a condenação do agressor. De outro lado, argumenta-se que a perícia em hospital seria um inibidor para que as vítimas procurem ajuda médica. A persecução penal dos crimes contra a dignidade sexual de pessoas maiores e capazes depende da vontade do agredido, e nem sempre a pessoa que procura o serviço hospitalar quer dar causa à persecução penal. Nota-se, entretanto, que mesmo com a eventual existência de centro de perícia nos hospitais, a vítima somente se submeterá à perícia se isso for de sua vontade.

A experiência da Rede Iluminar é reveladora sobre a impunidade. Em onze anos atuando no tema, a Dra. Verônica Gomes Alencar viu apenas um agressor ser condenado e preso. As maiores falhas identificadas, que contribuem para a impunidade, são na segurança pública: em Campinas, como visto nas outras cidades visitadas pela Subcomissão, a DEAM tem funcionamento apenas em horário comercial, é desestruturada e não há tecnologias de inteligência para investigação dos crimes de estupro.



CONCLUSÕES

Em seus trabalhos, a Subcomissão Especial encontrou problemas reiterados: exiguidade ou ausência de orçamento próprio para políticas para mulheres; falta de coleta e de sistematização de dados sobre violência contra a mulher, que prejudica o diagnóstico da situação e o planejamento, a implantação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas pertinentes; deficiência de recursos humanos e de infraestrutura dos equipamentos destinados a prevenir a violência de gênero, a atender a vítima e a punir os agressores; falta de capacitação que se destine à correta aplicação da lei e à sensibilidade para lidar com vítimas; ausência de órgãos especializados, o que prejudica a articulação intersetorial para a promoção dos direitos do gênero feminino, que deve ser compreendida como política de direitos humanos.

Nesse sentido, além de endossar as indicações expostas no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da violência contra a mulher, a Subcomissão Especial propõe 50 recomendações aos Poderes Executivo e Judiciário e ao Ministério Público, baseadas nas visitas aos equipamentos e nas críticas e sugestões apresentadas pela sociedade civil e por agentes públicos. As recomendações não possuem qualquer caráter vinculante. Ainda assim, espera-se que possam contribuir para que os responsáveis tomem as medidas adequadas.

As estratégias devem ser desenvolvidas com foco na capacitação dos serviços e no fortalecimento e ampliação da rede de atendimento, visando à efetivação do já previsto no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, ao qual aderiram todos os Estados da federação.

Presidência da Subcomissão Especial propôs, ainda, duas Propostas de Fiscalização e Controle¹ e uma Indicação² e um Requerimento de Informação³.

¹ PFC nº 134/2013, para, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, investigar a aplicação dos recursos federais repassados ao governo do Estado do Amapá, mediante o Contrato 008/2010 O.E.S.Nº 017/2010/CIPP/SEJUSP, destinados à construção de prédio a abrigar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher e à Família no Município de Santana; PFC nº 135/2013 para, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, investigar as denúncias relativas à não prestação do PCCU pela rede pública de saúde do Amapá.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

A Subcomissão Especial propõe, ainda, três Projetos de Lei.

O primeiro deles altera o Código de Processo Penal, ao explicitar que a prisão preventiva, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, pode ser decretada pelo juiz originariamente ou em decorrência de descumprimento de medida protetiva de urgência.

A inadequação do modelo de proteção de Casa Abrigo foi apontada reiteradamente nas atividades da Subcomissão Especial. O sistema é rejeitado pelas vítimas porque implica em deixá-la “presa”, confinada no abrigo, ao passo que, no mais das vezes, o agressor fica solto, sendo excessiva a facilidade com que este pode beneficiar-se da fiança. Assinalou-se, ainda, a insuficiência do modelo de medida protetiva de urgência, que não conta com sistema de monitoramento adequado de seu cumprimento. Ademais, o sistema de proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, instituído pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, não é vocacionado para a proteção de mulheres em situação de violência doméstica. Por tais razões, propõe-se que o magistrado, considerando as circunstâncias concretas, possa determinar a prisão cautelar mesmo sem o descumprimento prévio de uma medida protetiva de urgência.

Outro PL altera a Lei de Licitações, para estimular as empresas a adotarem práticas promotoras da igualdade entre os gêneros e, em consequência, o empoderamento da mulher, tão necessário para o rompimento do ciclo do machismo e da violência.

O terceiro PL altera a Lei que institui o Programa Minha Casa, Minha Vida, para estabelecer prioridade das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar como beneficiárias, respeitando as prioridades já previstas na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

Os debates demonstraram que proteção ampla das mulheres vítimas de violência precisa ser aprimorada, já que a vulnerabilidade contribuiu para a geração e para a perpetuação da violência. Nesse sentido é extremamente relevante a iniciativa legislativa proposta pela CPMI da violência contra a mulher visando a instituir auxílio-transitório decorrente de risco social provocado por situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Este

² Indicação nº 5206/2013, ao Poder Judiciário, por intermédio do Conselho Nacional de Justiça, para a adoção de providências para viabilizar apreciação de Medidas Protetivas de Urgência, previstas na Lei Maria da Penha, em regime de plantão no estado do Amapá.

³ RIC nº 3652/2013, à Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Sra. Eleonora Menicucci.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Projeto de Lei do Senado, de nº 296 de 2013, já foi aprovado naquela Casa Legislativa, e seguiu à Câmara dos Deputados. As duas iniciativas legislativas são complementares e integrarão proteção social mais ampla às vítimas da violência de gênero.

Por fim, a Subcomissão Especial considera importante a aprovação do Projeto de Lei nº 7627/2010, de autoria da Deputada Federal Janete Rocha Pietá, o qual altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática de gênero e suas relações intra e interpessoais. A proposição já recebeu manifestação favorável da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. A proposta contribuirá para a educação que vise a combater os estereótipos de gênero que estimulam a violência contra a mulher.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Projetos de Lei

Altera Código de Processo Penal

COMISSÃO SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº _____/2013

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Altera o Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para explicitar as hipóteses de cabimento de prisão preventiva nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º. Altera a redação do inciso III do artigo 313 do Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941, com redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011:

.....

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, no caso de seu descumprimento ou quando as circunstâncias do fato e as condições pessoais do indiciado ou acusado o exigirem.

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher desenvolveu seus trabalhos ao longo de 2013 no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Nas reuniões e diligências realizadas a diversos estados da federação, tomou contato com a reclamação generalizada, por parte de cidadãos e de operadores do sistema de justiça e da segurança pública, da possibilidade de concessão sistemática de fiança para supostos autores de crimes de gênero. A permanência em liberdade de agressores perpetua a violência, mormente quando não há estrutura de segurança pública suficiente para monitorar as medidas protetivas de urgência.

Cumpridos os requisitos para a decretação da prisão preventiva -- prova da existência do crime e indício suficiente de autoria --, esta medida cautelar será admitida se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, conforme estabelece o Código de Processo Penal, artigo 313, inciso III, com redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011.

Diante da expressão “para garantir a execução das medidas protetivas de urgência”, há discussão doutrinária e jurisprudencial. Uma corrente entende que a prisão preventiva somente cabe quando houver descumprimento da medida protetiva de urgência; outra defende que pode também ser decretada de maneira originária ou autônoma, quanto o juiz entender que a prisão é, desde logo, a única adequada para a situação concreta.

Condicionar a decretação da cautelar restritiva de liberdade ao descumprimento de medida protetiva de urgência não é adequado, porque pode, no caso concreto, impedir que o juiz tome providência para assegurar a vida ou integridade física de indivíduo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

gravemente ameaçado. Só as circunstâncias concretas podem dizer quando a prisão preventiva é necessária de pronto.

Diante disso, propõe-se incremento de redação ao final do inciso III do artigo 313 do Código de Processo Penal, a fim de explicitar que a cautelar pode ser decretada originariamente ou em decorrência de descumprimento de medida protetiva de urgência. A proposta remete ao artigo 282 do próprio Código de Processo Penal, que diz que as medidas cautelares no processo penal (dentre as quais a prisão) observarão a gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado, e também ao artigo 22, § 1º, da Lei Maria da Penha, segundo o qual as medidas protetivas “não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público”.

A alteração é um importante instrumento ao combate da violência de gênero.

Sala das Comissões, em de novembro de 2013.

Deputado Federal Dr. Rosinha

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Altera Lei de Licitações

COMISSÃO SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº _____/2013

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir como critério de desempate nas licitações a participação em programa de equidade de gênero e raça e para incluir entre os requisitos de habilitação nas licitações a comprovação de que a empresa licitante não tenha praticado atos de discriminação motivados por origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras razões.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º. O § 2º do Art. 3º e o Art. 27 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º.

.....

§ 2º
.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

V - produzidos ou prestados por empresas participantes de programa de equidade de gênero e raça.

.....

Art. 27..

.....

VI - comprovação de que a empresa licitante não tenha praticado atos de discriminação motivados por origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras razões

.....

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 8.666 já estabelece, em seu artigo 3º, que, em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos no país, produzidos ou prestados por empresas brasileiras ou por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil, tendo sido esta última hipótese incluída pela Lei 11.196 de 2005. A presente proposição inclui, como critério de desempate, a participação em programa de equidade de gênero e raça.

A inovação normativa visa a ser um incentivo adicional à promoção da igualdade. O Poder Executivo Federal já realiza, em sua 5ª Edição, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que certifica com um selo organizações que estimulam a equidade no ambiente do trabalho. Trata-se de importante estratégia de inclusão social e promoção da autonomia dos sujeitos, que deve ser impulsionada, também, no processo licitatório.

As exigências de habilitação, por sua vez, têm por objetivo assegurar condições necessárias para a execução satisfatória do contrato. A empresa deverá ser juridicamente apta a exercer suas atividades, apresentar condições técnicas e econômico-financeiras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

condizentes com o objeto da contratação e encontrar-se em situação de regularidade fiscal. Não obstante, a Lei 8.666, em seu artigo 27, contempla exigência do cumprimento de normas trabalhistas (redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) e da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (incluído pela Lei nº 9.854, de 1999).

Isso porque, além de aferir a qualificação jurídica, técnica e econômico-financeira, a licitação é instrumento também para a promoção de outros princípios constitucionais de igual ou maior relevância. É o caso do objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, inciso IV, da CRFB).

Hoje a verificação do cumprimento, pelo candidato, da proibição do trabalho de crianças e adolescentes nas condições expressas pela Constituição dá-se pela apresentação de declaração. O mesmo procedimento pode ocorrer para a comprovação de que a empresa licitante não tenha praticado atos de discriminação, enquanto não se regulamentar forma mais efetiva de aferição do implemento do dispositivo constitucional.

Sem ferir a livre concorrência e sem criarem-se ônus adicionais às empresas, as alterações à Lei de Licitações propostas visam a incentivar o combate às diversas formas de discriminação também mediante os contratos administrativos.

Sala das Comissões, em de novembro de 2013.

Deputado Federal Dr. Rosinha

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Altera Programa Minha Casa, Minha Vida

COMISSÃO SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº _____/2013

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer prioridade das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar como beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º. Altera a redação do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, incluído pela Lei nº 12.424, de 2011:

.....

IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e, dentre essas, aquelas que foram vítimas de violência doméstica ou familiar e;

.....

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor em 120 dias a contar da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV já estabelece, dentre aqueles pretendentes que comprovem o nível de renda necessário, as seguintes prioridades: atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido

Subcomissão Especial - Violência Contra a Mulher



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

desabrigadas, atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência. A presente proposição simplesmente esclarece que, dentre as famílias chefiadas por mulheres, terão preferência aquelas encabeçadas por mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar.

A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher desenvolveu seus trabalhos ao longo de 2013 no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Nas reuniões e diligências realizadas a diversos estados da federação, tomou contato com o grave problema da vulnerabilidade social a que estão sujeitas as mulheres vítimas. Em sendo, muitas vezes, o agressor também o provedor da família, mulheres deixam de denunciar e permanecem em situação de abuso por não terem, frequentemente, para onde ir, ou por não conseguirem meios materiais para que possam reconstruir suas vidas longe da violência doméstica e familiar.

A preferência a essas mulheres é um importante instrumento para estimular o combate à violência de gênero.

Sala das Comissões, em de novembro de 2013.

Deputado Federal Dr. Rosinha

Presidente



Recomendações

Ao Poder Executivo

1. Criação de Secretarias Municipais e de Estado especializadas na promoção e defesa dos direitos das mulheres nos estados do Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, bem como a estruturação de Secretaria de Estado no Amapá;
2. Dotação orçamentária para pessoal e para investimento e custeio da estrutura dos organismos especializados em políticas para mulheres;
3. Fortalecimento das estratégias de inserção da mulher no mercado de trabalho, de geração de renda, de economia solidária e de capacitação profissional, conforme prevê o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
4. Planejamento e implantação de políticas para mulheres com transversalidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência, classe social e pertencimento a comunidades tradicionais, de modo a compreender a complexidade das necessidades de promoção e defesa de direitos de todas as mulheres, de forma intersetorial e articulada, conforme prevê a Lei Maria da Penha;
5. Coleta e sistematização, em todos os municípios, dos dados sobre a violência contra a mulher, a fim de serem produzidas informações necessárias ao adequado planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Os dados devem contemplar questões que possam identificar classes sociais, grupos de cor/raça, orientação sexual, além do pertencimento a comunidades tradicionais como indígenas, ribeirinhos e quilombolas;
6. Interiorização dos equipamentos da rede de proteção à mulher;
7. Adequação dos espaços físicos das unidades que integram a rede de proteção à mulher para que se mantenham limpos, acolhedores, com condições de atendimento individualizado e garantia de acessibilidade, permitindo que todas as mulheres, inclusive aquelas que vivem distantes dos maiores centros urbanos e aquelas com dificuldades de locomoção ou deficiência, possam ser adequadamente atendidas;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

8. Realização de concursos públicos e capacitação de profissionais para a execução das políticas de prevenção, atendimento e punição da violência contra a mulher;
9. Promoção do ensino das relações sociais de gênero em escolas públicas e privadas;
10. Veiculação de campanhas publicitárias para combater estigmas que justificam e incentivam a violência de gênero;
11. Promoção de campanhas contra a violência de gênero voltadas a comunidades tradicionais e a populações do campo e da floresta;
12. Capacitação dos servidores públicos sobre conteúdos humanísticos relativos a direitos humanos, ética, cidadania e violência de gênero e de raça, a fim de evitar a violência moral perpetrada contra mulheres;
13. Especial esforço da União para efetividade das políticas públicas nos estados de Tocantins e Rondônia, que têm atraído grandes obras de infraestrutura⁴.
14. Desenvolvimento de programas de acompanhamento da família e do agressor – a exemplo do Centro de Atendimento da Mulher e da Família no Amapá – a fim de evitar processos de revitimização e formação de novos agressores, além de outros efeitos adversos, como o suicídio de membros do grupo familiar;
15. Ampliação dos serviços de creches e berçários.
16. Ampliação do número de Casas Abrigos e melhoria da infraestrutura das existentes.
17. Atenção à prestação adequada dos serviços de prevenção e tratamento das doenças que afetam especialmente as mulheres, bem como ao atendimento adequado às gestantes;
18. Ampliação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive o de aborto legal;

⁴ Não se pode permitir que municípios, muitos deles pequenos e sem recursos, tenham de lidar sozinhos com as consequências de repentino inchaço populacional, deslocamento expressivo de cidadãos e, depois do fim do empreendimento, com aumento do desemprego. Os depoimentos indicam que a realização de grandes obras nessas situações contribui para o crescimento da prática de todos os tipos de violência, particularmente a violência doméstica, familiar e sexual contra a mulher.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

19. Cumprimento do protocolo de atendimento previsto na norma técnica do Ministério da Saúde de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes⁵;
20. Efetivação da notificação compulsória de violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais, ampliando seu uso às redes de assistência social e de segurança pública;
21. Divulgação dos serviços de atendimento especializado para vítimas de violência sexual, quando existir, e ampliação do serviço, adequando-os às normas do Ministério da Saúde, em especial no que se refere aos seis meses de acompanhamento da vítima;
22. Ampliação da rede de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), atendendo a Norma Técnica sobre o tema⁶, que prevê a quantidade de espaços conforme o número de habitantes do município⁷:
 - a) até 300 mil a existência de 2 DEAMs, localizadas em áreas geográficas antagônicas;
 - b) até 500 mil a existência de 3 DEAMs, localizadas em áreas geográficas antagônicas;
 - c) de 500 a 1 milhão a existência de 4 DEAMs, localizadas em áreas geográficas antagônicas;
 - d) mais de 1 milhão a existência de 5 DEAMs, localizadas em áreas geográficas antagônicas.
23. Estruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher existentes, para que tenham acessibilidade e condição de atendimento individualizado, além

⁵ Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes - Norma Técnica. 3ª edição atualizada e ampliada. Ministério da Saúde. Brasília, 2012.

⁶ Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República, Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e UNODC - Es critório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Brasília, 2010.

⁷ Das cidades visitadas, apenas Palmas possui o número de DEAMs de acordo com o previsto na Norma Técnica – ainda assim, a delegacia visitada estava fechada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

- de funcionários em número suficiente e devidamente capacitados – inclusive para assegurar o cumprimento das medidas protetivas de urgência;
24. Oferta ininterrupta de atendimento qualificado, 24 horas ao dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em especial quando há apenas uma unidade no município, conforme norma técnica das DEAMs, considerando que os crimes de gênero, em regra, ocorrem à noite ou nos finais de semana;
 25. Contratação de recursos humanos para a segurança pública, tendo como referência a Norma Técnica das DEAMs.
 26. Investigação dos crimes de homicídios de mulheres pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, quando existirem, conforme estabelece a Norma Técnica das DEAMs, segundo a qual todo ato de violência cometido contra a mulher deve ser investigado e apurado.
 27. Capacitação de servidores, em cumprimento à norma técnica das DEAMs: formação e valorização profissional de forma continuada, abrangente, de natureza técnica, operacional e gerencial, dirigida ao conjunto dos(as) profissionais, incluindo disciplinas específicas, tais como uso legal e progressivo da força e da arma de fogo, defesa pessoal, abordagem e técnicas de investigação policial, dentre outras, que devem estar integradas com os conteúdos humanísticos relativos a direitos humanos, ética, cidadania e violência de gênero e de raça;
 28. A capacitação deve evitar o desestímulo ao registro de ocorrências de violência contra a mulher e prática de procedimentos não previstos em lei para a representação dos crimes de ação penal condicionada. A Lei Maria da Penha deve ser cumprida em sua literalidade, com a autoridade policial tomando a termo imediatamente a representação.
 29. Capacitação dos servidores das DEAMs e delegacias de polícia para que acolham adequadamente as mulheres indígenas vítimas de violência doméstica, familiar ou sexual, considerando a superação do regime de tutela pela Constituição Federal de 1988;
 30. Padronização das rotinas de registro de ocorrências policiais relativas à violência contra a mulher, a fim, principalmente, de evitar falhas na instrução processual;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

31. Ampliação da prestação do serviço de perícia médico-legal aos municípios ainda não contemplados e implantação de unidades de perícia técnico-científica;
32. Disponibilização de perito oficial nos hospitais que atendem vítimas de violência sexual;
33. Criação de atendimento privativo para vítimas de violência sexual nos centros de perícia, a fim de reduzir o desconforto da vítima, de diminuir o tempo entre a agressão e a perícia e de assegurar maior efetividade da persecução penal dos autores de violência sexual;
34. Coleta de vestígios de crimes sexuais e agressões físicas por hospitais e postos de atendimento à saúde, para que possam ser utilizados como prova;
35. Amparo à vítima de violência doméstica, familiar e fora do ambiente de coabitação, efetivando o que já está previsto na Lei Maria da Penha, garantindo proteção policial à vítima imediatamente após a ocorrência do ato violento;
36. Desenvolvimento e divulgação de fluxograma de encaminhamentos dados às mulheres após apresentação de denúncias;
37. Efetivação da política de centros de referência de atendimento à mulher, com funcionários em número suficiente e devidamente capacitados, consoante a Norma Técnica sobre o tema⁸.
38. Criação ou reativação dos Conselhos dos Direitos das Mulheres.

Ao Poder Judiciário

1. Maior celeridade na distribuição processual, evitando que as causas de violência doméstica sejam distribuídas por central única;
2. Cumprimento das indicações e providências constantes do estudo “Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha”, do CNJ, publicado em 2013, que afirma a necessidade de criação de novos juizados;
3. Adoção de providências para a maior celeridade na instrução processual, inclusive com a contratação e capacitação de recursos humanos;

⁸ Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Brasília, 2006.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

4. Coleta e sistematização de dados sobre os processos envolvendo violência de gênero, que contemplem, inclusive, questões que possam identificar classes sociais, grupos de cor/raça, orientação sexual, além do pertencimento a comunidades tradicionais como indígenas, ribeirinhos e quilombolas.
5. Implantação de mecanismo de gestão para concessão de medidas protetivas de urgência, a fim de agilizar o procedimento. No Tocantins, por exemplo, há reclamações de prazos exorbitantes para apreciação dessas medidas.
6. Implantação de equipes multidisciplinares nas varas e juizados;
7. Capacitação permanente de servidores e magistrados sobre gênero e violência contra a mulher.

Ao Ministério Público

1. Estabelecimento da competência das promotorias especializadas para denunciar os crimes contra a vida;
2. Criação de cadastro de casos de violência contra a mulher em conformidade com o inciso III, do art. 25 da Lei Maria da Penha. Os dados devem ser coletados e sistematizados em todos os elos da rede de atendimento, em todos os municípios dos estados, e devem contemplar questões que possam identificar classes sociais, grupos de cor/raça, orientação sexual, além do pertencimento a comunidades tradicionais como indígenas, ribeirinhos e quilombolas;
3. Criação e ampliação de promotorias especializadas, quando existirem, instalando-as nas comarcas do interior do estado;
4. Capacitação de promotores e servidores sobre gênero e violência contra a mulher;
5. Fiscalização da rede de atendimento à mulher vítima de violência.

Brasília, Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2013.

Deputada Federal ROSANE FERREIRA
Relatora